

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



VANESSA SENA GABRIEL

**Mediação e democratização da informação por meio
das novas tecnologias: como a cultura digital pode ser
uma aliada à produção cultural da região Norte?**

São Paulo

2011

VANESSA SENA GABRIEL

**Mediação e democratização da informação por meio das
novas tecnologias: como a cultura digital pode ser uma aliada
à produção cultural da região Norte?**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Escola de Comunicação e Artes da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em
Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e
Informação

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio
de Almeida

São Paulo

2011



GABRIEL, Vanessa Sena.

Mediação e democratização da informação por meio das novas tecnologias:

como a cultura digital pode ser uma aliada à produção cultural da região Norte?

Vanessa Sena Gabriel; Orientador: Marco Antônio de Almeida – São Paulo, 2011.

138f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo 2011

1. Novas tecnologias. 2. Políticas culturais. 3. Amazônia. 4. Democratização. 5. Cidadania. 6. Movimentos independentes.

Nome: GABRIEL, Vanessa Sena.

Título: Mediação e democratização da informação por meio das novas tecnologias: como a cultura digital pode ser uma aliada à produção cultural da região Norte?

Dissertação apresentada a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em:

Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcos Antônio de Almeida Instituição PPGci-ECA

Julgamento APROVADA Assinatura [assinatura]

Prof. Dr. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira Instituição ECA - USP

Julgamento APROVADA Assinatura [assinatura]

Prof. Dr. Luciana Gracioso Instituição UFSCAR

Julgamento APROVADA Assinatura [assinatura]

*Aos meus pais (Vera e José Camilo), que sempre acreditaram
que os meus sonhos poderiam se realizar; à minha madrasta
(Marinete), que nunca foi madrasta; aos meus irmãos (Vânia,
Valéria, Paloma, Alexandre), que sempre confiaram na minha
força de vontade, às minhas sobrinhas queridas (Amanda e
Ananda).*

*Ao meu marido, Lewis Robinson, que me ensina, todos os dias, o
que é amar de verdade.*

Ao povo da região Norte, a quem devo tudo o que sou

Agradecimentos

À minha família, que sempre está pronta para me ajudar e me dar carinho quando eu mais preciso.

Ao professor Marco, que sempre esteve por perto, acreditou no meu trabalho, acreditou nas mudanças propostas e foi uma pessoa importante para que o meu sonho de mestrado se tornasse realidade.

À professora Lúcia Barbosa de Oliveira, quem aprendi a respeitar e que me ensinou muito sobre a gestão cultural na academia.

Aos meus amigos, de todos os cantos do país, que me apoiaram nos momentos mais difíceis, principalmente longe de casa.

À Selma, Lílian, Lorena, Waleiska, Leila, Homero, Bruno, Clarissa, Rebeca, Ana Paula Jones, Andrea Gama, Minom, Jasmin, Carime, que me ajudaram no momento que eu mais precisei.

À Clarissa e Babi, que se prontificaram a me ajudar, mesmo com todas as dificuldades, para que esse trabalho fosse realizado.

Aos amigos e colegas que trabalham com produção cultural no Brasil e continuam acreditando que esse é o caminho para construir uma sociedade mais justa.

Aos fazedores de cultura da região Norte.

RESUMO

GABRIEL, V. S – **Mediação e democratização da informação por meio das novas tecnologias: como a cultura digital pode ser uma aliada à produção cultural da região Norte?** 2001. 138f. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Esse estudo busca demonstrar de que forma as novas tecnologias podem se tornar uma importante aliada dos produtores culturais da região amazônica, criando novos meios de circulação e produção. Para isso, este trabalho recorre a pesquisas sobre a infra-estrutura dos meios tecnológicos e das políticas culturais na e para a região Norte, além de pesquisa com os produtores locais e um breve mapeamento de projetos que usam as novas tecnologias como solução eficaz para combater o isolamento historicamente construído entre a Amazônia e o resto do mundo. Aborda, de um lado, as novas tecnologias que revolucionam o *modus operandi* da sociedade, trazendo as mais importantes e complexas transformações, e se converteram no principal aliado para a democratização dos meios de informação e comunicação no planeta. Também considera a cultura, que, dependendo da maneira como é usada, pode deter as chaves dos sistemas de poder e ser um elemento fundamental para a construção da cidadania, do protagonismo e do empoderamento de uma comunidade. Finalmente, entre as revoluções tecnológicas e o atendimento aos anseios de uma política cultural mais justa, enfoca os fazedores de cultura da região Norte que sofrem com a falta de investimentos para suas ações culturais e o preconceito da mídia tradicional. Além disso, essa pesquisa traça um panorama mundial e nacional sobre o poder exercido pelas novas tecnologias e pela cultura, mostrando porque os dois campos são complementares em suas atuações. Ter acesso à informação não é ter conhecimento, mas ter conhecimento sobre como acessar as TICs abre as portas para um novo cenário social. E esse discernimento entre se perder em um mar cibernético de novidades (muitas vezes, descartáveis) e saber como usá-lo a favor de uma causa é conquistado por meio da cultura e da educação.

Palavras-chave: novas tecnologias. políticas culturais. amazônia. democratização. cidadania. movimentos independentes.

ABSTRACT

GABRIEL, V. S – Mediation and democratization of the information through the new technologies: how digital culture can be an ally to the cultural activities of Amazonian region? 2001. 138f. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

On the one hand, new technologies revolutionize the *modus operandi* of society. They bring about the most important and complex transformations and are the main ally to the democratization of media and communication on the planet. On the other hand, culture, depending on how it is used, can hold the keys to the systems of power. It can be a key element in the construction of citizenship, leadership and community empowerment. Culture producers from the North of Brazil lie in the middle of this dichotomy as they suffer from a lack of investment for their actions and the cultural bias of mainstream media. This study seeks to demonstrate how new technologies can become an important ally of cultural producers in the Amazon region by showing how to create new means of circulation and production. To this end, this paper draws on research on the infrastructure and the technological means of cultural policies in the North and on research conducted with local producers. The paper's brief is to map projects that use new technologies as an effective solution to combat isolation that has historically existed between the Amazon and the outside world. Moreover, this research provides an overview on the global and national power exercised by new technologies and culture and shows how the two sides can be complementary. This study offers insights in how to prevent getting lost in a sea of cyber news (often disposable) and how to use it in favour of a cause is achieved through culture and education.

Keywords: new technologies. cultural policies. Amazon. democratization. citizenship. independent movements.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I – AS NOVAS TECNOLOGIAS: COMO MUDAR A HISTÓRIA POR MEIO DA ARTICULAÇÃO EM REDE?	06
1.1 – A Era do Conhecimento e a revolução da cultura digital	07
1.2 - Novos cenários digitais: o século da mobilidade e o quadro de exclusão Digital	12
1.3 – A palavra é compartilhar. Mas, o quê?	22
CAPITULO II – O PODER DA CULTURA	30
2.1 - Conceitos e dimensões da cultura	32
2.2 – Direito cultural versus política cultural no Brasil	39
2.3 – O digital e o cultural: as bases para uma transformação	54
CAPITULO III – PRODUÇÃO CULTURAL NA REGIÃO NORTE E NOVAS TECNOLOGIAS	64
3.1 – Região Norte: dos grandes projetos às promessas de uma economia sustentável	67
3.2 – Indicadores: a situação do acesso à cultura e às TICs no Norte	75
3.2. 1 – O acesso à internet	76
3.2.2 – O acesso aos mecanismos e equipamentos culturais na região Norte	86
3.3 – As práticas colaborativas via novas tecnologias na região Norte	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 1	77
TABELA 2	77
TABELA 3	77
TABELA 4	78
TABELA 5	81
TABELA 6	82
TABELA 7	82
TABELA 8	82
TABELA 9	82
TABELA 10	83
TABELA 11	84
TABELA 12	84
TABELA 13	85
TABELA 14	88
TABELA 15	94
TABELA 16	94
TABELA 17	95
TABELA 18	96
TABELA 19	98
GRAFICO 1	79
GRAFICO 2	80
GRAFICO 3	81
GRAFICO 4	87
GRAFICO 5	87
GRAFICO 6	90

GRAFICO 7	90
GRAFICO 8	91
GRAFICO 9	92
GRAFICO 10	92
GRAFICO 11	93
GRAFICO 12	93
GRAFICO 13	93
GRAFICO 14	95
GRAFICO 15	96
GRAFICO 16	97

INTRODUÇÃO

Nas eleições majoritárias de 2006, um morador da cidade de Macapá, no Amapá, colocou no muro da sua casa a seguinte frase: “Xô, Sarney”, sendo que a letra “o” da palavra “Xô” era o rosto do político maranhense e seu eterno bigode. Um blogueiro da cidade tirou uma foto do muro e colocou em seu blog. Não precisou mais do que dois dias para que todos os blogueiros de Macapá e ainda os usuários das redes de relacionamento do estado do Amapá reproduzissem a foto e passassem a satirizar o ex-presidente. Sarney não gostou da brincadeira e entrou com uma ação contra todos os blogueiros do estado proibindo o acesso a esses blogs. Conseguiu vencer a “causa”, mas o feitiço virou contra o feiticeiro. O jornalista Marcelo Tas publicou a foto no seu blog de repercussão nacional, e todos os meios de comunicação do Brasil criticaram a postura de Sarney contra a liberdade de imprensa.

A reação de Sarney só ajudou seus adversários. Em quase vinte anos como senador do estado, Sarney nunca se deu ao trabalho de fazer campanha eleitoral no Amapá. Sua “estratégia” política era mandar um caminhão com uma televisão para as comunidades mais carentes do estado onde mostrava a sua trajetória como presidente do Brasil e, por isso, ganhava o povo amapaense elegendo como seu representante um político que já ocupou o cargo máximo de governo no país.

Não há como negar que a ação já tinha dado certo nas duas campanhas anteriores. O Amapá, como boa parte dos estados da região Norte, sempre foi renegado à própria sorte em relação às políticas públicas do governo federal. Seu cenário político, construído de currais eleitorais que se aproveitam das desigualdades sociais existentes na Amazônia, mesmo preocupante, sempre recebeu vista grossa dos grandes meios de comunicação. Talvez porque boa parte desses grupos é gerenciada por famílias ligadas à política, como ocorre no Maranhão, onde Sarney é o dono do grupo de mídia afiliada da Rede Globo.

O ex-presidente se aproveitou desse esquecimento dos meios de comunicação em relação aos estados nortistas para construir seu pequeno país, onde os aliados têm poderes absolutos sobre a comunidade, políticos fazem suas próprias leis, a justiça é questionável e a parcialidade da informação é estabelecida como verdade absoluta. No

entanto, por se preocupar somente com o seu próprio mundo, que tem como base conceitos antigos de controle da opinião pública, Sarney esqueceu de acompanhar a evolução da história e, quando viu, as novas tecnologias já tinham avançado para além das fronteiras das regiões do Sul do país e começaram a fazer parte do cotidiano dos moradores da região Norte.

Após a polêmica da proibição do acesso aos blogs e da repercussão internacional da sua foto em um muro da cidade de Macapá, Sarney se viu em um mundo completamente diferente que ele estava acostumado a viver: sua adversária, Cristina Almeida, uma descendente de comunidades quilombolas do Amapá e sem experiência política, disparou nas eleições para o Senado Federal e obrigou o ex-presidente a fazer campanha pela primeira vez. Sarney até dançou marabaixo com as senhoras das comunidades quilombolas que ele sempre fez questão de esquecer que existiam, contratou uma equipe milionária para produzir programas diários sobre seu trabalho a favor do Amapá em Brasília e deixou de ser visitante nos jornais locais para ser morador do estado (todas as vezes que Sarney chegava a Macapá, os jornais noticiavam sua “visita”, o que exigiu um trabalho extra dos seus assessores políticos com os meios de comunicação locais).

Cristina não tinha dinheiro para investir em sua campanha como Sarney e usava as redes de relacionamento para alcançar seu público. Além disso, chamou a atenção da mídia nacional e, pela primeira vez em toda a história do estado, os principais jornais brasileiros acamparam em Macapá no dia da eleição para assistir ao vivo o resultado da disputa entre um velho Golias da comunicação e um Davi de um novo tempo que surge com o avanço das mídias sociais. O ex-presidente levou a melhor com uma diferença mínima de votos, mas Cristina ganhou notoriedade e se elegeu vereadora (2008) e, hoje, é deputada estadual pelo PSB (2010).

Guardada as devidas proporções, Cristina protagonizou no Amapá, em 2006, a mesma situação que, em 2009, Obama e sua campanha “*Yes, we can*” fez com que centenas de americanos se mobilizassem nas redes sociais para eleger o primeiro presidente negro da história do país. O que começou com uma simples piada em um muro da cidade de Macapá, ganhou uma repercussão sem precedentes por causa das

novas tecnologias e acabou sendo utilizada como uma forma de mostrar a insatisfação dos povos amazônicos com a política dominante na região.

Para quem sempre usou a censura como única forma de expressão, as novas ferramentas de comunicação disponibilizadas pela internet são uma ameaça e um desafio e dão voz àqueles que sempre sofreram pelo esquecimento e falta de reconhecimento no cenário político e social brasileiro. Essas considerações servem para ilustrar todas as mudanças que estão acontecendo por causa das mídias sociais, que trazem consigo um sentimento coletivo de democratização da informação, principalmente para comunidades que nunca se reconheceram como parte da história, pois sempre foram ignoradas pelos fatos históricos oficiais.

O objeto de estudo desse mestrado surgiu de uma forma inesperada. O primeiro foco dessa dissertação era analisar de que forma os pontos de cultura da região amazônica utilizavam a cultura digital, baseado na idéia de articulação em rede pregada pelo Programa Cultura Viva, criado pelo Ministério da Cultura. Com a falta de estrutura que facilitasse o acesso à internet na região Norte, como ser digital e atender às demandas de um projeto federal que discursa sobre a descoberta de um Brasil silenciado por meio dos novos meios de informação e comunicação?

No entanto, com as eleições de 2010 e a mudança de ministro no início de 2011, o futuro do Cultura Viva ficou incerto e apenas dois pontos responderam ao questionário enviado. Percebi, então, que mais que analisar de que forma as novas tecnologias estão sendo utilizadas, seria analisar de que forma as novas tecnologias podem ajudar a dar voz e trazer à luz os problemas sociais e culturais enfrentados pelos movimentos independentes que existem na região Norte.

Além disso, estudar como as manifestações culturais produzidas pelas comunidades amazônicas podem se estabelecer e se posicionar no cenário nacional e chamar a atenção para o que acontece na região, atraindo investimentos para o setor cultural e fazendo com que o Estado inclua a Amazônia em sua agenda de compromissos estratégicos e desenvolva políticas públicas que considerem as diferenças regionais e os problemas locais da região.

Trata-se, portanto, de um tópico recorrente na Ciência da Informação, a saber, a produção, circulação e apropriação social da informação. Um tema que, quando abordado de maneira consistente, sempre assinalou as disparidades sociais presentes nesse processo. A adição das tecnologias de informação e comunicação (TICs) nesse atual contexto, além dinamizá-lo, tornou-o ainda mais complexo. No espaço de fluxos informacionais on-line e off-line que se estabeleceram contemporaneamente, novas formas de exclusão social são repostas, assim como simultaneamente emergem novas práticas de resistência cultural e de construção da cidadania.

O que aconteceu com o ex-presidente José Sarney no Amapá é apenas uma maneira de mostrar que os habitantes da região Norte querem participar mais da vida política do país, se posicionar como brasileiros que buscam o reconhecimento e o sentimento de pertencimento. Para quem mora na região Norte, não vale a pena ser lembrado apenas como morador da maior floresta do mundo, onde a causa ambientalista é a única bandeira defendida por quem não conhece a Amazônia de verdade. Quem mora na região Norte também quer ser reconhecido por sua produção cultural, por sua diversidade cultural, pela qualidade dos produtos e serviços gerados com a economia criativa da região. No entanto, é preciso assegurar uma estrutura de comunicação eficiente, uma internet de qualidade e investimentos dos setores público e privado para que esse desejo se transforme em realidade. E esse estudo quer analisar em que estágio a região Norte está dentro deste cenário.

Para isso, essa pesquisa é dividida em três capítulos: 1) **Panorama sobre as novas tecnologias**, que busca analisar as mudanças provocadas pelo surgimento da internet e a importância dos movimentos de democratização pela informação; 2) **o poder da cultura**, que estuda porque a garantia dos direitos culturais de uma comunidade pode ajudar na preservação da identidade e da diversidade cultural de um povo e, porque, a cultura detém as chaves do sistema de poder de uma sociedade, sendo importante a construção da cidadania e do protagonismo por meio de uma política cultural eficiente e contínua; 3) **o caso da região Norte e os movimentos culturais via novas tecnologias**, que analisa a estrutura do acesso à internet e aos mecanismos e equipamentos culturais na região em relação às outras regiões do Brasil, mostrando de que forma alguns grupos encontraram nas práticas colaborativas alternativas interessantes para os problemas locais, como é o caso do movimento tecnobrega.

Por fim, há uma música intitulada “*Belém – Pará – Brasil*”, que virou canção de protesto dos artistas da região nos anos 1980 e 1990, que sempre se sentiram excluídos do processo cultural e social do país. Em um dos trechos da música, composta por um grupo de rock paraense, afirma:

“Porque ninguém nos leva a sério, só o nosso minério?/ (...) Aqui a gente toma guaraná quando não tem coca-cola/ Chega das coisas da terra/ Que o que é bom vem lá de fora/ Transformados até a alma sem cultura e opinião/ O Nortista só queria fazer parte da nação/ Ah, chega de malfeituuras/ Ah, chega de triste rima/ Devolvam a nossa cultura/ Queremos o Norte lá em cima/ Porque, onde já se viu?/ Isso é Belém/ Isso é Pará/ Isso é Brasil”

Esse estudo, então, tenta lançar um olhar inédito sobre como as novas tecnologias podem ajudar os fazedores de cultura da região Norte a se sentir parte da produção cultural do país e serem reconhecidos como tal.

CAPITULO I – AS NOVAS TECNOLOGIAS: COMO MUDAR A HISTÓRIA POR MEIO DA ARTICULAÇÃO EM REDE?

O homem sempre desenvolveu, desde os primórdios da comunicação, maneiras de armazenar idéias, pensamentos e histórias das comunidades e grupos dos quais fazia parte. Construir conhecimento sempre foi condição indispensável para a nossa existência e a história tomou um rumo diferente com o surgimento das novas tecnologias e da web 2.0. Conforme Santaella (2004), esse novo cenário tornou as informações instantaneamente disponíveis em diferentes formas para qualquer lugar. O mundo virou uma gigantesca rede de troca de conhecimento.

Nunca, como nos dias atuais, a informação e o conhecimento tiveram lugares tão importantes na história da humanidade. É verdade que, em qualquer época, a construção da informação e a produção do conhecimento sempre foram vistas como forma de poder e, conseqüentemente, como elemento fundamental para prolongar ditaduras, consagrar heróis, contar versões de um fato, criar ou destruir mitos. No entanto, estamos diante de um novo período. Com a dita revolução tecnológica, a construção do conhecimento adquiriu um novo formato e seu principal diferencial é que ele não pertence apenas a um grupo, uma minoria, ele pode pertencer a muitos.

Mas, nem mesmo os mais importantes estudiosos sobre a rede conseguiram prever que as conseqüências da Internet seriam sentidas pela sociedade em tão pouco tempo. Em *A Galáxia Internet*, Castells afirma: “de fato, seria muito surpreendente que a Internet conseguisse mudar, através da tecnologia, o profundo desencanto político que a maioria dos cidadãos sente” (CASTELLS, 2004, p.187). Sete anos depois, por mais que o cenário político atual não seja o melhor que poderíamos esperar em termos de mudança social, não podemos ignorar que Internet se desenvolveu a uma velocidade vertiginosa e contribuiu para inflacionar todas as expectativas criadas ao seu redor, levando em consideração, especialmente, que, sim, a rede conseguiu alterar importantes rumos da nossa civilização e que há algo muito maior acontecendo de fato na transição global e isso é resultado das ações compartilhadas por milhares de cidadãos todos os dias na grande teia interconectada.

Este capítulo não vai tratar apenas do cenário histórico que é resultado do surgimento das novas tecnologias. Mas, também analisar como a internet se transformou em um instrumento importante para a construção da cidadania. Será que estamos avançando em termos de construção de um novo mundo por causa das novas tecnologias e da promessa de uma informação mais democrática e acessível a todos? Ou corremos o risco de, novamente, cairmos na tentação do controle, do uso exclusivo da informação, dessa vez de uma maneira mais global?

Esse será o primeiro passo para entender o poder de transformação da articulação em rede e compreender que essa transformação tão comentada somente acontece quando a informação é democratizada de maneira integral. Para isso, é necessária a inclusão digital dos usuários.

1.1 – A era do conhecimento e a revolução da cultura digital

Não se busca aqui afirmar que a internet seja considerada a responsável por todas as mudanças civilizatórias que assistimos desde o seu surgimento. No entanto, é incontestável a mudança de paradigmas que ocorreu a partir desse instrumento tecnológico. Não foram apenas as transformações na área técnica, mas mudanças de comportamento, no *status quo* da civilização atual. O crescimento além das previsões, mesmo dos pesquisadores mais otimistas sobre o assunto, surpreendeu quem viu essa nova tecnologia surgir e dominar o mundo. Hoje, milhares de pessoas, ao mesmo tempo, todos os dias, escrevem, lêem, fazem negócios, amam, pensam e discutem por meio da Internet. Não à toa, por exemplo, que em 2003, Roberto Velasco¹ visualizou o que poderia acontecer com a informação quando aliada às novas tecnologias: “será a mercadoria mais atrativa do século XXI”.

No entanto, qualquer mudança só acontece se o cenário for “inspirador”. Revoluções não ocorrem como fruto da sorte e do acaso, mas, sim, como resultado de um processo lento que se torna compreensível, muitas vezes, somente ao longo dos anos. A internet não é apenas um depósito de materiais, que alia, como nenhuma outra tecnologia anterior, texto, imagem e som. É fruto de um contexto histórico importante,

¹ Roberto Velasco é entrevistado na matéria “Terremoto Internet”, da jornalista espanhola Patricia F. de Lis, publicada no jornal El País em 02 de janeiro de 2005. O livro escrito por Roberto Velasco, *A Economia Digital. Do Mito à Realidade (2003)*, é citado pela jornalista para identificar os avanços da rede em tão pouco tempo.

que dita o nosso comportamento atual. Os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos e a produção social é estruturada culturalmente, levando em consideração que a internet refletiu a cultura de seus criadores, que sendo, simultaneamente, seus primeiros usuários, reintroduziram sua prática na tecnologia que construíam (SARMENTO, 2010).

Quando a internet surgiu era o início dos anos 1960, num momento em que uma nova geração confrontava as regras de uma sociedade que castrava liberdades. O surgimento de uma cultura baseada no colaborativismo e retroalimentação de idéias - que definitivamente se tornou a filosofia dos diversos movimentos que surgiram na internet anos depois -, é a base e o DNA da grande rede. Conforme Samento (2010, p.84), Castells reforça essa teoria quando afirma que o fato da internet não ter origens no mundo dos negócios, mas em um ambiente seguro, propiciado por recursos públicos e pesquisa orientada para missão, contribuiu para a criação das redes interconectadas em um cenário de liberdade de pensamento e inovação, principalmente em relação aos estudantes que participaram das pesquisas na época:

Eles estavam impregnados dos valores da liberdade individual, do pensamento independente e da solidariedade e cooperação com seus pares, todos eles valores que caracterizaram a cultura do campus na década de 1960. Embora os jovens que integravam a Arpanet não fizessem parte da contracultura, suas idéias, e seu software, construíram uma ponte natural entre o mundo da big science e a cultura estudantil mais ampla que brotou nos BBBs e na rede Usenet News. Essa cultura estudantil adotou a interconexão dos computadores como um instrumento de livre comunicação, e, no caso de suas manifestações mais políticas (Nelson, Jennings, Stalman), como um instrumento de libertação, que, junto com o computador pessoal, daria às pessoas o poder da informação, que lhes permitiria se libertar tanto dos governos quanto das corporações. (2003 apud CASTELLS; SARMENTO, 2010, p.84)

A grande rede surgiu justamente no momento em que o mundo vivia as tensões da Guerra Fria e da corrida armamentista liderada pelos Estados Unidos e União Soviética. Enquanto nas universidades e nas ruas das principais capitais do mundo, os jovens dos anos 1960 experimentavam a revolução sexual e confrontavam a polícia ao som de Beatles e Jimi Hendrix, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criava a Advanced Research Projects Agency (ARPA), com a missão de mobilizar recursos de pesquisa acadêmica de forma a superar o poderio tecnológico militar soviético demonstrado com o lançamento do primeiro Sputnik, em 1957. A Arpanet, então, é apresentada em 1969 e se caracteriza como uma rede de computadores que permitia aos grupos de pesquisa o compartilhamento de recursos computacionais caros.

Para desenvolver o projeto, o Information Processing Techniques Office (IPTO) se utilizou do conceito de comutação por pacote, uma tecnologia revolucionária de transmissão de dados criada pela Rand Corporation, um centro de pesquisas californiano que trabalhava para o Pentágono. A empresa propunha a tecnologia como base para um sistema militar de comunicações que, em função de sua flexibilidade, ausência de um centro de comando e autonomia máxima de cada nó da rede, poderia sobreviver a um ataque nuclear. Essa foi a grande revolução, mesmo desenvolvida dentro de um sistema militar (SARMENTO, 2010, p.80).

De acordo com Jane Abbate, em *Inventing the internet* (Abbate, 1999), a incorporação, pelo IPTO, dessa nova tecnologia de transmissão, foi decisiva para a Arpanet, que, no entanto, era, e assim se manteve, uma rede experimental, montada com objetivos não militares pelos cientistas que trabalhavam na ARPA e em torno dela. Em 1971, a Arpanet já dispunha de 15 nós, quase todos em centros universitários de pesquisa americanos. A intenção de interligá-la a outras redes de computadores agregou um novo conceito, o de uma rede de redes. Isso exigia um protocolo de comunicação padronizado, o que foi resolvido, dois anos depois, com o desenvolvimento do TCP/IP, com o qual a internet opera até hoje.

Em 1983, o Defense Communication Agency (DCA) – órgão para o qual havia sido transferida, oito anos antes, a administração da Arpanet –, preocupado com invasões à segurança de seus sistemas, decide concentrar as operações que estavam sob seu controle em uma rede voltada apenas a usos militares, que passou a ser identificada como Milnet. A decisão não inclui a Arpanet: esta não se integra à Milnet e mantém inteiramente dedicada à pesquisa, passando a ser conhecida como Arpa-internet. Em 1990, já considerada tecnologicamente obsoleta, a Arpa-internet sai da esfera do DCA para a da National Science Foundation (NSF), espalhando-se por instituições acadêmicas americanas, e conectando-se a redes de pesquisa no Canadá e na Europa.

Nesse momento, disseminavam-se pelo mundo as National Research and Education Networks (NRENs), destinadas a dar suporte às comunidades de ensino e pesquisa no âmbito de cada país. Em 1988, o Brasil havia feito suas primeiras conexões às redes globais de computadores e, um ano depois, iniciado a implementação da NREN brasileira, o projeto Rede Nacional de Pesquisa (RNP), desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do United Nations Development Program (UNDP). (SARMENTO, 2010, p.81)

Em 1992, a internet já interligava 17 mil redes em 33 países. Somente em 1994, ela foi aberta à exploração comercial, passando a crescer exponencialmente, mas ainda em 1995 é possível verificar que ainda não era reconhecida como um mecanismo interessante para ações comerciais. No final desse mesmo ano havia cerca de 16 milhões de usuários conectados em todo o mundo e tudo começou a mudar:

Nesse momento, o programador inglês Tim Berners-Lee já havia anunciado a criação da world wide web (www), a interface gráfica baseada em um projeto global de hipertexto, desenvolvido na linguagem HTML, que permitia que pessoas comuns, mesmo fisicamente distantes, pudessem trabalhar juntas e navegar facilmente em páginas da web, interagindo com textos, imagens, e mais adiante, sons e vídeos. Palavras ou expressões podiam ser destacadas e funcionar como elementos de ligação entre arquivos, os links: ao apontar essas palavras com o mouse, podia-se acessar outro documento em qualquer parte da rede – e do mundo – e esse outro documento também podia levar a novas informações. O primeiro navegador (web browser), também desenvolvido por Berners-Lee, possibilitava que o usuário comum, sem conhecimento de programação, redes ou protocolos de comunicação, interagisse diretamente com a internet. Esta, inicialmente criada como uma ferramenta de trabalho para pesquisadores e cientistas, a partir da criação da www, passava a colocar informações ao alcance de qualquer pessoa a ela conectada. (SARMENTO, 2010, p.83)

O estudo de Sarmiento mostra, então, que o grande trunfo da internet foi sua arquitetura aberta e sua dinâmica baseada na cooperação e na circulação livre do conhecimento técnico, uma escolha feita anos antes durante o processo da Arpanet.

No caso da internet, as melhorias introduzidas no código-fonte – aberto – dos softwares eram transmitidas de volta ao mundo inteiro, numa interação constante entre aprendizado e produção, difusão e aperfeiçoamento. Castells considera que o software de código aberto é a característica tecnológica crucial no desenvolvimento da internet; e ressalta que essa abertura é culturalmente determinada. A internet se configurou como um amplo celeiro de informações, pessoas, instituições, linguagens, redes, ferramentas e serviços. O entendimento do que é a internet e o que ela representa no panorama da evolução social e tecnológica nos coloca diante de marco crucial para a comunicação, produção e disseminação de conhecimento e cultura. É difícil negar o seu potencial em termos de oportunidades de aprendizagem. O desafio está, atualmente, em mapeá-la e construí-la, principalmente quando pensamos nas novas gerações. (SARMENTO, 2010, p.85)

Assim, pensar nas atividades principais da economia, finanças e dos governos sem a viabilidade da internet é uma tarefa quase impossível. Não se pode mais considerar as atividades principais de um país – da economia ao funcionamento dos governos – sem o auxílio das TICs, pelo simples fato de que se torna inviável. Comparativamente, para alguns, o surgimento da rede é hoje o que a eletricidade foi para a Era Industrial. Em apenas uma década, de 1992 a 2002, a internet expandiu-se de poucos milhares para alcançar um bilhão de usuários. No final de final de 2005, quebrou a barreira do segundo bilhão. Em 2010, o uso da rede saltou para 3 bilhões. O que nasceu em 1969, um dos cenários mais revolucionários da nossa história recente, se transformou em um dos maiores inventos do século XX, senão o mais importante.

Mas toda revolução tem conseqüências positivas e negativas para a humanidade. Descobertas que revolucionam e transgridem regras sempre tiveram seus dois lados da moeda e a chegada da internet fez muito mais que criar um novo mecanismo de informação e comunicação. A sensação é que chegamos em uma era nunca imaginada e os resultados são tão dinâmicos quanto a abertura de uma página na web. A dinâmica baseada na cooperação e na circulação livre do conhecimento técnico dos anos 1960, quando a internet começou a ser formatada, hoje começa a ceder espaço para a regulação das grandes mídias, que estão transferindo para a rede modelos antigos de uso da informação.

A esses grupos poderosos da comunicação não interessa as múltiplas possibilidades de reorganização social proporcionada pelas novas tecnologias. Para essa mídia tradicional, o sucesso da internet é técnico e não humano, contrariando, por exemplo, o cenário defendido por Morin (1995), que afirma que as TICs são responsáveis pelo “re-encantamento” do mundo, necessárias para os dias atuais, renovando as interações sociais. Cada tecnologia, segundo o autor, “modifica algumas dimensões da nossa inter-relação com o mundo, da percepção da realidade, da interação com o tempo e o espaço”:

O re-encantamento, em fim, não reside principalmente nas tecnologias - cada vez mais sedutoras - mas em nós mesmos, na capacidade em tornar-nos pessoas plenas, num mundo em grandes mudanças e que nos solicita a um consumismo devorador e pernicioso. É maravilhoso crescer, evoluir, comunicar-se plenamente com tantas tecnologias de apoio. É frustrante, por outro lado, constatar que muitos só utilizam essas tecnologias nas suas dimensões mais superficiais, alienantes ou autoritárias. O re-encantamento, em grande parte, vai depender de nós. (MORIN, 1995, p.6)

Se faz urgente juntar o conhecimento, o conteúdo da cultura e da cidadania que se transporta nas redes. Só com este olhar de adequação aos aspectos sociopolíticos conseguiremos combater a perspectiva dos meios tradicionais de mídia, que buscam projetar na internet os mesmos modelos que o tornaram justamente tudo aquilo que os movimentos independentes articulados em rede demonizam.

Um exemplo a respeito do cuidado que devemos ter com os rumos da internet na nossa sociedade é o relato de Daniela Silva no livro “Cidadanias e Redes Digitais”, a respeito de um encontro realizado em dezembro de 2007 em Sebastopol, na Califórnia.

O objetivo era desenvolver um entendimento mais robusto sobre por que dados governamentais abertos são essenciais para a democracia. Participavam os nomes mais importantes ligados a movimentos sociais, intervenção urbana e ação política na internet. Lawrence Lessig, criador do Creative Commons, Carl Malamud, da Public.Resource.Org, e Tim O'Reilly também estavam lá. Neste encontro, o grupo formulou princípios fundamentais para os dados governamentais abertos, argumentando que, “ao adotar esses princípios, os governos do mundo poderiam se tornar mais efetivos, transparentes e relevantes para as nossas vidas”.

No entanto, o que mais chama a atenção a respeito do encontro, além de pedir mais transparência nos documentos produzidos por governos de todo o mundo, é a essência que rege o movimento. Para os participantes é preciso atentar que:

a internet é o espaço público do mundo moderno, e com ela os governos agora têm a oportunidade de entender melhor as necessidades dos seus cidadãos, e os cidadãos podem participar mais completamente do seu governo. A informação se torna mais valiosa quando é compartilhada, e menos valiosa quando é guardada. Dados abertos promovem mais debate cívico, melhor bem-estar público e um uso mais inteligente dos recursos públicos. (SANTOS, 2004, p.77)

No entanto, para muitos, a informação é muito mais valiosa quando é guardada. Compartilhar a informação é um importante passo para a democratização, mas exige muito mais que boa vontade de governantes. Existe uma mudança de mentalidade de toda a sociedade sobre as vantagens da inclusão digital e do compartilhamento mais democrático da informação. Mas, quem vai levantar essa bandeira?

1.2 – Novos cenários digitais: o século da mobilidade e o quadro da exclusão digital

Muitos afirmam que o acesso à internet é um direito básico do cidadão na Sociedade da Informação. No entanto, não se trata apenas de ter acesso ao mecanismo tecnológico, mas acesso ao conhecimento de qualidade que transita na rede. O cenário atual pede muito mais que um excelente operador de sistemas, que digite rapidamente e saiba manusear como poucos os infinitos programas de computação que uma empresa exige. É necessário saber lidar com a informação, compartilhar conteúdos, visualizar a importância da comunicação como ação estratégica da organização. Mais que mecanismos tecnológicos, estamos em um momento que o conhecimento virou *commodity*. Ladislau Dowbor explica que chegamos à era da Economia do

Conhecimento, onde “o conhecimento, a informação organizada, representam um fator de produção, um capital econômico de primeira linha”:

Em termos sociais, portanto, a sociedade do conhecimento acomoda-se mal da apropriação privada: envolve um produto que, quando socializado, se multiplica. Portanto, o valor agregado ao produto pelo conhecimento incorporado só se transforma em preço, e conseqüentemente em lucro maior, quando este conhecimento é impedido de se difundir. A batalha do século XX, centrada na propriedade dos meios de produção, evolui para a batalha da propriedade intelectual do século XXI. (DOWBOR, 2007, p.55)

Dowbor considera que o desafio da democratização da economia por meio da informação adquire uma dimensão interessante, pois o acesso ao conhecimento, como novo fator de produção, pode tornar-se um vetor privilegiado de inclusão produtiva da massa de excluídos. Ou seja, uma vez produzido, o conhecimento pode ser divulgado e multiplicado com custos extremamente limitados. “Contrariamente ao caso dos bens físicos, quem repassa o conhecimento não o perde. O direito de acesso ao conhecimento torna-se assim um eixo central da democratização econômica das nossas sociedades”, afirma o autor. Assim, o fato da informação e do conhecimento ser elementos cada vez mais importantes dentro do contexto de qualquer empresa passam a responder por uma parcela crescente da riqueza econômica gerada por um país. Nesse contexto, “é absolutamente natural que o processo seja conturbado e marcado por grandes mudanças, exatamente o cenário que ainda estamos vivenciando”.

Como já sabido, vivemos em um país de contradições: experimentamos as bonanças e as conseqüências, ainda positivas, de pertencermos a um país de economia emergente e que está atraindo a atenção dos investidores curiosos e receosos do futuro dos Estados Unidos e dos países mais influentes da Europa². No entanto, fazemos parte

² A Europa, desde a crise de 2008, ainda não conseguiu encontrar uma saída para a crise econômica sem precedentes que abala o continente. Países como Grécia, Irlanda e Portugal já causaram prejuízos à União Européia pela iminência de moratória e a Espanha, considerada a nova potência européia, está caminhando para o mesmo destino dos outros países citados. O índice de desemprego na Espanha aumentou e os jovens espanhóis, angustiados com a situação do País, começam a realizar manifestações por toda a Espanha para pedir soluções urgentes ao Governo, conforme matéria publicada em 20/05/2011 disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/jovens-espanhois-repetem-praca-tahrir-em-protesto-antidesemprego.html>. No Reino Unido, mais especificamente na Inglaterra, houve cortes drásticos na gestão orçamentária do País para os próximos quatro anos. Os cortes foram anunciados em abril de 2011. Nas Américas, os EUA passam por uma crise econômica que está abalando a credibilidade do presidente Barack Obama. A agência de avaliação de risco financeiro Standard & Poor's rebaixou no dia 05 de agosto de 2011 a qualificação da dívida dos Estados Unidos pela primeira vez na história, ao passar de “AAA” (considerada nota máxima) para o degrau abaixo “AA+”. A agência atribuiu ao país a classificação “AAA” desde 1941. A S&P rebaixou a nota de crédito dos EUA de longo prazo em um ponto devido às preocupações com o déficit orçamentário e o crescente endividamento do país. A medida

de uma sociedade ainda incapaz de trazer soluções eficientes para os problemas sociais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, o que evidencia ainda mais a exclusão digital no Brasil.

De um lado, a internet cresce e emerge de forma vertiginosa nos lares brasileiros. Segundo o F/Nazca, há mais de 81,3 milhões de internautas no País, a partir de 12 anos³. O Ibope/Nielsen, afirma que são 73,9 milhões (levando em consideração internautas na faixa etária a partir de 16 anos)⁴. Pesquisa da Organização das Nações Unidas confirma que o Brasil é o 5º país com o maior número de conexões à Internet⁵. O Ibope Nielsen Online ainda afirma que, de outubro de 2009 a outubro de 2010, o número de usuários ativos (que acessam a Internet regularmente) cresceu 13,2%, atingindo 41,7 milhões de pessoas. Somado às pessoas que possuem acesso no trabalho, o número salta para 51,8 milhões⁶. O Brasil atingiu 10,04 milhões de conexões em junho de 2008 - um ano e meio antes do previsto, já que essa era a projeção para 2010 - e o número de conexões móveis cresceu de 233 mil para 1,31 milhão em um ano⁷. Quanto ao volume de dados, o incremento foi de 56 vezes de 2002 até 2007. E a projeção é de um aumento de oito vezes até 2012⁸. Por fim, o número de pessoas que usaram em março de 2011 uma conexão residencial de mais de 8Mb foi de 1,9 milhão, ou 5,5% dos 35,1 milhões de usuários ativos domiciliares. A participação das conexões mais lentas, de até 128Kb, caiu de 13,3%, em março de 2010, para 7%, em março de 2011⁹.

Números que se tornam mais impressionantes quando adicionamos ao potencial da rede o crescimento da telefonia móvel e dos serviços de mobilidade, em especial do

pode elevar os custos de empréstimos, eventualmente, para o governo norte-americano, as empresas e os consumidores. Disponível em:

<http://economia.ig.com.br/agencia+rebaixa+nota+de+credito+dos+estados+unidos/n1597121169677.html>

³ Matéria publicada em 30/11/2010 pelo site: <http://www.adnews.com.br/internet/110788.html>

⁴ Pesquisa publicada em 18/03/2011 pelo site da Agência Estado, disponível em:

<http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-atinge-73-9-milhoes-de-internautas-18032011-32.shl>

⁵ Matéria publicada em 23/10/2009 em <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1352191-6174,00.html>

⁶ Publicado no site G1.com.br em 03/12/2010: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/12/numero-de-internautas-ativos-sobe-132-em-outubro-para-417-mi.html>

⁷ Publicado em <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL642388-6174,00.html>, em 10/07/2008

⁸ “Trafego de Dados em banda Larga crescerá oito vezes até 2012”, publicado no dia 10/07/2008 em <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL642388-6174,00.html>

⁹ “Brasil tem 43 milhões de internautas”, publicada em 04/05/2011 e disponível em:

<http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-tem-43-mi-de-internautas-diz-ibope-04052011-25.shl>

sistema 3G. Estudo publicado no jornal Brasil Econômico¹⁰, baseado em resultado de pesquisa elaborada pelas consultorias Teleco e Huawei, afirma que a ampliação do sistema de banda larga pode ser abreviada pelas operadoras de telefonia celular que já começam a oferecer serviços específicos para a população brasileira, incluindo os de baixa renda. Para as empresas do setor, a partir do momento em que as “classes emergentes” passaram a colocar o computador como artigo de primeira necessidade em sua lista de desejos, há um olhar mais atento para esse novo mercado. A pesquisa considera que seria possível que até o final de 2010 houvesse 18 milhões de acessos a web móvel. Também até o final de 2010, era previsto que 13 milhões de brasileiros estariam conectados a banda larga fixa.

O cenário que desponta no setor de telecomunicações envolve redes sociais, vídeo, entretenimento, localização e propaganda via celular (mobile marketing), com a tendência de que tudo isso se misture cada vez mais. Consultorias estimam¹¹ que as indústrias de entretenimento e mídia vivem um momento ímpar, em que há considerável aumento de produção de conteúdo digital que gera elevação de audiência.

Entre 1998 e 2009, as operadoras investiram no Brasil R\$ 177 bilhões em infraestrutura de telecomunicações e R\$ 31 bilhões em licenças para exploração dos serviços. A partir de 2008, os investimentos se acentuaram em banda larga pelas operadoras de telefonia fixa em “backhaul” (central de rede em um município) e tecnologia 3G pelas de telefonia móvel. Para 2010, são esperados R\$ 17 bilhões para o setor¹². Varcas (2010) afirma que “a telefonia móvel já se tornou, por direito próprio, uma das principais referências socioculturais do tortuoso período compreendido entre o final do século XX e a primeira década do atual”. O celular está presente na maior parte das atividades cotidianas que uma pessoa realiza em qualquer país do mundo, e a tendência é que sua presença aumente ainda mais até se tornar praticamente uma espécie de controle remoto das nossas vidas, do qual ninguém quer se livrar voluntariamente. Há mais celulares no mundo do que rádios, televisores, computadores e até cartões de crédito, dado este que, sem dúvida, altera a percepção que tínhamos anteriormente em nosso mundo. A velocidade de adoção da telefonia móvel ao longo

¹⁰ Em 21 de junho de 2010.

¹¹ Conforme artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 18 de julho de 2010, assinado pelo ex-ministro das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento.

¹² Matéria publicada na Folha de São Paulo em 18 de julho de 2010.

desta década só pode ser qualificada como inédita na história da comunicação (VARCAS, 2010, p.44).

Vacas (2010) apurou que, no período compreendido entre 2000 e 2009, a penetração mundial do celular passou de 12% para 68%, ou seja, a média de crescimento anual foi superior a 50% nos últimos nove anos, o que torna o celular o mecanismo tecnológico mais adotado na história das TICs. Atualmente, mais de 4,6 bilhões de pessoas são usuárias de telefone celular em todo o mundo, sendo que uma em cada três está na Ásia. Pela primeira vez desde a metade do século XX, os Estados Unidos não lideram um mercado tecnológico, já que tanto a China quanto a Índia os superaram em número de usuários per capita. Ambas as potências asiáticas somam mais de 1,2 bilhão de usuários, o que significa aproximadamente 27% do total global. Por sua vez, o mercado norte-americano representa somente 7% (285 milhões).

Muitos acreditam que o avanço no consumo dos aparelhos de mobilidade está diretamente ligado a falta de investimento dos governos em telefonia fixa. Essa mudança de paradigmas é vista como uma solução pelos usuários que não se sentem atendidos, resultando na transformação do celular como principal meio de acesso à internet.

Um cenário de primeiro mundo. Tecnicamente, o Brasil está superando expectativas, até mesmo aquelas projetadas pelo próprio setor privado de telecomunicações. Ponto positivo para um Brasil economicamente emergente. Mas, há o outro lado de um País marcado pela ambigüidade e contrariedade de seus aspectos econômicos e sociais. Vivemos um Brasil que os números de crescimento nos acessos à internet e investimentos no mercado de mobilidade não refletem necessariamente a realidade social das cinco regiões brasileiras. E esse pode ser considerado a grande falha brasileira em relação ao avanço das tecnologias de informação e comunicação em todo o País. Por mais que os dados sejam impressionantes, a exclusão digital é uma realidade e está relacionada à falta de investimento por parte do Governo Federal e governos locais na área social.

Matéria veiculada pela rede árabe de televisão “AlJazeera”¹³ mostra essa ambigüidade tecnológica que o Brasil vivencia. A reportagem aponta que dos 75 milhões de usuários que acessam a internet diariamente no Brasil, 23% são usuários do twitter, o que significa a maior penetração de acesso de um país em todo o mundo. Além disso, em janeiro de 2011, o Brasil tinha 10 milhões de internautas. Em setembro do mesmo ano, o número cresceu para 23 milhões. No entanto, conforme afirma a reportagem, a exclusão digital é um contraste que salta aos olhos: apenas 40% da população acessa a internet em todo o país, um índice considerado baixo quando comparado aos países europeus e Ásia (que possuem média de permanência menor de acesso).

Um problema que o sociólogo Sérgio Amadeu¹⁴ já chamou a atenção, afirmando que “a exclusão das redes digitais elevará ainda mais a exclusão social”. Para ele, as tecnologias da informação são tecnologias da inteligência, elas aumentam as possibilidades dos sujeitos transformarem informação em conhecimento. Se forem apropriadas pelas comunidades e reconfiguradas para atender suas necessidades tornam-se um poderoso instrumento de combate a pobreza, de elevação da auto-estima e de relacionamento.

Hoje, do ponto de vista da cidadania, a liberdade de expressão passa pelo direito a comunicação em rede. Quem pode fazer um blog, participar de uma rede de relacionamento, escrever um comentário ou subir para a internet um vídeo gravado em um celular, tem garantido o seu legítimo direito de falar, de divulgar suas idéias, opiniões e até suas reclamações e denúncias. Quem não tem acesso às redes digitais, quem não tem recursos financeiros para acessar nem mesmo uma lan house sofre fortes restrições na atual sociedade da informação.

Portanto, a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação poder ser considerado o elemento mais importante da nossa contemporaneidade. Trata-se de saber como transformar a informação em conhecimento específico obter resultados positivos. Por esse motivo, quando a comunicação além do que disponibilizam os meios de comunicação de massa, a revolução está justamente em ultrapassar o convencional e

¹³ Reportagem intitulada “Brazilian leading social media boom”, exibida em 15/09/2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=zjRrdPxmd7c>

¹⁴ Anuário de Inclusão Digital - A Rede - 2009/2010.

promover uma inclusão daqueles que vivem alienados de novas formas de comunicação e informação.

Fazemos parte de um triste cenário mundial. Apenas 4% dos habitantes da África subsaariana possuem acesso à internet e, nos países em desenvolvimento, essa média é de 13%, chegando a 23% na América Latina e Caribe. O contraste com os países ricos é evidente: nos Estados Unidos e na Europa, 67% das pessoas têm esse direito. Dentro de cada país a situação também é de extrema desigualdade: no Brasil, 89% das pessoas da classe A acessam a internet, mas 61% dos brasileiros jamais entraram na rede, e esse percentual sobe para 87% quando se trata das classes D e E. No mundo todo, de cada cinco pessoas, apenas uma acessa a rede mundial de comunicação. (FUSER, 2010, p.10)

Essas profundas diferenças no acesso à internet são um exemplo do que se chama de brecha, cisão, exclusão ou desigualdade digital. Tais expressões, que inicialmente indicavam a distância entre os países ricos e os demais no acesso às tecnologias da informação e da comunicação, logo se estenderam às diferenças existentes entre distintos segmentos da população, em razão de renda, grau de instrução, etnia, gênero, idade, profissão.

Hoje, a discussão se amplia: não se trata apenas de ter acesso às tecnologias, mas também da qualidade desse acesso: um número cada vez maior de usos exige velocidade de banda larga e computadores inacessíveis à maioria da população dos países em desenvolvimento. Acessar as tecnologias da informação e da comunicação contribui para o enriquecimento cultural, o desenvolvimento econômico, a igualdade social, a melhoria da educação. Embora as brechas digitais sejam em grande medida consequência das desigualdades sociais existentes entre os distintos países e, também, entre os diversos segmentos da população, acabam por consolidar ou agravar essa situação.

Baixo poder aquisitivo, dificuldades na área da educação e uma infra-estrutura tecnológica frágil ou com preços inacessíveis são os fatores mais diretamente relacionados às desigualdades digitais. A Comissão Econômica para a América Latina e

Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas, em um estudo divulgado em 2009¹⁵, denuncia que, ao invés de diminuir, as brechas digitais entre países ricos e países em desenvolvimento têm aumentado nos últimos anos. O trabalho buscou não apenas verificar quantas pessoas acessam as tecnologias digitais, mas em quais condições se dá essa apropriação, e mostra como a diferença de velocidade de acesso e de capacidade de armazenamento de dados tem aumentado entre países pobres e ricos.

Fuser (2010) afirma que essa brecha tende a continuar crescendo, sem que se vislumbre uma mudança. O próprio conceito de banda larga é diferente entre países ricos e pobres.

Na América Latina e Caribe considera-se que o acesso a 256 Kbps é banda larga, enquanto nos países desenvolvidos o nível é bem maior, de 1 Mbps ou mais. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2008 relativa ao acesso à internet, realizada pelo IBGE, a ser abordada mais à frente, não define uma velocidade mínima para banda larga, apenas destaca que se trata de mais velocidade que a normalmente usada em linha discada. (FUSER, 2010, p.102)

Uma forma de driblar as disparidades entre excluídos e incluídos que existe em nosso país? Avançamos muito no mundo virtual, mas as desigualdades do mundo real continuam e tudo parece estar programado para que essa nova forma de exclusão reproduza as velhas diferenças sociais da nossa sociedade. Visando a democratização do acesso a internet de qualidade, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, por exemplo, uma proposta para incluir na Constituição do Brasil o acesso à internet como um direito. O projeto é de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e pretende incluir este novo direito no artigo 6º da Carta Magna brasileira, que trata dos direitos sociais¹⁶.

A justificativa para a PEC6/11 não se restringe apenas a uma admiração às novas tecnologias, “mas sim à óbvia constatação de que o acesso a tais tecnologias se torna cada vez mais importante para a formação pessoal, intelectual e profissional de todos os cidadãos”. Com a mudança, o artigo 6.º da Constituição incluiria como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, o **acesso à Rede**

¹⁵ Disponível na revista “Observatório Itaú Cultural”, edição 09/ 2010. Artigo assinado pelo professor adjunto da Universidade de Juiz de Fora (UFJF), Bruno Fuser.

¹⁶ Notícia de 04/05/11, disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/8950-senador-quer-acesso-a-internet-como-direito-constitucional.htm#ixzzlY9PR4gef>

Mundial de Computadores (Internet), a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” conforme documento disponível no site do senador que propõe a mudança. Além disso, o projeto de lei, que está em tramitação no Senado, classifica o atual cenário brasileiro digital como um “apartheid”:

Com efeito, o acesso ao computador e à Internet é fator decisivo para a competitividade dos países na economia internacional e dos indivíduos no mercado de trabalho. Por isso, a União Européia traçou como seu objetivo estratégico para este século tornar-se a “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo”. Da mesma forma, a OCDE, organização que congrega países desenvolvidos, recomenda que os estudantes devam ter acesso à Internet desde a primeira infância e que todos os cidadãos, lares, escolas e empresas têm de ser incorporados à era digital.

Pois bem, apesar dos grandes avanços verificados nos últimos anos em suas redes de telecomunicações, o Brasil ainda ocupava, em 2008, apenas a 69ª posição, entre 193, na lista da UIT (União Internacional de Telecomunicações) de países por percentagem da população com acesso à Internet (17,2%). Para se ter uma idéia, países como Austrália, Holanda, Suécia e Islândia têm entre 70% e 90% da sua população com acesso à Internet. Saliente-se que, mesmo na América do Sul, o Brasil não está bem posicionado, pois estamos atrás do Chile (28,9%), Uruguai (20,6%) e Argentina (17,8%).

O pior é que essa média baixa de inclusão digital encobre desigualdades extremas. Com efeito, estudo relativamente recente (2007) feito pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, intitulado *Lápis, Borracha e Teclado*, revelou realidade preocupante. Enquanto que, entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso a computador com Internet, entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Constatou-se também que somente 13,3% dos indivíduos de raça negra usam a Internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%), o que demonstra que a exclusão digital tende a reproduzir as condições que perpetuam o racismo no Brasil. As discrepâncias regionais são também enormes. Os índices de acesso à Internet das Regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) são mais de duas vezes superiores aos constatados nas Regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%). No Distrito Federal, 41% da população usam a Internet, ao passo que, em Alagoas, apenas 7,7% o fazem.

Entretanto, os dados mais preocupantes sobre esse apartheid digital do Brasil dizem respeito ao acesso à Internet nas escolas, pois é nelas que essa tecnologia pode fazer diferença. O estudo mostrou profundas disparidades entre as escolas públicas e privadas. No ensino fundamental, apenas 17,2% dos alunos das escolas públicas usam a Internet, ao passo que, nas escolas particulares, esse número sobe para 74,3%. Mesmo no ensino médio, o percentual de estudantes das escolas públicas com acesso à Internet ainda é muito baixo (37,3%), bem inferior ao constatado nas escolas privadas (83,6%), o que comprova que o sistema educativo brasileiro mantém o apartheid digital. Deve-se assinalar que é justamente no ensino médio que começa a formação técnica do jovem e onde se decidem as suas chances de ingressar no mercado de trabalho, de modo que a ausência da Internet nessa fase diminui muito suas chances de profissionalizar-se. (SENADO FEDERAL, 2011)

Pode ser que a mudança de escritura da Constituição Federal não altere tanto os resultados e não promova as transformações que são necessárias, mas há um aspecto simbólico importante caso a alteração venha a ocorrer. Levando em consideração a citação de Javier Bustamante¹⁷, nada mais longe da realidade que não compreender que o fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. Para o autor, nada está transformando tanto a realidade humana como a tecnologia em todas as suas facetas:

Estamos acostumados a entender a tecnologia como uma dimensão instrumental da realidade humana. Desse ponto de vista, as tecnologias são elementos de mediação com a realidade. Ampliam o alcance das nossas possibilidades de ação, multiplicam seu impacto sobre a natureza. Definitivamente, tudo o que se relaciona com o técnico supõe, em grande medida, implementar formas de controle e garantir um maior grau de cumprimento de alguns objetivos, sejam individuais ou coletivos, culturais ou econômicos, militares ou produtivos. Portanto, falamos de uma tecnologia aparentemente instrumental e neutra, já que os objetivos e o ideário aos quais serve vêm definidos pelo âmbito da ética e da política. Definitivamente, a visão instrumental da tecnologia nos leva a pensar que qualquer tipo de constituição política, qualquer tipo de cidadania é compatível com qualquer sistema tecnológico; que a democracia é alheia a certas decisões estratégicas relacionadas ao sistema energético, comunicacional e produtivo que caracterizam nossa sociedade. Nada mais longe da realidade. O fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. Nada está transformando tanto a realidade humana como a tecnologia em todas as suas facetas. Os conceitos de natural e de artificial se sobrepõem e se complementam continuamente. (BUSTAMANTE, 2011, p.13)

Há uma fala de Canclini (2007) que referenda as afirmações de Bustamante:

a exploração se fortalece num mundo de desconexões a partir da imobilidade dos pequenos e graças à duração com que os nômades acumulam mobilidade e multilocalização. Forte é quem, antes de mais nada, consegue não ser desconectado e, por isso, acrescenta conexões. Nas relações clássicas de exploração, obtinha-se o poder graças à repartição desigual dos bens estáveis, fixados territorialmente: a propriedade da terra ou os meios de produção numa fábrica. Agora, é o capital que produz a diferença e a desigualdade e a capacidade ou a oportunidade de mover-se, manter redes interconectadas. As hierarquias no trabalho e no prestígio estão associadas não só a posse de bens localizados, mas também ao domínio de recursos para conectar-se. (CANCLINI, 2007, p.95).

O autor também afirma que as diferenças e as desigualdades – as geradas pelo sistema de conexões e as preexistentes – ressurgem quando tratamos de entender as condições em que temos acesso ou somos excluídos das redes.

¹⁷ Extraído do livro “Cidadanias e Redes Digitais”, publicado em 2011.

Mais ainda: Boltanski e Chiapelo escapam a ilusão de que a libertação consistira em ampliar ilimitadamente a mobilidade, os contatos. Ao contrário de quem imagina emanciparem-se por meio do acesso cada vez mais intensivo e veloz, as redes chamam a atenção sobre o fato de que o incremento das conexões pode ser 'fonte de novas formas de exploração e novas tensões existenciais (CANCLINI, 2005, p. 97)

A informação referencia o homem ao seu destino, até mesmo antes do seu nascimento, formatando o seu mapa genético. Por isso, a relevância que a informação assumiu na atualidade recoloca para o nosso pensamento questões sobre a sua natureza, seu conceito e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive.

Neste cenário, não há como negar que a Internet é o único meio capaz de dar novo sentido às fronteiras. O que está em jogo hoje é uma profunda mudança no sentido da diversidade. Até pouco tempo atrás, a diversidade cultural foi pensada como uma heterogeneidade radical entre culturas, cada uma enraizada em um território específico, dotada de um centro e de fronteiras nítidas. O processo de globalização que agora vivemos, no entanto, e ao mesmo tempo um movimento de potencialização da diferença e de exposição constante de cada cultura às outras, de minha identidade àquela do outro.

1.3 – A palavra agora é “compartilhar”. Mas, o quê?

Definir objetivamente o valor da informação é uma tarefa ingrata por uma razão simples: ela vale exatamente o que você obtém dela. Isso quer dizer que a informação não tem nenhum valor intrínseco. Pelo contrário, só se obtém valor desta informação à medida que há o uso com alguma finalidade, à medida que há a geração de algum resultado a partir do seu uso.

Dowbor, por exemplo, sugere que o valor da informação está diretamente ligado ao uso com uma finalidade e geração de um resultado, o caminho a ser apontado por todos é interatividade proporcionada pelas mídias sociais, criadas com a chegada da

Web 2.0¹⁸, que ampliou e apresentou, definitivamente, as infinitas possibilidades de interação que a grande rede pode proporcionar aos seus usuários.

As mídias sociais, as possibilidades de troca de informação e compartilhamento que existe nos dias de hoje, mudaram para sempre a maneira como a sociedade funciona. Em qualquer lugar do mundo, mesmo nas regiões onde há escassez de informação, acesso precário aos meios tecnológicos e, até mesmo, onde a liberdade precisa de autorização para ser usufruída, a vontade de fazer parte da pauta do dia permeia o cotidiano de milhões de usuários.

Opinar virou uma palavra mágica para a maioria dos usuários da rede nesta nova geração de internet. Seja um produto, um serviço, o artigo de um amigo compartilhado ou o último capítulo da novela. Interação e compartilhamento da informação deram, definitivamente, a internet o status de quinto poder da comunicação. A sociedade de hoje está experimentando um caminho pelo qual nunca havia passado. A nova revolução da internet dá ao usuário de que nada mais é impossível de acontecer em termos de compartilhamento de informação.

Há uma euforia sobre o poder da interação social proporcionada pela rede. Blogs em todo o mundo acreditam no pleno poder das mídias sociais. Para os mais eufóricos, a sensação é de uma nova liberdade onde não haverá mais a possibilidade de não dividir ou não se expressar sobre algo, quando a vontade for a de se expressar (por mais radical que seja sua opinião, independente de quantas pessoas concordem ou discordem). O fato de haver uma pessoa que deseja compartilhar o mesmo desejo, dividindo e dando

¹⁸ Segundo a Wikipedia, o termo “web 2.0” foi criado em 2004 pela empresa americana O’Reilly Media e serviu para para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a “web como plataforma”, envolvendo wikis, aplicativos baseados no compartilhamento da informação e maior interatividade com o usuário. Seria uma comunicação de mão dupla, uma mudança na forma como a internet era vista por usuários e desenvolvedores. Tim O’Reilly define que a “web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. A regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos da rede para se tornarem melhores quanto mais usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva”. Muitos desenvolvedores e especialistas discordam do termo, do conceito e das idéias envolvendo o termo Web 2.0 e alegam que o conceito é demasiado extenso e vago, não existindo na Web 2.0 nenhuma nova tecnologia, conceitos e/ou idéias. Estes críticos consideram que não existe uma segunda geração de aplicativos web, apenas uma evolução natural, promovida principalmente pelo grande aumento no número de usuários de banda larga e da própria Internet.

contribuições ainda mais ricas, ou simplesmente o fato de conhecer outra pessoa e encontrar interesses em comum do outro lado mundo, abre para alguns uma janela de esperança em relação ao destino do mundo. Espalhar uma idéia ou uma novidade que ocorreu em algum lugar do mundo já não pode mais ser impedido por qualquer organização. A partir do momento que uma pessoa está habilitada a acessar a internet e expressar o seu ponto de vista sobre uma situação ou uma simples idéia, a informação já estará disponível para compartilhar com todos os usuários da rede.

Há ainda momentos importantes da história recente da nossa sociedade que foram marcados e ocorreram por causa das mídias sociais. A eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, em 2008, é um exemplo. Barack Obama venceu a eleição por causa, também, de uma efetiva campanha realizada por meio das mídias sociais, que mobilizou jovens em todo o país. Foi uma ação estratégica que usou todos os meios digitais disponíveis (SMS, email, plataformas de mídias sociais como twitter e facebook) para se comunicar com uma massa de eleitores norte-americanos que não se interessavam por política, mas estavam conectados. A campanha eleitoral de Obama pretendeu encorajar esses jovens, e outras centenas de eleitores sem esperanças sobre o futuro do país, a dividir opiniões, falar sobre os problemas e contribuir com as políticas públicas do novo governo. Obama percebeu que a participação popular deveria ser realizada de fato, com participação popular real, como nunca antes na história de uma campanha para um presidente nos Estados Unidos. Além disso, “*Yes, we can*”, o slogan que elegeu Barack Obama correu além fronteiras, como acontece em qualquer movimento criado na internet.

Em 2010, a população do Haiti sofreu com o terremoto que destruiu casas, bloqueou passagens para a chegada de comida e deixou a população sem eletricidade por dias. A maior parte das informações sobre a situação da população não podiam ser dadas pelos órgãos oficiais de governo, pois o país estava sem linhas telefônicas. A situação era alarmante. Foi o compartilhamento de informação por meio das redes sociais, principalmente no twitter, que ajudou a polícia a localizar desaparecidos, antes de outros países saberem sobre o estado de saúde de seus familiares e, principalmente, pessoas de outros países começaram a ajudar aqueles que tinham perdido tudo num dos países mais pobres de todo o mundo. A rede britânica BBC fez a cobertura da tragédia compartilhando os tweets enviados pelo correspondente internacional Matthew Price,

baseado em Porto de Príncipe, capital do país. O jornal inglês The Guardian manteve um blog atualizado constantemente pelas próprias redes sociais, o que teve ajuda de participantes do mundo inteiro.

Outros exemplos podem ser dados para exemplificar o poder das mídias sociais nos dias de hoje: seja as informações sobre o inesperado golpe militar em Myanmar (2009); sobre as consequências do terremoto no Chile (2010); a tomada do poder pelos rebeldes no Egito (2011), em uma ação articulada e reforçada pelas redes sociais; seja, como ocorreu recentemente, a passeata dos jovens espanhóis, no primeiro semestre de 2011, que marcham por todo o país convocando jovens pelas redes sociais para se manifestarem contra a recente crise econômica que assola a Europa e deixa milhares de recém-formados desempregados e cria uma nova classe de pobres de classe média.

Esse é o poder das mídias sociais e do compartilhamento das informações. Essa é o resultado do uso da informação pela rede. Está conectado e interagir em prol de algo. Essas novas tramas começam a redesenhar o mundo, resultado do potencial de articulação que a rede proporciona.

No entanto, há quem defenda que essa interação provocada pelas redes, e articulada pelas redes, não ocorre por causa das redes e da sua importância como agente de modificação social, que provoca uma união entre os demais. Pelo contrário, há quem defenda que as redes sociais somente provocam essas transformações justamente porque existem as desigualdades, porque são assimétricas. Esse fenômeno comunitário que existe na internet ocorre por que o mundo em que vivemos se caracteriza pela contrariedade, pela desigualdade, pelas cisões sociais.

Galloway (2011) ressalta que é comum falar sobre as redes em termos de igualdade, falar que as redes trazem um sentimento de imparcialidade aos assuntos. É comum dizer que as redes consistem em relações entre pares e padronizam e homogeneízam esses relacionamentos, o que discorda:

Redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária — pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem “se enredar”. Então, para começar a abordar a questão qual o potencial de uma rede? Eu gostaria de observar o que significa estar em uma relação de assimetria, estar em uma relação de desigualdade, ou em uma relação de antagonismo. Eu acho que o lugar mais importante onde a assimetria, o antagonismo e a desigualdade têm sido pensados é na teoria

política e social, particularmente na teoria militar. Isso porque a teoria militar é um dos lugares-chave em que a energia pura do antagonismo tem sido explorada, através do tema da ameaça assimétrica. Ela atende por muitos nomes. Às vezes, a ameaça assimétrica é chamada de insurgente, de partidária, ou de irregular; às vezes é um protesto, uma multidão; às vezes é chamada de rebelião popular, ou de atividade de guerrilha. Esses são alguns dos muitos sinônimos para o antagonismo no formato de rede. É por isso que, hoje, quando você ouve falar a respeito de terroristas, normalmente fala-se de redes terroristas. (GALLOWAY, 2011, p.89)

Há quem possa tecer severas críticas a essa consideração de Galloway, afirmando que isso pode ser usado como justificativa para as mazelas sociais, mas há coerência no que pontua o autor, pois é necessário considerar que a maior parte das revoluções do mundo somente ocorreu por causa da insatisfação, da falta de simetria entre governantes e governados, monarcas e republicanos, pobres e ricos, católicos e protestantes, por exemplo. Muitas das revoluções no mundo, principalmente aquelas que deram novos rumos a civilização aconteceram pela falta de simetria. A rede, entendida aqui como uma conexão de desejos em comuns, já acontece a algum tempo em nossa sociedade, mas foi favorecida pelos novos meios de comunicação que, por não estarem mais (em parte!) nas mãos dos que governam e ditam as regras, abriu um leque de possibilidades para as várias revoluções que estão escondidas e espalhadas pelo mundo. Para Galloway, essa é uma das formas mais interessantes de explicar esse poder incrível que potencializa a rede:

as redes podem derrubar governos; as redes podem construir novos impérios das cinzas do império antigo; as redes podem usar sua própria conectividade para propagar-se rapidamente em novos espaços; as redes são as mestras tanto do centro quanto do perímetro; as redes podem usar a “cauda longa” para contrabalançar picos de alta intensidade; as redes são também muitas vezes descritas como “fora de controle”; como estruturas que tendem a neutralizar os efeitos dos centros de poder tradicionais. Em suma, redes e hierarquias estão sempre em oposição umas às outras, ao mesmo tempo em que novas soberanias da rede aparecem no cenário (GALLOWAY, 2011, p. 91-93).

É justamente sobre o fato de estarmos em oposição constante, onde revoluções ocorrem e novas hierarquias assumem, que os otimistas a respeito das benesses das redes sociais precisam estar alertas. Sabemos que as mídias sociais tornaram-se poderosas ferramentas, livres de censura ou normas formais, fortalecendo e instigando a liberdade de expressão e incentivando a participação de revolucionários anônimos ao redor do mundo. Essa é uma parte da história e que ajuda a criar mitologias sobre a internet.

No sentido contrário está o crescente aproveitamento, por parte das grandes empresas, das redes sociais e seus portais dominantes tanto para o lançamento de campanhas de propaganda e marketing de baixo custo quanto para a integração dos usuários ativos às estratégias de simulação de fidelização, incluindo esses mesmos usuários como produtores gratuitos de conteúdos reapropriados pelos grandes grupos. Para Enrique Bustamante, há uma falta de crítica sobre o uso das novas tecnologias e isso contribuiu para se criar mitologias a respeito da cultura digital. Não há para Bustamante, por exemplo, “uma nova cultura, uma nova comunicação”, que divide radicalmente a história social da comunicação e da informação com a promessa do fim dos monopólios e com “a ilusão de um fluxo de total diversidade pela simples lógica da tecnologia e do mercado”. O autor ainda faz severas críticas, conforme abaixo:

o que vemos é um processo de reintermediação, de novos atores e intermediários (agregadores, empacotadores, buscadores ou recomendadores) que se constituem em hegemônicos *gatekeepers* globais (embora algumas vezes também existam atores importantes por país ou região) e que não se caracterizam precisamente pela sua filantropia: justamente com o *myspace.com* (absorvido pela Murdoch por meio da Fox Interactive) ou com o Youtube (comprado por meio de um bom preço pelo Google) podem ser mencionados os exemplos do Twitter, do Facebook, do LinkedIn e do Xing, liderados por grupos de capital de risco e cotados na bolsa com valores altíssimos. Quase todos eles misturam publicidade e merchandising ou comércio eletrônico com as complexas cadeias de comissão próprias da internet – afiliação -, mas sem desprezar as doações. (BUSTAMANTE, 2010, P81)

Foucault é autor da seguinte frase: “Eu não estou dizendo que tudo é ruim; eu estou dizendo que é perigoso”. Ou seja, é preciso encarar o alerta para que haja a defesa necessária sobre a continuidade da liberdade no espaço cibernético. A participação nas redes digitais é um exercício criativo da cidadania digital e não há como negar que as redes são primordiais para travar lutas onde vencer se mostra quase impossível. Chegamos a um ponto crucial da Sociedade da Era da Informação e é necessário fazer escolhas, decidir que caminhos queremos percorrer a partir de agora. Devemos optar se queremos uma comunicação que flua novamente do centro para a periferia, mantendo as velhas desigualdades sociais, ou uma comunicação compartilhada, de qualidade, produzida em diversos cantos do planeta, prezando a identidade cultural de uma comunidade. Qual o caminho?

Javier Bustamante aponta duas direções¹⁹ e faz uma análise certa sobre onde vamos parar dependendo do caminho que escolhermos:

Frente a esse panorama existem duas atitudes possíveis. Em primeiro lugar, o caminho até a *hipocidadania*, que quer dizer a eliminação paulatina da consciência cidadã por meio de várias dinâmicas políticas: aumento do controle social; expansão da informática por padrões proprietários; monopolização dos padrões de hardwares, softwares e padrões de comunicação; promoção de um uso simplesmente lúdico das TIC (incluindo a expansão do setor dos consoles e dos videogames); fomento de um uso superficial e não comprometido das redes sociais virtuais etc. Nessa dinâmica, está claro que o equilíbrio entre cidadãos e instituições centralizadas penderia claramente a favor das instituições.

Em segundo lugar, existe um caminho possível até uma *hipercidadania*, um exercício mais profundo da participação política que poderíamos chamar cidadania digital, e que nos alienaria da atitude niilista e ascética que acaba sendo inevitável na dinâmica anterior. (BUSTAMANTE, 2011, p.17)

Para Bustamante, a *hipocidadania* seria a única saída para preservar os princípios sobre os quais a internet foi criada e pelos quais os movimentos independentes e articulados pela rede ainda sobrevivem. Entre os conceitos que circundam está a crença no desenvolvimento criativo de serviços de governo eletrônico; a defesa do conceito de *procomun* (commons, bens comuns), conservando espaços de desenvolvimento humano; a extensão da luta contra a exclusão digital e outras exclusões históricas de caráter cultural, econômico, territorial e étnico que ferem, na prática, o exercício de uma plena cidadania; entre outros objetivos.

Um dos pontos mais interessantes citados por Bustamante é o fato de acreditar na utilização consciente do impacto das TIC sobre a democracia; a expansão de uma quarta geração de direitos humanos; a promoção de políticas de inclusão digital, entendendo como inclusão “não o simples acesso e compra de produtos e serviços de informática, mas o processo de criação de uma inteligência coletiva que seja um recurso estratégico para inserir uma comunidade ou um país em um ambiente globalizado”.

E como isso será possível? Por meio da educação. São as iniciativas nesse campo que vão nos mostrar um novo caminho, nos ensinar a entrar e estar nas novas tecnologias sem sermos vítimas das mesmas. É educando que teremos as estruturas das novas tecnologias como fatores de crescimento e não como instrumentos de dominação

¹⁹ Artigo “Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadanias digitais”, publicado em Cidadania e Redes Digitais (2011).

e separação. Não alfabetizar tecnologicamente de forma consistente e pensada a favor do ser humano pode ser tornar, com o passar do tempo, um fator importante para que milhares de jovens continuem excluídos socialmente, como é o caso da educação formal neste momento.

Acessar e saber o que estamos acessando será o motor da construção dos novos modos de conhecimento. Para isso, devemos contar com profissionais que nos ajudem a mediar entre quem 'nos vende' os valores dominantes do mundo globalizado e os valores tradicionais de um mundo em permanente transformação humana, e não somente econômica. É aqui que a figura do gestor cultural adquire um sentido e uma transcendência vitais. É nessa mediação que a gestão cultural deverá ir aprendendo a desenvolver novos modos de estar na cultura, de distribuir a cultura e de gerar a cultura. (VICARIO e DIAZ, 2010, p.18)

É preciso, então, usar os benefícios das novas mídias a favor da legitimidade da diversidade cultural, preservando o tradicional e ampliando os conhecimentos para além das fronteiras geográficas, somando e não diminuindo. A Internet é um vasto mundo de conhecimento. Conhecimento este que pode ser produzido e administrado por cidadãos mais conscientes de seu lugar na sociedade, de seus direitos e deveres e, principalmente, conscientes de seu papel cultura e do papel da sua cultura no mundo. Nesse ponto, a mediação poderá beneficiar as comunidades de menos acesso e multiplicar as ações de preservação e ampliação da cultura e da diversidade cultural. Essa pode ser considerado o verdadeiro poder da internet.

CAPITULO II – O PODER DA CULTURA

O principal objetivo desse capítulo não é buscar uma definição para a cultura e explicar o seu significado. Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, entre outras. Em cada uma dessas áreas é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos.

O que se pretende é compreender porque a cultura é tão importante dentro de uma sociedade e porque a preservação da ação cultural, do fazer cultural, tem uma função estratégica para as nações. Mais que uma definição, esse estudo busca entender qual a dimensão da cultura. Qual a sua função pública? Por que as políticas públicas de um governo devem levar em consideração que os programas culturais precisam ser realizados e implantados de forma estratégica nas comunidades? Por que ensinar por meio das artes? Qual a importância da preservação da memória, da história de um povo, da cultura de uma comunidade? De que forma a cultura pode ser analisada pelo ponto de vista dos Direitos Humanos? E porque cultura é um direito?

Definir, segundo o dicionário Aurélio, é “dar um sentido, explicar, revelar”, mas também pode ser “determinar, fixar, decidir, prover uma explicação clara e breve”. Mas, a palavra cultura pode ter vários sentidos, dependendo de como for empregada e, muitas vezes, a explicação do termo não é tão clara, pois “cultura”, nos dias de hoje, está presente em quase tudo. Em “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”, Stuart Hall²⁰ acredita que a cultura está no centro de tantas discussões e debates atualmente porque, em certo sentido, sempre foi importante, principalmente no campo das ciências humanas e sociais. No entanto, segundo o autor:

Disso não decorre, entretanto, que as ciências humanas e sociais tenham sempre dado à ‘cultura’ uma centralidade substantiva ou o peso epistemológico que ela merece. É importante que esta diferenciação entre os aspectos substantivos e epistemológicos da cultura (introduzido por du Gay, Hall et al., 1997) seja lembrada pelo resto deste capítulo. Por “substantivo”, entendemos o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das

²⁰ Stuart Hall é um teórico cultural jamaicano que contribuiu com obras chave para os estudos da cultura e dos meios de comunicação, assim como para o debate político. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo” é um dos artigos mais importantes da sua carreira e que refletem, principalmente, o momento de transição das indústrias culturais no final do século passado, em especial no Reino Unido, onde Hall atua.

atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular. Por “epistemológico” nos referimos à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a “cultura” é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo. (HALL, 1997, p.1)

Ou seja, quando o termo começou a ser usado de forma epistemológica, a cultura se transformou em um sentido central de definição de atividades e ações, realizando importantes mudanças de paradigma, momento considerado por Stuart Hall de “virada cultural”. Para ele, houve a expansão do termo “cultura” a um espectro mais amplo, mais abrangente de instituições e práticas e “passou-se a adotar a “cultura” das corporações, uma “cultura” do trabalho, acompanhar o crescimento de uma “cultura” da empresa nas organizações públicas e privadas, de uma “cultura” da masculinidade (NIXON, 1997), de uma “cultura” da decoração e das compras (MILLER, 1997), entre outros usos da palavra.

O que isto sugere é que *cada* instituição ou atividade social gera e requer seu próprio *universo* distinto de significados e práticas — sua própria cultura. Assim sendo, cada vez mais, o termo está sendo aplicado às práticas e instituições, que manifestamente *não* são parte da “esfera cultural”, no sentido tradicional da palavra. (HALL, 1997, p.13)

No entanto, a palavra “dimensão”, além de medida, também pode significar “tamanho, proporção, grandeza”. Dimensão é algo que pode crescer e se multiplicar, gerar resultado se for realizado em uma escala relevante. Entender a dimensão da cultura é entender até onde as ações culturais, se formatadas de forma estratégica, podem contribuir como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social, sendo um instrumento fundamental para o alcance da cidadania plena, do protagonismo cultural, do empreendedorismo juvenil, da economia criativa e, em especial, da liberdade de expressão como direito humano, tendo acesso a todas as formas de comunicação e informação.

Stuart Hall nada contra a corrente quando vai de encontro aos críticos que afirmam que o termo “cultura” se tornou vazio pelo seu uso demasiado em vários contextos:

Naturalmente, esta afirmação em relação à centralidade da cultura não significa — como seus críticos por vezes têm alegado — que não há nada senão a “cultura” — que tudo é “cultura” e que a “cultura” é tudo; ou, parafraseando a observação agora considerada infame do filósofo desconstrucionista francês Jacques Derrida, “Não há nada fora do texto”; ou, como imputam a Foucault, “Não há nada além do discurso”. Se fosse isso o que está sendo argumentado, seria certa — e corretamente — motivo para crítica porque, neste caso, teríamos simplesmente substituído o *materialismo*

ou o *socialismo econômico*, que outrora ameaçavam dominar estas questões nas ciências sociais, por um *idealismo cultural* — isto é, substituído uma forma de argumento reducionista por outra. O que aqui se argumenta, de fato, *não* é que “tudo é cultura”, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. (HALL, 1997, p.13)

Além disso, esse capítulo analisa a importância da formulação de políticas públicas efetivas para a democratização cultural no país e para a descoberta de caminhos criativos que possam ajudar na efetivação da economia do setor cultural, mas, principalmente, ajudar a resgatar o direito cultural das comunidades.

Finalmente, buscamos entender o panorama da política cultural no Brasil e de que forma os objetivos sociais das atividades culturais podem ser potencializados com o uso das novas tecnologias de informação e comunicação para ajudar no maior acesso da população aos bens culturais.

2.1 – Conceitos e dimensões da cultura

Definir cultura é um trabalho árduo principalmente por causa das análises que devem ser feitas com todas as informações coletadas. Em 1952, por exemplo, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn garimparam e compilaram uma lista de 164 definições sobre o termo que deu origem ao livro “Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions”. E essa lista deve ter aumentado com as diversas definições e usos que surgiram nos últimos anos (conforme já destacado por Stuart Hall).

A UNESCO – conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (México, 1982), da Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento (1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998) –, conceituou cultura como “um conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. No entanto, podemos considerar que este conceito assume um tom genérico ao tentar posicionar o termo dentro do contexto atual e tenta abarcar todos os outros significados e sentidos já dados a palavra cultura.

Por exemplo, do ponto de vista das ciências sociais, a definição criada por Tylor²¹ é a mais conhecida, segundo o qual a cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (LARAIA, 2006). Todavia, Tylor defendia o princípio do evolucionismo, que acreditava haver uma escala evolutiva de progresso cultural que as sociedades primitivas deveriam percorrer para chegar ao nível das sociedades civilizadas, o que não era compartilhada por todos os pensadores e pesquisadores contemporâneos a Tylor.

Boas²² discordava das direções apontadas pelos evolucionistas e defendia que ao estudar os costumes particulares de uma determinada comunidade, o pesquisador tem que buscar explicações no contexto cultural e na reconstrução da origem e da história daquela comunidade. Decorre dessa constatação o reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma cultura universal (CUCHE, 2002).

Duas acepções nacionais distintas de cultura são exploradas por Canedo (2009) que traça um breve panorama da evolução do termo e das compreensões que geraram as teorias a respeito da cultura. Um dos destaques é conceituação criada na França e na Alemanha, que introduziu pensamentos distintos a respeito da palavra cultura em nossa sociedade:

No pensamento iluminista francês, a cultura caracteriza o estado do espírito cultivado pela instrução. “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”(Cuche, 2002, p.21). No vocabulário francês da época, a palavra também estava associada às idéias de progresso, de evolução, de educação e de razão. Cultura e civilização andavam de mãos dadas, sendo que a primeira evocava os progressos individuais e a segunda, os progressos coletivos. Neste sentido, há uma diferenciação entre o estado natural do homem, irracional ou selvagem, posto que sem cultura; e a cultura que ele adquire através dos canais de conhecimento e instrução intelectual. Decorre

²¹ Antropólogo inglês considerado o pai do conceito moderno de cultura, que defende que os diferentes povos sofreriam convergência de suas práticas culturais ao longo de seu desenvolvimento, idéia que não é consenso hoje em dia. Sua principal obra é *Primitive Culture*, de 1871. Tylor é considerado um representante do evolucionismo social e em seus trabalhos definiu o contexto do estudo científico da antropologia, baseado nas teorias uniformitárias de Charles Lyell. Além disso, Tylor foi o responsável por introduzir o termo animismo (a fé na alma individual) no senso comum. Ele considerou animismo como o primeiro estágio de desenvolvimento de todas as religiões.

²² Franz Boas (1858-1942) foi um dos pesquisadores que mais influenciaram o conceito contemporâneo de cultura na antropologia americana. Ele é apontado como o inventor da etnografia por ter sido o primeiro antropólogo a fazer pesquisas com observação direta das sociedades primitivas. Em seus estudos, Boas concluiu que a diferença fundamental entre os grupos humanos era de ordem cultural e não racial ou determinada pelo ambiente físico.

daí a idéia de que as comunidades primitivas poderiam evoluir culturalmente e alcançar o estágio de progresso das nações civilizadas. Este pensamento também deu origem a um dos sentidos mais utilizados em nossos dias, que caracteriza como possuidores de cultura os indivíduos detentores do saber formal.

(...) Na Alemanha, os primeiros usos do sentido figurado de *Kultur* no século XVIII guardavam similaridade com o pensamento francês. A idéia de cultura como civilização era comumente utilizada pelos príncipes da aristocracia alemã, que estavam “preocupados demais em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa” (Cuche, 2002, p.25). Acontece uma inversão de sentido no momento em que a intelectualidade burguesa, que não compartilhava o poder com os nobres, passa a criticar a superficialidade dos hábitos cerimoniais dos príncipes alemães, relacionados com a civilização, em contraposição com a cultura, que caracteriza neste pensamento, o que é autêntico, profundo e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual. Segundo Cuche, a civilização, relacionada à nação francesa, passa a ser colocada em oposição à cultura que, entendida como uma marca distintiva da originalidade e da superioridade do povo alemão, adquire um importante papel nas discussões nacionalistas que se conformariam nos períodos históricos posteriores e que culminariam na Primeira Guerra Mundial. (CANEDO, 2009, p.3)

A evolução do significado de cultura assumiu perspectivas diferentes nos dois países, o que marcou fortemente a base dos estudos das Ciências Sociais. O entendimento francês de cultura como característica do gênero humano deu origem ao conceito universalista. Já a concepção alemã deu as bases para o conceito particularista, pois acreditava que a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002).

O mais importante ao identificar todos esses conceitos, é entender que cada um deles fez parte de um cenário histórico e o uso do termo (na maioria dos casos) estava voltado para atender as necessidades da sociedade daquele determinado período. O conceito definido pela Unesco, então, não apenas reflete a necessidade de posicionar o significado de cultura dentro do cenário contemporâneo em que vivemos, onde as necessidades sociais são diferentes das outras épocas, mas também busca atender a uma outra questão da sociedade atual: qual a real necessidade, a função, a dimensão da cultura?

Se levarmos em consideração todos os conceitos que foram aqui citados, e os que não foram – mas que também são reconhecidos em outras ciências para determinar cultura -, vamos perceber que todos articulam entre si, são complementares, justamente porque cultura, acima de tudo, possui uma função transversal e sua dimensão vai muito além de um sentido sociológico, antropológico ou econômico. Conforme Nunes (2009),

a cultura é um sistema de padrões de comportamentos socialmente transmitidos e que se formam por meio de um emaranhado de elementos dinâmicos, complexamente interligados, desenvolvidos historicamente por uma sociedade como resposta conjunta aos estímulos que encontraram no decorrer do tempo, sejam eles naturais, sociais ou intelectuais. Nunes afirma que:

A cultura fornece aos homens, desde que nascem, uma visão da realidade construída historicamente pela sua sociedade. São como lentes que os seres humanos usam para enxergar o mundo. Forma um sistema simbólico de compreensão e organização da realidade e um meio de sobrevivência que se utiliza de estratégias além do nosso corpo (extra-somáticas) fornecendo meios para nos adaptarmos a uma grande variedade de fenômenos e ambientes, possibilitando ao homem a qualidade de desenvolver a si mesmo, socialmente.

Na medida em que os indivíduos, agrupados em sociedade, interagem entre si e com o mundo que os cerca, respondendo os estímulos recebidos, procurando responder as questões que lhe são impostas por si mesmo, pela sua sociedade ou pelo ambiente e procurando encontrar soluções aos problemas que encontram, o homem desenvolve sua cultura.

A cultura é, então, diretamente produzida através das relações sociais e respostas-criativas encontradas por uma sociedade e constituída num sistema simbólico compreendido e compartilhado por seus integrantes. O desenvolvimento das sociedades é altamente dinâmico, estando sujeito a uma grande variedade de estímulos. A cultura, portanto, é trabalhada constantemente no decorrer do tempo através dos constantes estímulos impostos pelo meio, pelos próprios indivíduos e pelo contato com outras culturas.

[...]

O ser humano é, portanto, um animal de dimensões biológicas e culturais, o que torna o estudo da cultura essencial para compreender o homem e a humanidade de maneira totalizante, como se propõe a antropologia. (NUNES, 2009, s/p.)

Ao entendermos a transversalidade da cultura, compreendemos a sua real dimensão e a relevância da sua aplicabilidade local ou global. Passamos, assim, a compreender qual a função do fazer cultural em uma comunidade, no cotidiano de um grupo de indivíduos, na soberania de um país. E isso é que nos direciona a entender o sentido empírico da finalidade da cultura defendido por pensadores como Kant e Weber²³.

²³ Na concepção defendida por Kant, “a cultura é a finalidade última da espécie humana, ou seja, o objetivo final da nossa natureza, vista como “cenário da sabedoria suprema”, por ser aquilo que torna as pessoas suscetíveis às idéias”. Já Weber acredita que a função da cultura é apontar o desencantamento do mundo a partir do momento em que o homem consegue dominar todas as coisas por meio das ciências exatas. Para ele, “nesse mundo sem encantos ou magia, os sentidos da existência, do tempo e do conhecimento tomaram outros rumos, perderam sua força”.

Isaura Botelho (2001) defende que quando se define um programa cultural a partir do pressuposto de que “cultura é tudo”, a possibilidade de traduzir a amplitude/dimensão do discurso desejado é ineficaz, assim como sua prática. Por isso mesmo, “torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções”. Segundo a autora, há duas importantes dimensões que devem ser consideradas quando tratamos da cultura como um tema transversal.

Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais que chegam a interferir nos estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta: aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente o trabalho, o uso do tempo livre, etc. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando. (BOTELHO, 2001, p. 4)

No caso da dimensão sociológica, Botelho afirma que este caminho ajuda a construir determinados sentidos e alcançar algum tipo de público através de meios específicos de expressão. Ao contrário da dimensão antropológica, a pesquisadora acredita que é mais fácil planejar uma “interferência e buscar resultados relativamente previsíveis”. Conforme assinala:

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso.

Deixam-se de lado, aqui, as construções que ocorrem no universo privado de cada um, abordando-se aquelas que, para se efetivarem, dependem de instituições, de sistemas organizados socialmente: uma organização da produção cultural que permite a formação e/ou aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar nesse circuito de produção, que cria espaços ou meios que possibilitam a sua apresentação ao público, que implementa programas/projetos de estímulo, que cria agências de financiamento para os produtores. Em outras palavras, trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura. (BOTELHO, 2001, p5)

Soma-se a esses dois conceitos a dimensão política da cultura defendida por Marta Porto²⁴, para quem mais do que aspectos técnicos é urgente recuperar a importância da cultura na reorientação de um processo de desenvolvimento com justiça social:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar a insuficiência histórica no Brasil do debate que relaciona cultura e retomada da democracia, cultura e direitos sociais e, conseqüentemente, cultura e desenvolvimento. Alheia à boa parte dos avanços políticos que marcaram, nas duas últimas décadas, as discussões em outros setores de atuação pública, a cultura caracterizou-se, nos últimos anos, como uma área de “disputa de privilégios” personificados nos limites reivindicados para a isenção fiscal dos diversos setores artísticos, pelo lobby de aprovação dos tetos permitidos nas comissões de cultura e, naturalmente, pelas verbas publicitárias e de marketing das grandes empresas brasileiras, em especial e paradoxalmente, das estatais.

(...) Apesar do enorme esforço de redemocratização do país, a cultura não conseguiu alçar-se ao estatuto de política central no processo de compreensão da dinâmica social e, muito menos, no aproveitamento dos dados novos que esta dinâmica trouxe e traz para a efetividade das políticas de desenvolvimento do país e da gestão dos recursos sociais. O traço da invisibilidade continua a operar como uma máscara de incompreensão e de não reconhecimento do lugar central da cultura e da força das práticas locais na reimaginação da democracia brasileira. Democracia que incorpora o respeito às diferenças, o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, as questões de gênero, étnico-raciais, de proteção às minorias culturais. (PORTO, 2004, s/p.)

As posições de Botelho e Porto atentam para o futuro, pois demonstram os processos que são necessários para que a sociedade se torne realmente democrática em sua essência. Cultura tem um papel fundamental no funcionamento da sociedade, pois detém as chaves do sistema de poder e conforme Foucault²⁵, “onde há poder, ele se exerce”.

Olmos (2000, s/p) afirma que “a capacitação em cultura se tornou uma necessidade estratégica porque é essencial para a construção do poder”. Para ele, o

²⁴ Gestora de cultura e especialista em políticas públicas, Marta Porto ocupou por um período Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MINC e sua saída assinalou algumas das contradições da atual gestão, como vemos adiante. . o posto de é uma das mais importantes pesquisadoras do setor cultural no Brasil.

²⁵ Michel Foucault levou à percepção e à crítica dos “regimes de verdade” do Estado, e das Ciências, problematizando-os como expressões de determinada cultura e direcionando o olhar do historiador para o controle social sobre o eu e sobre o corpo. Surgiu, então, a necessidade de se estudar o poder em todas as dimensões sociais, não mais numa simples relação vertical entre Estado e sociedade, mas também de forma horizontal, nas mais variadas formas de vivência cotidiana. Daí as idéias relacionadas ao estudo da microfísica do poder e o entendimento de que as práticas discursivas são objetos fundamentais de estudo que podem revelar a construção ou a constituição do que são os próprios objetos da fala (FOUCAULT, 1984, 1985, 1988 e 1996).

poder cultural está nas mãos de uma minoria elitista que costuma ditar o que pode ser ou não consumido. Faz sentido, então, defendermos a inserção da cultura na agenda política nacional, dado o seu poder articulador, mobilizador e transformador. Olmos defende que “enquanto tratarmos a cultura como questão de classe trabalhadora – a artística, no caso, estaremos diminuindo comodamente o seu papel na sociedade, contribuindo com isso para a manutenção de um sistema de poder que carrega o Brasil para o caos social”.

Ou seja, enxergar a cultura como elemento de transformação social significa maximizar seu potencial mobilizador, de transmissão de conhecimento e de formação de espírito crítico necessário para a própria existência. Stuart Hall (1997), por exemplo, ao abordar a centralidade da cultura, deixa claro sua ascensão para o centro da vida política, econômica e intelectual a partir de transformações ocorridas desde o início do século XX. Hall relata que a cultura reordenou a sua relação com as esferas da política e da economia, pois uma vez considerada como central, “a cultura rearticula todas as demais polarizações, conferindo um novo lugar para as antigas discussões firmadas nas ciências econômicas, políticas ou sociais”. O autor aborda uma centralidade que borra fronteiras, que corrói hierarquias e que poderia ser traduzida pela quase impossibilidade de se ignorar a importância galgada pela cultura na vida humana:

No século XX, vem ocorrendo uma ‘revolução cultural’ no sentido substantivo, empírico e material da palavra. Sem sombra de dúvida, o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas expandiu-se para além do conhecido. Ao mesmo tempo, a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e a organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento por meio do ambiente global e a disposição de seus recursos econômicos e materiais (...). Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais tem se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. (HALL, 1997, p.2)

Estamos vivendo uma era única, não apenas pelos avanços tecnológicos que presenciamos todos os dias, cada vez mais rápidos do que imaginamos, mas porque a pobreza material, a ausência de recursos causada pela injusta distribuição de riqueza proposta pelo sistema econômico que vivemos continua sendo a principal causa dos males sociais e individuais. O grande desafio neste momento é justamente não deixarmos a nossa identidade tornar-se aleatória e fluida, ao sabor das relações efêmeras, em grande parte determinadas pelas pressões sócio-econômicas.

Nos dias de hoje, a cultura não só contribui para a formação de identidades e a construção da base simbólica e de valores de uma sociedade, como também atende a outros propósitos como o crescimento econômico e até a coesão social. A participação do indivíduo nas atividades culturais está diretamente ligada à cidadania cultural. No entanto, o Estado precisa formular políticas públicas que respeitem essas necessidades e essas necessidades têm que considerar o acesso a cultura como um direito, um direito humano, que faz parte da evolução da sociedade. O respeito aos direitos culturais permitem, então, uma compreensão mais rica do princípio da universalidade dos direitos humanos levando em conta a diversidade cultural. Ademais, os direitos culturais constituem ferramentas essenciais para o desenvolvimento, a paz e a erradicação da pobreza, bem como de respeito e compreensão mútuos entre indivíduos e grupos em toda a sua diversidade.

2.2 – Direito cultural versus política cultural no Brasil

Há dois importantes pontos a serem destacados neste capítulo e que estão interligados. O primeiro diz respeito à relevância da preservação e respeito dos direitos culturais e o segundo é de que maneira as políticas públicas de cultura devem ser elaboradas levando em consideração esses direitos. Nos dias atuais, não há como pensar na formulação dessas políticas sem articular as atividades culturais com o intuito de garantir que o indivíduo possa participar da vida da cultura da sua comunidade, do seu país. Por isso, mais que formular programas e ações culturais governamentais na área cultural, é necessário pensar em que dimensões a cultura será pensada para transformar a vida do cidadão de forma efetiva.

É necessário ressaltar, no entanto, que os direitos culturais já estão assegurados desde 1976, quando entrou em vigor a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos econômicos, sociais e culturais²⁶, estabelecendo que todos têm direito de participar da vida cultural, da sua própria vida cultural e da vida cultural de todos. A formulação dos direitos culturais constitui uma validação e uma ampliação dos direitos humanos, cuja declaração surgiu em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, como forma de proteger os indivíduos contra os excessos do Estado (que, em parte, temos que admitir, ainda ocorre e as ações de sanção da ONU têm sido ineficazes para minimizar ou solucionar).

²⁶ Declaração Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 16 de dezembro de 1966 e que entrou em vigor em 3 de janeiro de 1976.

No entanto, a preservação dos direitos culturais e a efetivação do funcionamento desses direitos em toda a sociedade constituem uma área de desafio, pois são direitos que estão ligados a vasta gama de questões que variam da criatividade e expressão artísticas em diversas formas materiais e não-materiais a questões de língua, informação e comunicação; educação, identidades múltiplas e inconstantes; busca de modos específicos de vida; participação na vida cultural, acesso e contribuição a ela; bem como práticas culturais e acesso ao patrimônio cultural tangível e intangível.

Tanto que a ONU contratou uma especialista independente para cuidar diretamente da área²⁷. Em entrevista a revista “Observatório Itaú Cultural”, Farida Shaheed, acredita que a decisão do Conselho de Direitos Humanos da agência de nomear uma especialista independente para o campo dos direitos culturais reflete o desejo da comunidade internacional de avançar na concretização dos direitos culturais, que, no passado, foram considerados subdesenvolvidos.

Minha pesquisa gira em torno dos desafios enfrentados na defesa da universalidade dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que se mantém o direito de todos os indivíduos e comunidades a promover, proteger e desenvolver suas culturas. Ao longo dos anos, trabalhando em contextos culturais diversos, tenho me empenhado em aumentar o entendimento das normas, dos padrões e dos instrumentos relativos aos direitos humanos e fomentar as medidas apropriadas para a promoção e a proteção dos direitos culturais como um processo complementar necessário para a proteção de todos os direitos e liberdades fundamentais. Minha preocupação tem sido a promoção de políticas e projetos específicos para determinados contextos elaborados com uma frágil abordagem cultural, com vistas a dar sustentação aos direitos de setores marginalizados, incluindo os de mulheres, lavradores e religiosos, bem como minorias étnicas.(SHAHEED, entrevista)

Não é uma tarefa simples, levando em consideração não somente a definição múltipla de cultura, mas o fato que a cultura também é individual e não apenas coletiva. Por esse motivo, há direitos individuais e direitos coletivos a serem analisados e respeitados. Para Pietro de Pedro (2011), a necessidade de incorporar os direitos culturais aos direitos fundamentais considera a importância política, social e científica que a cultura adquiriu nos dias de hoje, após um processo desenvolvido principalmente na segunda metade do século passado. Ao velho ideal de cultura como fator essencial do

²⁷ Farida Shaheed é reconhecida internacionalmente por suas pesquisas no Women’s Resource Center [Centro de Recursos para as Mulheres] e como membro do conselho do centro conhecido pelo nome de Women Living under Muslim Laws [Mulheres que Vivem sob Leis Muçulmanas]. Socióloga de trânsito internacional, atua desde os anos 1980 como consultora para diferentes agências da ONU e defende as causas dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

desenvolvimento pessoal acrescenta-se agora seu valor como fator de igualdade e solidariedade, de integração social e desenvolvimentos humanos.

Mas a concepção integral não se esgota aqui, pois o caráter transversal da cultura (ela não é um âmbito fechado e separado, mas está presente em todos os âmbitos da vida humana) obriga todos os outros direitos fundamentais não culturais a considerar a dimensão cultural que, às vezes, se evidencia em seu exercício (assim, quando a liberdade de expressão ou o direito de associação entram em contato com um valor cultural, este deve ser considerado). (PRIETO de PEDRO, 2011, p.46)

A 11ª edição da revista “Observatório Itaú Cultural” trata dos desafios criados pela implementação dos direitos culturais. Teixeira Coelho, editor especial para este número, destaca uma declaração do filósofo, escritor e político italiano, que afirma que, na verdade, estamos na “era da *expectativa* dos direitos”. Uma afirmação, segundo Teixeira Coelho, não pessimista no seu todo, mas que nos alerta que os direitos, na verdade, ainda não existem, não fazem parte da nossa vida em sua totalidade ou, em muitos casos, nem mesmo são reconhecidos.

Os direitos culturais foram uma ampliação dos direitos humanos: deram consistência e conteúdo a palavras como liberdade – já por si suficientemente nobre –, mas que por vezes podem se revelar perigosamente vazias. Liberdade para quê? De certo modo, não seria necessário qualificá-la. Liberdade de pensamento e de expressão já deveria ser algo suficientemente claro. Mas de que vale uma liberdade de pensamento se não posso expressá-lo de modo que faça realmente sentido? Não basta que me seja garantido o direito de subir num caixote em praça pública e dizer o que me passa pela cabeça. Importa que essa liberdade possa ser exercida no interior de um sistema no qual palavras e atos façam pleno sentido entramado, e esse sistema tem um nome hoje: vida cultural. A vida cultural é um complexo de proposições e relações que dão pleno sentido à liberdade humana. (COELHO, 2011, p.8)

O acesso a cultura e a possibilidade de dela participar estão basicamente vinculados a relações e interações humanas. As políticas que incentivam esses aspectos podem ter impactos de grande alcance sobre a coesão social, a formação da cidadania e a construção de vidas significativas. Mas, o direito de participar da vida cultural implica uma infra-estrutura institucional para promover a participação popular e o acesso às atividades culturais. Assim, o Estado precisaria: garantir o acesso financeiro a espetáculos, teatro, cinema, eventos esportivos e outras atividades culturais a todos os segmentos da população; expandir o acesso ao patrimônio cultural da humanidade, inclusive por meio de novas tecnologias da informação; estimular a participação das crianças na vida cultural, inclusive de crianças de famílias mais pobres e filhos de migrantes e refugiados; e eliminar as barreiras de comunicação assim como as físicas e

sociais que afastam idosos e pessoas com deficiências da participação plena da vida cultural.

Além disso, os governos deveriam tomar medidas para proteger a diversidade cultural, promover a conscientização do patrimônio cultural das minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas e das comunidades indígenas, criando condições favoráveis para que elas preservem, desenvolvam, expressem e disseminem sua identidade, história, cultura, língua, tradições e costumes.

Ou seja, de acordo com Rubim (2010), as políticas culturais precisam ser pensadas levando em consideração novas modalidades de articulação entre políticas de identidade e para a diversidade cultural. Mas, mais do que isso o novo desafio é inventar políticas culturais “em um mundo em que as organizações culturais mais potentes são privadas e, mesmo as transnacionais, subordinadas portanto à lógica do mercado e do lucro”.

No artigo “Políticas Culturais e Novos Desafios”, Rubim analisa o cenário da relevância das políticas culturais e demonstra porque o Estado precisa ser um agente importante na promoção das ações culturais para a preservação dos direitos culturais e humanos. Desde as experiências na Europa (principalmente França e Inglaterra) até o exemplo brasileiro, o autor traça um perfil interessante sobre os inúmeros desafios enfrentados pelas políticas culturais desde a sua invenção em meados do século XX.

No caso brasileiro, ainda há muito que avançar. E esse é o segundo ponto importante a ser discutido neste capítulo. Conforme afirmação de Marta Porto, somos uma democracia jovem e, mesmo sabendo que avançamos bastante para um país considerado “em desenvolvimento”, ainda engatinhamos na garantia dos direitos humanos e culturais para a maior parte da população. Nosso histórico de investimento em ações culturais não atende ao pedido de desejo de transformação via políticas públicas feito por muitos pesquisadores e pensadores das ciências sociais, como os muitos já citados até o momento.

O final dos anos 1930 pode ser considerado o período que marca a atuação do Estado na criação de programas e ações voltados para a área da cultura, levando em consideração a atuação do ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e

Saúde durante o governo Vargas²⁸. Na era pós-Estado Novo, de 1945 a 1963, o investimento por parte do Estado não foi tão intenso e apenas refletia a polarização do mundo dividido pela guerra fria. Enquanto havia uma mobilização para realçar as diferenças entre o novo e o tradicional na cultura brasileira por segmentos progressistas como UNE e CPC, a indústria cultural se fortalecia através do rádio, cinema e televisão. Já no período do autoritarismo militar, entre 1964 a 1985, o setor cultural brasileiro sofre com a dimensão nacionalista de cultura estabelecida pelos militares (MOISÉS, 2001)²⁹.

A área cultural do país começou a se transformar a partir de 1986, quando é criada a Lei 7505, conhecida como Lei Sarney, que regulou a participação da iniciativa privada como financiadora da cultura mediante compensação fiscal. Sua aplicação trouxe pra o campo da cultura o empresariado como agente de financiamento, mas foi revogada pelo presidente Fernando Collor, no início do seu governo, em 1990. Essa ação fez parte de um conjunto de medidas que reduziu de forma radical os órgãos culturais no Brasil. Só a partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a antiga Lei Sarney voltou à cena, agora como Lei Rouanet³⁰, tendo como titular do Ministério da Cultura o sociólogo Francisco Weffort.

Durante as duas gestões de FHC, o financiamento da cultura ficou sob a responsabilidade do mercado e este cenário ainda não mudou por completo. De 1995 a 2002, não houve ações de política pública que considerasse a diversidade cultural espalhada pelo Brasil e que visasse minimizar, pelo menos, a grande desigualdade social e a falta de acesso da população, principalmente da região Norte e Nordeste, aos mecanismos culturais. O setor cultural brasileiro, em todos os estados, ficou reduzido a “política de balcão”, à boa vontade da política privada de cultura estabelecida pelos

²⁸ A entrada de Getúlio Vargas no poder, após a revolução de 1930, abriu novas perspectivas para o setor cultural do país. O presidente populista percebeu as vantagens de usar a cultura como plataforma política e os primeiros passos do então presidente na área foi a construção de instrumentos institucionais voltado para o desenvolvimento da cultura nacional (como o cinema, radio e comunicação).

²⁹ A principal característica desse momento é a formulação de uma política que afirmasse a presença do Estado no desenvolvimento da cultura. A atuação do governo em assuntos culturais resultou, em 1975, na criação da Política Nacional de Cultura (PNC). O governo Geisel concretizou, assim, a necessidade de incluir a cultura oficialmente no programa de desenvolvimento e segurança do governo militar.

³⁰ Em 1991, o presidente Collor e o segundo titular da Secretaria da Cultura no seu governo, Sérgio Paulo Rouanet, instituíram uma nova lei de incentivos fiscais para a cultura, a Lei 8.313, que ficou conhecida como Lei Rouanet. A aplicação dessa Lei, no entanto, só foi regulamentada em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como titular do Ministério da Cultura o sociólogo Francisco Weffort.

departamentos de marketing das empresas, mesmo aquelas de caráter público, já que muitas secretarias de cultura estaduais criaram leis de incentivos fiscais para preencher o grande hiato da falta de investimento real em programas de cultura que vislumbrassem a garantia da cidadania e a preservação das variadas formas de arte existentes no país.

A principal crítica que recai sobre este modelo é a delegação ao empresariado da condução dos investimentos, determinando onde, como e quanto investir na cultura, com isenção total ou de grandes percentuais, via mecanismos fiscais. O que, em síntese, transfere para o mercado, com uso de dinheiro público, atribuições típicas do Estado na condução de uma política para a cultura. O Estado, que tem a responsabilidade de fomentar a criação artística e intelectual, e a distribuição do conhecimento se ausentou de sua obrigação.

Rubim acredita que este período de gestão Fernando Henrique Cardoso/Francisco Weffort simbolizou colocar o “mercado em detrimento da identidade nacional, por meio das leis de fomento à cultura”:

Tais leis, de imediato, ocuparam quase integralmente o lugar das políticas de financiamento e – ato contínuo – tomaram o espaço das políticas culturais. Assim, o estado retraiu seu poder de deliberação político-cultural e passou a uma atitude quase passiva, através da qual apenas tinha a função de isentar, muitas vezes em 100%, as empresas que «investiam» no campo cultural. Em resumo, ainda que o recurso fosse, em sua quase totalidade, público, o poder de decisão sobre quais atividades deveriam ser apoiadas passou a ser de responsabilidade apenas das empresas. A ausência do tema das políticas culturais no cenário internacional e brasileiro foi ocasionada, por conseguinte, pela pretensão do mercado de ser capaz de resolver a questão cultural na nova conformação societária que estava se constituindo com base no «pensamento único». Ou seja, pela prevalência do mercado sobre a política como modalidade de organização da sociedade e da cultura. (RUBIM, 2001, p.93)

No entanto, há que se reconhecer que a política de incentivo fiscal ajudou a profissionalizar o mercado, criou mais oportunidades dentro do departamento de marketing cultural das empresas (que buscam profissionais não apenas *expert* em ações de marca e Relações Públicas, mas que entendam o mercado criativo da cultura, abrindo novas oportunidades para a gestão cultural³¹) e abriu novas frentes de distribuição e

³¹ A autora entrevistou gestores de cultura a respeito da importância do setor cultural para transformações sociais. Sobre as leis de incentivo, as opiniões são divergentes. João Leiva, um dos mais importantes produtores culturais do Brasil afirma que “as leis foram claramente importantes. A evolução dessa situação passaria por uma análise dos resultados obtidos, o que ainda não foi feito. No caso do teatro, não sabemos quanto do dinheiro foi para peça e o quanto para festivais, no do cinema, o quanto foi destinado para festivais de caráter anual e o quanto foi para mostras pontuais. Mesmo números apresentados como

circulação da cultura. Para um país que ainda está amadurecendo a sua visão de democracia, e que passou por momentos tenebrosos em sua área cultural, não há como negar que as leis de mecenato preencheram um vazio deixado pela falta de investimento na área por mais de cinquenta anos.

Botelho considera que o financiamento é um dos “mais poderosos” mecanismos para a efetivação de uma política pública de cultura, mas ressalta que isso precisa ser um equilíbrio entre ações oferecidas pelo Estado e iniciativa privada.

Em outras palavras, para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública, em que parcerias – tanto entre áreas de governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical – são fundamentais para conquistar novas fontes privadas de financiamento. Conseqüentemente, para que os incentivos fiscais funcionem é necessário que haja um clima de recepção favorável a eles na sociedade e, nesse sentido, a postura do governo com relação à cultura e às artes é fundamental. Os estudos comparativos sobre a matéria comprovam a importância, junto aos potenciais financiadores privados, da chancela dada pelo poder público a um determinado projeto ou instituição através de sua participação financeira, mesmo que seja pequena.

Como toda política pública, as políticas culturais também necessitam prever, em seu planejamento, as suas fontes e mecanismos de financiamento. No entanto, é a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais. (BOTELHO, 2001, p.14)

Da política neo-liberal de Fernando Henrique Cardoso, passamos a um “redescobrimento” do Brasil proposto pela nova gestão de Lula, tendo Gilberto Gil como ministro da Cultura. O impacto simbólico de Lula na presidência (ex-operário, semi-analfabeto, de raízes nordestinas) trouxe para as políticas públicas de cultura um pensamento novo, que deveria conversar com o momento histórico que o País vivia (BRANT, 2009).

“absurdos”, como a concentração no sudeste e em poucos proponentes não resiste a uma leitura mais séria e cuidadosa. Extinguir a lei sem que haja uma definição de uma nova fonte de recursos é uma loucura típica da área cultural. A cultura vai ser o único setor a abrir mão de incentivos. O fundamental é o governo abrir um canal de diálogo real com a iniciativa privada”. Já Larcio Benedetti, ex-gerente de patrocínios do Instituto Votorantim, acredita que “chegamos à uma situação de total dependência do benefício fiscal. Há muitas empresas que alocam recursos próprios à cultura, mas a maioria condiciona a atuação ao uso do recurso público derivado da renúncia fiscal. Afinal, por que utilizar recursos próprios se as próprias leis possibilitam 100% de renúncia fiscal?”. No entanto, ele concorda que “extinguir repentinamente as leis de incentivo seria um desastre, dada a dependência que se criou em relação à renúncia fiscal”.

Assim, houve a inserção de um discurso que cria bases para um novo e inédito modelo de política cultural para a sociedade brasileira. Foi a primeira vez que a pasta do Ministério da Cultura mostrou a preocupação em implementar uma política cultural mais ampla que levasse em consideração a função política da cultura e a descoberta de um Brasil silenciado.

Foi a primeira vez, também, que uma estância federal assumia o compromisso com o estabelecimento de políticas concretas de preservação e promoção da diversidade. Desde a criação e a implantação no município de São Paulo do conceito de “*Cidadania Cultural*”³², proposto por Marilena Chauí, foi a primeira vez que um governo estabeleceu ações articuladas com o objetivo de dialogar, integrar forças, colocar em prática um plano comprometido com a responsabilidade cultural, cabendo ao Estado prover ações que dêem mais acesso à população aos mecanismos e equipamentos culturais.

Reconhecer e valorizar as diversas formas de manifestação cultural do Brasil. Essa é a função da proposta apresentada por Gilberto Gil em seu discurso de posse, em 2003, como titular da pasta da Cultura. Por analogia à tradição milenar chinesa, que reconhece e massageia pontos energéticos em benefício do bem estar do corpo e da mente, o ministro cunhou uma tradução que representa a complexidade da função política da cultura.

Fortemente inspirado nas proposições de Marilena Chauí e nos recém-publicados documentos da Unesco, sobretudo sobre diversidade cultural e patrimônio imaterial, o *do-in* antropológico consiste em universalizar os serviços culturais, com a presença de centros culturais, bibliotecas e telecentros em todo o país, a começar pelas regiões mais pobres e distantes; valorizar e dar autonomia para as diversas formas de manifestação cultural existentes no país, não somente as institucionalizadas e consagradas pela elite e pela indústria cultural; buscar novas possibilidades de interlocução e diálogo com outras instâncias da sociedade, por meio de inserção econômica e desenvolvimento local. (BRANT, 2009, p.40)

Em resumo, o conceito enunciado por Gilberto Gil de inserir uma dimensão ampliada do conceito de cultura e, metaforicamente, promover um “*do-in* antropológico no corpo cultural brasileiro” para ativar os seus pontos vitais. Uma concepção de cultura

³² A questão dos direitos culturais ganha uma nova dimensão no Brasil, a partir da reflexão realizada por Marilena Chauí, no período em que foi secretária de Cultura do município de São Paulo (1988-1992). Sua política, chamada de Cidadania Cultural, era fundamentada nas seguintes garantias: direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio de serviços públicos de cultura; direito à criação cultural; direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças a ampliação do sentido da cultura; direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos. Chauí já apontava, ao formular o programa de Cidadania Cultural, para a necessidade, como ponto de partida, de desconstrução do “mito fundador”, o que significa reprogramar toda nossa memória afetiva em relação à presença de índios, portugueses e africanos no país. (Brant, 2009).

segmentada em três níveis: como expressão estética e simbólica, como integrante da cidadania e como fator de desenvolvimento econômico. Neste processo estava incluso o privilégio da diversidade, do diálogo com a sociedade, o resgate e redefinição do papel do Estado como formulador e executante da política cultural. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

A partir deste momento, o MinC³³ abriu diálogos com a sociedade, realizando seminários, conferências, workshops de aperfeiçoamento técnico, principalmente em cidades que nunca receberam a atenção do governo federal no setor cultural. Essa ação foi importante para que a sociedade reconhecesse a importância do papel do Estado diante da cultura. Além disso, houve a ampliação do Plano Nacional de Cultura, que busca pautar questões importantes para o futuro das políticas culturais (como a revisão da legislação dos direitos autorais e o reforço do financiamento público às manifestações artísticas não pleiteadas pelo fomento viam leis de incentivo).

Dois pontos precisam ser destacados na administração de Gilberto Gil: a criação do projeto Cultura Viva e o início das discussões sobre a economia criativa no Brasil. O primeiro ajudou o governo Lula a descobrir um Brasil que nunca teve a oportunidade de participar efetivamente da vida cultural e das políticas públicas institucionalizadas pelo Estado (podando, assim, o direito cultural das comunidades envolvidas) e o segundo abria um espaço importante para trabalhar a cultura do ponto de vista econômico, criando frentes de trabalho de economia local, auxiliando os fazedores de cultura a encontrarem caminhos alternativos e criativos para circular seus produtos.

Resumidamente, o programa Cultura Viva pode ser considerado um marco nas políticas culturais do Brasil, tanto por seu caráter inédito, dando voz àqueles que queriam participar mais ativamente das políticas públicas de cultura do país, quanto por criar uma alternativa importante para os produtores culturais que não podiam contar com as benesses do mercado cultural, na mão, como já vimos, das políticas privadas de cultura institucionalizada no governo e gerenciada pelos departamentos de marketing e fundações/institutos das grandes organizações empresariais (públicas e privadas)³⁴.

³³ Ministério da Cultura

³⁴ É necessário ressaltar um ponto importante em relação às críticas feitas à Lei Rouanet: o uso dos incentivos fiscais não é feito somente por empresas de capital privado. Empresas públicas, mantidas pelo Estado ou que tem no Estado o seu principal sócio, também exigem da maior parte dos projetos

O Cultura Viva foi concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa tem como objetivo principal “o processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes”, segundo palavras de Célio Turino, reconhecido como criador do programa³⁵. Entre as principais ações, destacam-se o estímulo à criatividade e criação de um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade.

O efeito desejado é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, criando uma mágica motivadora na qual os cidadãos sentem-se, cada vez mais, estimulados a criar e participar. O programa incentiva o processo de reinterpretação cultural estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo.

“Aqui se faz cultura” pode ser um dos lemas dos **Pontos de Cultura**, que, ao serem reconhecidos como sujeitos, também reconhecem os outros, intensificando a troca entre si. O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades (MINC, 2006)

Assim, o programa Cultura Viva se caracterizou, nos últimos oito anos, por seu trabalho articulador com instituições de pequeno, médio e grande porte; na garantia de maior acesso aos mecanismos de cultura às comunidades mais carentes; no empoderamento dos grupos antes esquecidos pelas políticas públicas de cultura, em especial em regiões abandonadas por governos anteriores; no protagonismo cultural; e, em especial, na gestão e na articulação em rede, valorizando o caráter inovador da cultura digital como instrumento que permite visibilidade e circulação da produção das ações dos pontos de cultura. Não há como negar que a implantação do programa foi uma revolução para a área de gestão cultural do país e que trouxe uma euforia e uma esperança alentadora para os profissionais de cultura (artistas, fazedores, produtores, pesquisadores) que atuam no setor.

patrocinados a aprovação nas leis de incentivo. Petrobrás, Eletrobrás, BASA, entre outras empresas de capital misto ou público, também usufruem do incentivo fiscal em suas ações de Responsabilidade Social.
³⁵ “O que é o Cultura Viva?”, apresentação oficial do Programa Cultura Viva. Edição distribuída para as comunidades e grupos envolvidos no programa.

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA³⁶, baseado em dados do Cultura Viva de 2007 e divulgado em maio de 2010, demonstra que o programa possuía cerca de 526 pontos de cultura em todo o Brasil, alcançando um público direto e indireto de quase 2 milhões de pessoas. Além disso, o instituto realizou a pesquisa com 386 pontos do total informado, pois levou em conta que:

22 desativados

13 considerados inexistentes

25 não iniciaram atividades

41 não foram visitados

36 atividades suspensas

No entanto, dados do Ministério da Cultura, divulgados pela Assessoria de Comunicação do órgão³⁷ em veículos de imprensa, afirmam que a rede do programa teria quase 4 mil pontos em todo o Brasil, sendo:

1836 Pontos de Rede - Pontos firmados pelos estados e municípios, com o objetivo de formar uma grande rede de pontos de cultura no Brasil.

592 Pontos de Cultura - iniciativas organizadas pelas comunidades e apoiadas pelo Estado para desenvolverem ações de produção, formação cultural e geração de renda por meio da cultura, como agentes da promoção da diversidade cultural brasileira.

514 Pontos de Leitura - Pontos de Cultura que funcionam como bibliotecas acessíveis à comunidade e que promovam o acesso à literatura e à reflexão em espaços de frequência cotidiana, como bibliotecas comunitárias, hospitais e Centros de Referência em Assistência Social de todo o Brasil.

³⁶ Matéria sobre a pesquisa realizada pelo IPEA pode ser acessada neste link: http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14389. O estudo está disponível para download no site do IPEA.

³⁷ Matéria disponível em <http://softwarelivre.org/porta/comunidade/pontos-de-cultura-alcancam-84-milhoes-de-pessoas>

281 Pontinhos de Cultura – Responsáveis por desenvolver ações voltadas à infância, a partir de espaços culturais que possam contribuir para a formação da criança como futura cidadã.

89 Pontões de Cultura - Criados para articular os Pontos de Cultura, difundir suas ações culturais, além de estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos Pontos de Cultura. Atuam na dinamização dos contatos entre os pontos e na implantação de ações do programa.

81 Pontos de Mídia Livre - Pontos de Cultura e/ou organizações não governamentais sem fins lucrativos que desenvolvem ou apóiam projetos de comunicação compartilhada e participativa.

Para o MINC, de acordo com essa estatística, os pontos, em 2010, chegaram a alcançar 8,4 milhões de pessoas em todo o Brasil. Além disso, até 2009, foram investidos R\$ 365,7 milhões em 8.987 iniciativas e, destes investimentos, R\$65 milhões foram para a criação de 1.084 novos pontos de cultura. Não há dados mais recentes sobre investimentos no Cultura Viva no site oficial do MINC³⁸, bem como não há dados mais recentes sobre estatísticas dos pontos de cultura por parte do IPEA.

Entretanto, não cabe aqui destrinchar todas as características positivas e negativas sobre o Cultura Viva e as conseqüência de suas ações para a sociedade brasileira, em especial nas comunidades envolvidas diretamente no programa. O papel deste estudo é analisar, sob a ótica da importância da implementação e do desenvolvimento das políticas culturais, um projeto que faça jus à realidade contemporânea que nos desafia e que nos mostra que, mais que criar uma série de ações visando preencher o vazio de investimentos dos governos, em todas as instâncias, e da iniciativa privada no setor cultural, é necessário elaborar um plano de governo que tenha ações efetivas não apenas nas comunidades onde as ações são implantadas, mas também em todas as camadas da sociedade, para que percebam a importância do investimento em um plano gerenciador macro que vislumbre mudanças sociais consistentes e, principalmente, a longo prazo.

³⁸ Busca sobre novos dados foi realizada entre abril e setembro de 2011 para atualizar os números deste estudo.

O programa Cultura Viva é um destaque nessa pesquisa justamente porque é percebido como um catalisador de ações que parte de um diagnóstico simples: a produção cultural brasileira é concentrada e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social. Periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada a precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, ou institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio. (IPEA, 2010). Baseado nesta conclusão, não há como negar que o Cultura Viva trouxe um sopro de esperança sobre o desenvolvimento de uma política cultural séria e que se tornou, na verdade, a principal bandeira desse novo momento vivido pelos fazedores de cultura do país.

O IPEA também afirma, ainda, que o programa deflagrou um processo de criação e realização de atividades artísticas e educacionais e também de organização de espaços públicos culturais, o que propiciou certa capacidade de desenvolvimento e ampliação do escopo de ação dos pontos. Além disso, ofereceu importantes elementos para o amadurecimento de políticas públicas locais e de estratégias flexíveis com vistas a ampliar os processos democráticos relativos ao mundo cultural.

Entretanto, ao sintetizar os resultados de sua pesquisa, o IPEA chamou a atenção para relevantes pontos que mostram a fragilidade do programa Cultura Viva. Destaca-se, então, que:

As dificuldades da SPPC/MinC na condução do programa se referem a questões compartilhadas por programas similares, isto é, aqueles voltados para *práticas sociais solidárias baseadas nos dinamismos comunitários* e da sociedade civil. Estas dificuldades relacionam-se a atrasos nos repasses de recursos e *ausência de informações padronizadas, consensuais e claras* sobre as exigências que o Estado brasileiro faz para atender aos critérios de legalidade. Urge maior *estruturação da institucionalidade destas políticas*, que lhes confira densidade em termos de capacitação dos seus recursos humanos, protocolos claros no que se refere a procedimentos, e armação normativa e legal, dando-lhes maior estabilidade e segurança jurídica para que as instâncias comunitárias e da sociedade civil possam agir com maior desenvoltura.

A existência do programa, na verdade, implica *processos participativos na construção de instrumentos adequados e na qualificação das instâncias administrativas públicas estatais e da sociedade civil*. Exige a ampliação de capacidades para coordenar, obter cooperação e incentivar as diversas

instâncias da sociedade civil, comunitárias e associativistas para o desenvolvimento de circuitos culturais.

Em primeiro lugar, deve-se enunciar – e foi o que esta pesquisa avaliativa pôde constatar – que o Estado não tem instrumentos jurídicos e de gestão, ou eles não são adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e a forma de execução do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva.

Em segundo lugar, afirma-se que é necessário capacitar o programa, dotando-o de instrumentos propícios, de forma que ele persiga objetivos ancorados no texto constitucional e em princípios democráticos. (IPEA, 2010, p 108-109, grifos nossos)

Se ainda é prematuro falar-se num processo de “democratização” do acesso à informação cultural e de novas práticas dos cidadãos-usuários, fica patente, por outro lado, que o processo tecnológico em curso descortina possibilidades inéditas e promissoras nesse sentido. Esse cenário estimula a repensarem-se políticas de informação e cultura a partir de novas perspectivas, considerando-se desde sua formulação mais geral até seu impacto local, percorrendo-se assim toda a cadeia de mediações que vão do macronível do Estado ao micronível dos cidadãos-usuários. O que se aponta é a capacidade de determinados grupos em desdobrarem-se e negociarem suas identidades e valores em distintos locais e redes, descentralizando em alguma medida os processos de circulação e legitimação das informações e conhecimentos sobre a produção cultural. Processo ainda tímido, e que depende em muito da infraestrutura que só pode ser proporcionada por ações do Estado.

Além disso, considerando que as políticas culturais devem se constituir em uma plataforma de Estado e não de um governo, ou partido, específico, após oito anos de atuação, o grande desafio atual do projeto desenvolvido durante a gestão Gil é saber para qual caminho se vai após a saída do ministro, do término da era Lula e da entrada de uma nova presidente e de uma nova ministra, Ana de Hollanda, que, em seus primeiros meses de governo, demonstrou não estar muito à vontade com algumas ações realizadas pela pasta nas gestões anteriores³⁹.

³⁹ Durante as eleições de 2010, o ministro Juca Ferreira dava como certa a sua permanência no Ministério da Cultura caso Dilma Rousseff se elegeisse. Criou-se até mesmo um movimento “independente” chamado “Fica Juca”, formado por artistas que defendiam a permanência do então ministro para a continuidade das ações realizadas até 2010 na pasta. No entanto, Dilma escolheu Ana de Hollanda para o cargo, o que surpreendeu muitos movimentos e grupos culturais em todo o Brasil. Ana, para muitos, não compartilha dos ideais criados por Gilberto Gil na pasta e não teria habilidade administrativa. Logo após sua posse, em janeiro deste ano, Ana pediu a retirada do selo Creative Commons do site do Ministério

Continuidade de ações sempre foi um desafio para as políticas públicas do Brasil. Um plano de governo sério não pode estar pautada em uma política personalista que somente acontece por causa de um determinado partido ou personalidade política. Políticas públicas refletem uma necessidade da população não apenas de mudança, mas de estabilidade e de continuação das mudanças independente da quem está ocupando o cargo de governo naquele momento. Plano de governo precisa ser pensado a longo prazo e não ter objetivos eleitoreiro para continuidade de partidos ou “descobrimento” de novas lideranças, em especial quando se trata de mudanças profundas na áreas sociais de um país. No entanto, ainda estamos longe de uma perspectiva como essa, pelo menos na área cultural.

A entrada de Ana de Hollanda no MINC, mesmo considerando que o governo Dilma esteja comprometido com os compromissos e o plano de governo da Era Lula, traz um período de incerteza para os projetos realizados pela pasta até a gestão Juca Ferreira. Até setembro de 2011, Hollanda ainda não disse a que veio, o que levanta uma série de críticas a respeito do futuro do MINC. Nas redes sociais, movimentos independentes começam a questionar o propósito da ministra em continuar as ações realizadas por Gil/ Juca e o programa Cultura Viva, que se transformou na “menina dos olhos” e bandeira da democratização cultural – o que ajudou a angariar votos para a sucessora de Lula -, e que pode ser descontinuado ou não avançar tanto quanto era esperando no novo governo petista.

O momento agora seria o de alinhar desejos com capacidade política para criar medidas efetivas de consolidação e avanço das conquistas. Pensar em continuidade de processos que deram certo, independente do caráter personalista do criador, é uma das bases da democracia, pois reconhece o que é o melhor para a sociedade em geral e para seus agrupamentos políticos. Torna-se importante, portanto, implementar medidas que busquem a transformação positiva da realidade atual, compromisso, é bom lembrar, por

(<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/ana-de-hollanda-e-o-creative-commons>), o que despertou a ira dos defensores do software livre, outra bandeira da administração anterior. Recentemente, Marta Porto, que assumiu a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, responsável pelo programa Cultura Viva, pediu demissão e sua saída, para alguns, ocorreu devido a ex-secretária e a ministra da Cultura estarem “entrando em rota de colisão” - http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=8286. Depois da saída de Marta Porto, alguns grupos começaram a se articular pela rede pedindo a saída da ministra, pois acreditam que o MINC está regredindo na sua política cultural com a administração de Hollanda (<http://www.mobilizacultura.org/2011/09/04/pais-rico-e-pais-com-cultura/>)

quem está no governo, mas também da sociedade civil. No entanto, uma sociedade somente é ativa na exigência dos seus direitos quando educada para isso. Mas como driblar as dificuldades de um país que ainda com as desigualdades sociais? Educando por meio da cultura, investindo na formação de gestores da área e usando as novas tecnologias de informação e comunicação para democratizar e compartilhar o conhecimento, exigindo uma mudança de comportamento de todos na busca pelo direito de ter direito aos direitos culturais que nos são prometidos, como veremos no próximo capítulo.

2.3 – O digital e o cultural juntos: as bases para uma transformação

Como dito anteriormente, o acesso à cultura e a possibilidade dela participar estão basicamente vinculados a relações e interações humanas. As políticas que incentivam esses aspectos podem ter impactos de grande alcance sobre a sociedade, a formação da cidadania e a construção de vidas significativas. Ou, conforme enfatiza Annamari Laaksonen:

Podemos estar de acordo ou em desacordo com o fato de que a participação cultural pode ou não dar um significado mais profundo a nossas vidas ou nos munir de possibilidades para termos a chance de nos manifestar nas decisões que nos afetam. Podemos ser capazes de pensar que o acesso à cultura e a participação na vida cultural ampliam nossa sensação de fazer parte de uma comunidade e conferem um significado emocional à nossa interação social. Pode ser que precisemos de mais informações sobre quem constitui a cultura em que vivemos e como nós mesmos participamos dessa constituição. Como sabemos, a cultura não é um fato estático, mas um organismo vivo e, portanto, nossas formas de participação também passam por mudanças. Provavelmente, o ponto em que todos nós concordamos é que deveríamos ter a oportunidade ao acesso, deveríamos poder escolher se participamos ou não, e tudo isso deveria ter uma base normativa que garantisse essas possibilidades em qualquer circunstância e para todos. Também concordamos que as políticas públicas, principalmente as políticas culturais, deveriam refletir sobre aquilo que contribui para a construção de um ambiente capacitador em que os direitos à participação na vida cultural ou o acesso a ela estejam contemplados. (LAAKSONEN, ano, p.58)

Acredito que o conceito de cultura está intimamente ligado ao conceito de formação. O que a sociedade tem a ver com a cultura? O que a cultura pode fazer pela formação dos indivíduos para além da educação? Entre a inclusão e a exclusão de indivíduos e grupos ao poder, a sociedade enfrenta o desejo da democracia que também pode ser expressa como o partilhar das idéias e das práticas no contexto de sua diversidade. Além disso, vale ressaltar que o fenômeno da globalização trouxe à luz uma série de questões culturais e o surgimento de novos desafios, ampliando a

compreensão das sociedades sobre a importância de salvaguardar e preservar a diversidade cultural local, evitando a hegemonia de uma cultura sobre outras e fortalecendo as convergências entre diversidade, identidade, colaboração, convivência e cultura de paz entre as nações. Os ativos culturais de um país, de um estado, de uma cidade e de uma comunidade passaram a integrar amplos debates envolvendo países com diferentes contextos culturais e dos mais variados estágios de desenvolvimento socioeconômico.

Um dos grandes avanços alcançados neste sentido foi a assinatura por inúmeros países, dentre eles o Brasil, da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO em 2006⁴⁰. Os princípios e objetivos propostos vêm inspirando e norteando práticas e políticas culturais empreendidas por governos, empresas, organizações e grupos em todo o mundo. Os principais objetivos são:

- Proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- Criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- Encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
- Fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
- Promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- Reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;

⁴⁰ Mais informações sobre a convenção em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

- Reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;
- Reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;
- fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais.

Mais uma vez, palavras como “fruição”, “democratização”, “desenvolvimento” conversam com “universalização”, “promoção” e, principalmente, “acesso”. Ou seja, vivemos a experiência de uma sociedade imersa em diversas perspectivas, desejos, posicionamentos e, sobretudo, jogos de força. Nosso grande desafio é achar as soluções que conversem com todas essas expectativas, mas que, principalmente, funcionem.

Por isso, este estudo insiste em afirmar que as novas formas de acesso e compartilhamento de informação promovidas pelas TICs podem ser consideradas uma solução criativa para diminuir a distância existente entre o acesso pretendido pelas comunidades que sofrem pela falta de democratização e o acesso real, cedido pelos setores público e privado. O uso mais útil das novas ferramentas de informação e comunicação, em termos sociais, forneceria aos indivíduos instrumentos para reunir suas forças mentais a fim de constituir intelectuais ou “imaginantes” coletivos, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um poderão desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca (LEVY, 2004).

As redes socioculturais estabelecidas pela cultura digital se mostram como um caminho inteligente para a conquista da cidadania cultural pregada por Marilena Chauí, por exemplo, e que atende aos desafios dos dias de hoje. Pode ser audaciosa a comparação, mas é o compartilhamento do conhecimento, a veiculação mais democrática da informação, a realização de caminhos alternativos para dar acesso aos mecanismos e equipamentos culturais que nos dará o tom do desenvolvimento da cidadania e do protagonismo para os próximos anos.

Chauí (1996) afirmava que ao formular o conceito de Cidadania Cultural estava pensando na cultura como direito dos cidadãos e na política cultural como cidadania. Além disso, uma de suas preocupações sempre foi enfatizar o caráter público da ação cultural, como dever do Estado, não submetendo o direito cultural ao poder dos *mass media*, definindo o papel do poder público na prestação de serviços culturais. Mesmo formulado a mais de vinte anos, o conceito defendido por Chauí continua na vanguarda das exigências sociais que precisam ser clamadas em defesa das comunidades: fruição, experimentação, informação, memória e participação popular. Ou seja, uma ação cultural que reconheça o sujeito cultural.

No entanto, reconhecer o sujeito cultural significa dispor de mecanismos e equipamentos culturais que atendam a essas necessidades, o que não é caso da realidade brasileira. Não há, na maioria dos municípios, infra-estrutura que possa garantir o maior acesso da população à cultura e possibilitar a democratização.

A primeira pesquisa que traçou o cenário das estáticas culturais em todo o país foi realizada pelo Instituto Brasileira de Geografia e Estatísticas - IBGE, em 2001, com dados fornecidos por 5.561 prefeituras. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais investigou as condições habitacionais, incentivos fiscais, programas de geração de emprego, terceirização, informatização, legislação e planejamento dessas cidades e apontou os seguintes números a respeito da área cultural:

- Em 78,7% há bibliotecas públicas;
- Apenas 7,5% dos municípios têm cinemas;
- Apenas 17,3% têm museus;
- Há teatro ou sala de espetáculo em 18,8%;
- Em 43,7% há banda de música, mas somente 5,6% têm orquestra;
- Do total pesquisado, 42,7% têm livrarias, 49,2% têm lojas de discos, CDs e fitas e 64,1%, videolocadoras;
- As prefeituras informaram que existem unidades de ensino superior em 19,6% delas.

Em 2009, o Ministério da Cultura lançou⁴¹ o “Cultura em Números – Anuário de Estatísticas Culturais 2009”, com o objetivo de atender a uma demanda reprimida a respeito das informações quantitativas das ações culturais dos órgãos de cultura em todo o Brasil. O suplemento usou dados referentes a 2006, 2007 e 2008 de várias entidades de pesquisas do governo e do setor cultural (IBGE, Funarte, Ibope), o que ressalta que diferenças na comparação dos dados são pouco relevantes e confirmam ainda mais o pouco investimento por parte do Estado (principalmente nas instâncias municipal e estadual) no desenvolvimento de ações estratégicas que ajudem a o setor cultural a se desenvolver:

- 21,2% dos municípios declararam possuir teatros e/ou salas de espetáculos
- 8,7% das cidades possuem cinema, sendo que a região Sudeste tem a maior concentração, com 1.244 salas. No entanto, São Paulo e Rio de Janeiro, que respectivamente ocupam as duas primeiras posições, têm a maior quantidade de salas de cinema concentrada na capital, não atendendo as necessidades das regiões mais afastadas.
- Apenas 10,5% dos municípios realizam exposição de artes visuais e 35,5% afirmaram promover festivais de dança.
- 89,05% possuem bibliotecas.
- 59,8% possuem livrarias.
- 24,8% disponibilizam centros culturais para a população (mas não há informação se esses centros são de iniciativa privada ou pública).

Os números acima refletem a passividade do Estado perante a cultura. Reconhecer o sujeito cultural sem dar oportunidades não é democratizar, contrariando todos os discursos de governo que estamos acostumados a assistir. Não se trata apenas de incentivar a criação de salas de cinema e centros culturais, mas saber onde esses

⁴¹ O anuário foi desenvolvido ao longo de 2007 e 2008 pela Gerência de Estudos e Pesquisas da Secretaria de Políticas Culturais do MINC. A publicação reúne informações quantitativas sobre as diversas formas de expressão cultural divididas em cinco áreas: Ofertas da cultura, demanda da cultura, indicadores culturais, financiamento da cultura e gestão pública da cultura.

espaços serão construídos e se atenderão a uma demanda reprimida ou disputarão a visibilidade das suas marcas em pontos privilegiados das grandes cidades.

Brant (2009) ressalta uma teoria defendida por Canevacci que afirma que, se uma cultura, como construção simbólica, pode ser tecida autonomamente sem o olhar contaminado pela tradução e mediação das instituições tradicionais, meios de comunicação e governo, poderá tê-la de forma mais rica e legítima, pois utilizará, para isso, referenciais, mitos e memória afetiva próprios. O acesso às tecnologias digitais, então, conforme Canevacci, suprime definitivamente essas mediações.

A revolução tecnológica não somente possibilita a construção de um novo conhecimento, extrapolando os limites da comunicação de massa, mas, também, cria a oportunidade da democratização cultural. Assim, a comunicação, por meio das novas mídias, deixa de figurar como intermediária para assumir o papel de mediadora, diminuindo o espaço das exclusões e aumentando o número de emissores e criadores no lugar de meros consumidores.

Não se defende aqui, cabe dizer, que um computador vai substituir a experiência de ir ao cinema, assistir a uma peça de teatro ao vivo ou um espetáculo de dança. Aqui não há a defesa de substituição do prazer cultural por outro. Não é este o papel defendido por esse estudo em relação às novas tecnologias. No entanto, em cidades onde a internet é a única provedora de informação e entretenimento (sim, a cultura também pode entreter), as novas tecnologias precisam ser usadas como estímulo ao desejo de participar e de fazer parte, o que evolui para a vontade efetiva de construir algo que possa permitir àquela comunidade, alijada dos equipamentos culturais, lutar por seu direito cultural de ter uma vida cultural.

A internet é mais do que simplesmente um depósito de materiais, muitas vezes ampliada pelas características informáticas que permitem aliar, como não é possível doutro modo, texto, imagem e som. É difícil negar o seu potencial em termos de oportunidades de aprendizagem. Além disso, a exclusão das redes digitais elevará ainda mais a exclusão social. As tecnologias da informação são tecnologias da inteligência, elas aumentam as possibilidades dos sujeitos transformarem informação em conhecimento. Se forem apropriadas pelas comunidades e reconfiguradas para atender

suas necessidades tornam-se um poderoso instrumento de combate a pobreza, de elevação da auto-estima e de relacionamento.

Hoje, do ponto de vista da cidadania, a liberdade de expressão passa pelo direito a comunicação em rede. Quem pode fazer um blog, participar de uma rede de relacionamento, escrever um comentário ou *upload* de um vídeo gravado em um celular, tem garantido o seu legítimo direito de falar, de divulgar suas idéias, opiniões, reclamações e denúncias. Quem não tem acesso às redes digitais, quem não tem recursos financeiros para acessar nem mesmo uma lan house, está impedido de se comunicar em uma sociedade em rede. "Quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, é uma rede social", conforme afirmam Garton, Haythornthwaite e Wellman (2004).

A mundialização da cultura baseada na troca de conhecimento demonstra que as relações da cultura com a comunicação não podem ser reduzidas ao mero uso instrumental, divulgador e doutrinador. Esse tipo de relação desconhece a natureza comunicativa da cultura, pois as culturas vivem enquanto se comunicam umas com as outras e esse intercâmbio comporta uma densa e arriscada troca de símbolos, sentidos, valores.

O conhecimento é a condição da existência humana. Fora dele, seja qual for sua natureza, não há possibilidade de cultura, de sobrevivência individual ou coletiva, não há as tramas simbólicas que nos sustentam e constituem. Ou seja, a partir do momento em que a construção do conhecimento encontra facilidades na sua veiculação, por meio das novas mídias e tecnologias, temos a possibilidade de democratização.

Mas, há uma alerta a ser feito: acessar informação não é o mesmo que obter conhecimento. Esse é o ponto crucial que liga o poder da cultura e o poder das novas tecnologias, pois as tecnologias podem ser libertadoras, mas terão pouca utilidade se não forem cultivadas em contextos sociais que respeitem o desenvolvimento humano e a capacidade dos indivíduos de pensar e interpretar cenários. "Juntamente com a habilidade de manusear tecnologias espera-se capacidade para compreender conteúdos, para decifrar os "nós" (Castells, 2001) que nos mantêm atados em uma rede da qual sabemos muito pouco". (MOREIRA, 2011)

A informação torna possível a circulação de conhecimento, transporta conhecimentos, mas não é conhecimento. Aprender, adquirir conhecimento, como pensa Latour (2000) exige envolvimento social: com quem está próximo de nós, com o nosso grupo, com as organizações que intenta nos monitorar e com o sistema midiático, caracterizado pelas tradicionais e novas mídias. Interações significativas, conversacionais, com partilha de conhecimento, exigem tempo, envolvimento, dedicação, predicados sem os quais disporemos apenas de informações. (2002 apud HILDRETH e KIMBLE; MOREIRA, 2011, s/p)

Dessa forma, o elemento de divisão social mais importante hoje, ainda mais importante que a conectividade técnica, é a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação. Trata-se de saber onde ela está, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer. Não é uma tarefa fácil. Acessar e saber o que acessamos será o motor da construção dos modos de conhecimento. Para isso, devemos contar com profissionais que nos ajudem a mediar entre quem nos “vende” os valores dominantes do mundo globalizado e os valores tradicionais de um mundo em permanente transformação humana, e não somente econômica.

A visão de Vicario e Diaz (2010) é que neste ponto a figura do gestor cultural adquire um sentido e uma transcendência vitais. Segundo os autores, “é nessa mediação que a gestão cultural deverá ir aprendendo a desenvolver novos modos de estar na cultura, de distribuir a cultura e de gerar a cultura”. Além disso, o gestor cultural não é somente um administrador de projetos, ressalta Teixeira Coelho, mas a pessoa capaz de “inventar as condições para que o processo cultural possa se desenvolver plenamente”.

A pesquisadora Liliana Souza e Silva afirma que, como agente de mudança, o gestor precisa estar atento ao cenário cultural em que atua, identificando demandas, potencialidades, desejos e fragilidades locais, assumindo, dessa forma, um papel de mediador que opera numa perspectiva generalista entre os diversos atores, corpos disciplinares e especialidades, postos em jogo nas distintas fases dos processos culturais. Não há um modelo único de gestão, até mesmo porque os resultados dos projetos culturais podem ser os mais diversos, o que exige um profissional que consegue driblar os desafios propostos com liderança e diversidade de conhecimento sobre as artes e cidadania.

A autora cita ainda Martinell para quem os gestores culturais também precisam ter capacidade de liderança, aproximação e influência junto aos centros de tomada de

decisão, mostrando que a cultura é um ponto importante na agenda política global. O pesquisador considera que os gestores culturais são “aglutinadores e formadores de opinião” sobre determinados temas, que buscam criar as condições para difundir suas opções e pontos de vista.

Os gestores culturais exercem, também, uma função prospectiva e de canalização de demandas culturais de sociedade, ao contribuir para a identificação de novas necessidades ou aspirações dos cidadãos e sensibilizar os órgãos oficiais para tais questões. Podem ajudar a estruturar e a construir as demandas de caráter social, cultural e educativo que decorrem de situações individuais ou grupais e, ainda, abordá-las de forma coletiva diante de organizações e do aparato administrativo do Estado. (SILVA, 2010, p.9)

Portanto, a gestão cultural adquire um sentido transcendental quando relacionada com as novas tecnologias, o de dotar de diferentes modelos os processos de ressignificação dos modos de estar juntos, porém com motivos iguais aos anteriores. Assim, a cultura continua sendo o modo como nos conectamos com a tradição e com a modernidade. O modo pelo qual nos reconhecemos como únicos e como partes de um todo (VICARIO & DIAZ, 2010)

Esses novos processos de ressignificação, direcionados pela experiência do gestor cultural, é o que faz com que alguns projetos brasileiros se tornem modelos interessantes de como utilizar as novas tecnologias como forma de romper barreiras e fazer a ação cultural ir além. Alguns acreditam no empreendedorismo criativo (Catarse - RJ⁴²); outros na importância do maior acesso aos espaços culturais (Catraca Livre – SP⁴³); ou na democratização do audiovisual por meio do uso das novas

⁴² Catarse (WWW.catarse.com.br) é um site que trabalha de forma colaborativa para conseguir recursos para projetos que não conseguem os patrocínios tradicionais via empresa. É um dos primeiros projetos brasileiros a atuar em forma de crowdfunding, uma nova modalidade da economia criativa onde todos podem colaborar para que o projeto de um produtor independente seja realizado. Igual ao Catarse no Brasil ainda existe o Queremos! (WWW.queremos.com.br) e o Multidão (www.multidao.com.br).

⁴³ A cidade na sua mão – essa é a frase que sintetiza o Catraca Livre (WWW.catractalivre.com.br), um projeto jornalístico criado para ajudar as cidades a serem mais educadas, acolhedoras e criativas. O papel mais importante de uma comunidade é gerar talentos. O site foi desenvolvido em julho de 2009 por estudantes universitários da USP, PUC, FAAP, Mackenzie e Metodista e a plataforma foi idealizada pelo jornalista Gilberto Dimenstein. O projeto surgiu da necessidade de agrupar, em uma única plataforma, as novidades gratuitas do cenário cultural paulistano. Hoje, além das atrações da capital, fazem parte da divulgação as ações realizadas na região metropolitana e algumas capitais brasileiras. É uma solução criativa de usar a rede para aproximar a população que mora longe dos centros urbanos, em especial os jovens, dos aparelhos culturais no centro da cidade. Atualmente, o projeto está sendo implantado em outras cidades.

tecnologias em comunidades carentes (Claro Curtas⁴⁴); na preservação da memória de uma comunidade (Índios Online⁴⁵); ou no reconhecimento da diversidade cultural brasileira (Overmundo⁴⁶). Todos eles, além de muitos outros, buscam, de algum modo, o reencamentando do mundo proporcionado pela cultura e permitido via novas mídias.

⁴⁴ O Claro Curtas é um festival para curtas metragens de até 90 segundos produzidos por câmera digital ou celular. O objetivo é buscar a democratização do setor audiovisual por meio do uso das novas tecnologias. Patrocinado pelo Instituto Claro, o projeto usa a tecnologia em rede para ações educativas em várias cidades brasileiras, além de premiar os participantes finalistas e promover um seminário para discutir as novas tecnologias. Mais informações em WWW.clarocurtas.com.br.

⁴⁵ Índios Online é uma rede composta por índios voluntários que buscam os desenvolvimentos humano, cultural, social e econômico de suas nações ao tempo que benefícios para todos os seres vivos sem distinção de nacionalidade, raça, cor, crenças. A rede conta com o apoio da THYDÊWÁ e do Ministério da Cultura. Entre os objetivos principais está facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes povos indígenas, estimular o diálogo intercultural, promover a pesquisar e estudar a cultura indígena, entre outros. Pode ser acessado em WWW.indiosonline.net.

⁴⁶ Criada pelo sociólogo Hermano Vianna, o Overmundo é um site colaborativo voltado para a cultura brasileira e a cultura produzida por brasileiros em todo o mundo, em especial as práticas, manifestações e a produção cultural que não têm a devida expressão nos meios de comunicação tradicionais. Foi a primeira iniciativa que buscou mostrar a produção cultural do Brasil, sendo divulgada pelos próprios fazedores de cultura dos estados onde a produção acontece. Pode ser acessado pelo WWW.overmundo.com.br

CAPITULO III – PRODUÇÃO CULTURAL DA REGIÃO NORTE E NOVAS TECNOLOGIAS

Até o momento, este estudo discutiu dois pontos importantes: o poder exercido e que advém das novas tecnologias e do fazer cultural isoladamente e o poder que é ativado quando há o uso integrado e articulado das novas tecnologias de informação e comunicação com o fazer cultural.

Sabemos que a cultura não pode ser vista apenas sob um ponto de vista. Não é apenas a preservação da memória de uma comunidade ou objetos a serem observados em um museu. Cultura também não tem níveis de categorização. Atualmente, a “*greather culture*” ou “alta cultura” já não pode mais ser considerada isoladamente, pois leva em consideração que os saberes e fazeres de outros povos também podem ser tão interessantes que as grandes artes tradicionais.

Cultura é um saber transversal que está presente na dança, nos museus, nas galerias, no teatro, mas também pode estar presente no rap, no hip-hop, no cinema amador, no circo, nas brincadeiras de criança. Acima de tudo, cultura tem as chaves potenciais para o poder e para a construção da cidadania, do protagonismo juvenil, do empoderamento das nações e da preservação da história da humanidade. Cultura diz respeito a capacidade humana de criar, que pode abranger tudo. O fazer cultural tem o papel de promover o debate, a reflexão, para alcançar ações de transformação social, de desenvolvimento integral do ser humano.

No entanto, é necessária intermediação e isso pode ser feito por meio da experiência e *expertise* do gestor cultural, que pode transformar idéias culturais em fazeres culturais, em ações de políticas públicas que contribuam de forma eficaz para uma comunidade, um grupo, uma maioria ou uma minoria. O gestor pode exercer o papel fundamental de democratizar a cultura, principalmente por meio da educação, com a finalidade de formar cidadãos de saber crítico e com sede de transformação.

As novas tecnologias, então, podem atuar como instrumentos mediadores dessa ação, pois possuem, como nenhum outro meio de informação e comunicação, o poder de estar presente onde nem mesmo o governo está. Com uma diferença: as novas tecnologias usufruem, pelo menos até o momento, da credibilidade dada pelos usuários por ainda serem vistas por muitos como um mecanismo subversivo de

compartilhamento da informação, driblando os interesses das mídias tradicionais e buscando novas formas e concepções para distribuição da informação. Além disso, se propõem a aumentar, e muito, a nossa capacidade de produzir e reproduzir.

Gianetti (2006) afirma que o avanço das tecnologias digitais possibilitou novas formas de criação e percepção. Ou seja, mesmo sabendo que grandes grupos também dominam o espaço internet, o vasto campo possibilitado pelas novas tecnologias permite espaço aos muitos movimentos independentes que subvertem a ordem mundial e demonstram que o controle da internet ainda está longe de acontecer de forma efetiva. Do *software* livre à polêmica da pirataria e do *copyleft* (ou o compartilhamento de arquivos multimídia como muitos gostam de chamar) o caráter independente da rede demonstra que a articulação de interesses em prol de causas coletivas pode provocar um pequeno rebuliço ou um grande estrago (dependendo do ponto de vista).

O desafio está na proposição de conteúdo que promova um debate real sobre as transformações do mundo e não do debate pelo debate. O desafio está na capacidade de propor soluções interessantes para os problemas atuais como a falta de acesso de muitos cidadãos aos mecanismos e equipamentos culturais; a exclusão digital, que nos leva a exclusão cultural; a alienação da informação; a ausência de políticas públicas de cultura e também de outros setores importantes, como saúde, educação, turismo, entre outros.

Analisado essas duas perspectivas, como aplicar essa relação novas tecnologias versus protagonismo cultural em uma região historicamente esquecida pelas políticas públicas do Estado e com acesso escasso aos meios tecnológicos? Como criar soluções criativas para atender às demandas de desenvolvimento humano e direito cultural do novo século, para citar alguns direitos humanos conquistados pela sociedade atual, se muitas regiões no mundo ainda são alijadas de gozar plenamente desses avanços?

No Brasil, esse cenário se faz presente. Há muitos brasis dentro do Brasil. Há cidades mais privilegiadas que outras, há estados mais privilegiados que outros, há regiões mais privilegiadas que outras. E os fatores são diversos. Há descaso por parte do governo federal, em muitos casos, que vêem uma região de forma mais estratégica que outras e, por isso, concentra boa parte dos seus investimentos financeiros e sua política pública no desenvolvimento desse determinado local; há, ainda, o descaso por parte dos governos locais das regiões desfavorecidas em promover o desenvolvimento e lutar

politicamente por mais investimentos, pois, gerar políticas públicas para desenvolver a cidadania da comunidade e, conseqüentemente, a conquista de mais direitos por parte da população pode gerar resultados desastrosos para quem deseja perpetuar currais eleitorais. Manter uma legião de analfabetos políticos é muito mais estratégico que o desenvolvimento de ações que visam o bem comum.

A região norte faz parte dessa dinâmica de esquecimento existente no Brasil. É um Brasil marcado pela falta de políticas de desenvolvimento, pelos desmandos de grupos políticos tradicionais que não respeitam os direitos humanos e culturais das comunidades amazônicas, pelos resultados negativos gerados pelos grandes projetos que devastaram o meio-ambiente e provocaram uma celeuma sem precedentes na economia local. Além disso, sofre com o esquecimento dos grandes meios de comunicação que predominam no Sudeste do Brasil e ignoram a diversidade cultural da região Norte e a relevância da contribuição cultural dada pela região ao país.

Durante muito tempo, a população da região Norte teve que viver *outro Brasil*, especialmente em termos culturais. Do time preferido de futebol ao sotaque das novelas globais, os habitantes da região que concentra quase 90% da Amazônia, foram ignorados. Nenhuma revolução cultural se originou na região Norte, conforme os dados oficiais da história do Brasil, porque, entre outros fatores, nenhum instrumento mediático estava presente na região. Durante muito tempo, quem mora na região Norte assistiu com passividade o protagonismo de outras regiões na área cultural e sempre foi considerado um ator coadjuvante, sem qualquer destaque na cena.

Este capítulo, então, vai focar de que forma as novas práticas colaborativas propostas pelo surgimento das novas tecnologias está mudando esse cenário e criando um novo panorama para as manifestações culturais gestadas na região Norte. Como grupos independentes estão buscando soluções criativas para chamar a atenção do Estado e do setor privado na elaboração de políticas e ações específicas que atendam as necessidades culturais da região.

Os produtores e fazedores de cultura da região Norte estão começando uma articulação inédita para exigir o seu direito cidadão de participar da própria vida cultural. É uma revolução silenciosa que começa a ser notada, mas que ainda enfrenta alguns obstáculos como a pressão dos tradicionais grupos políticos e dos grandes meios

de imprensa local e nacional e a falta de ações estratégicas federais que reforcem e permitam essa articulação (como a ausência de uma internet de qualidade).

O principal resultado dessa articulação é a revolução gerada pelo novo modelo de negócio proposto pelo movimento tecnobrega, o que chamou a atenção da mídia para o Norte do país, do governo e das empresas. Mas, há uma nova revolução cultural pulsando na região? E, se sim, como transformar essa oportunidade em resultados concretos e não viver de expectativas?

3.1 – Região Norte: dos grandes projetos às promessas de uma economia sustentável

A Região Norte é a mais extensa das cinco regiões brasileiras com uma área de 3.869.637 km, o que corresponde a 42,27% do território brasileiro. Formada por sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), está localizada na região geoeconômica da Amazônia entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). Nesta região estão localizados o maior e o segundo maior estado do Brasil, respectivamente Amazonas e Pará.⁴⁷

Uma região de contrastes tão grandes quanto as suas dimensões geográficas e sua diversidade ambiental. Apesar de representar quase metade do Brasil, a região Norte, ou região amazônica como é chamada pelos habitantes locais, é um Brasil que foi construído para ser explorado exaustivamente em projetos que nunca levaram em consideração os anseios da população local. Foram desenvolvidos e planejados sem a correta percepção da realidade da região o que resultou em consequências desastrosas para as comunidades amazônicas, como a geração de grandes conflitos fundiários, riqueza concentrada nas mãos de poucos, criação de grupos políticos responsáveis pela formação de currais eleitorais e, em muitos casos, a perda da identidade cultural dos povos da floresta amazônica. Acima de tudo, a par dos grandes projetos realizados na região Norte e dos interesses internacionais que rodeiam a maior floresta do planeta, o grande problema enfrentado pelas comunidades locais é a sensação de não-pertencimento ao próprio país, pois, para muitos habitantes, o resto do Brasil e o mundo vivem como se a região Norte não existisse em outros setores a não ser o econômico.

⁴⁷ Dados retirados do Wikipedia.

Apesar da era dos grandes projetos ter começado no final dos anos 1960, o ponto de partida para o desenvolvimento de obras megalomaniacas na região foi no início do século XVIII com o ciclo da borracha⁴⁸. Conforme Rego (2003) a época trouxe mudanças importantes para a região, sendo uma das principais o início do urbanismo das duas cidades-pólo do ciclo: Belém e Manaus. Segundo o autor, o ciclo da borracha foi uma época de “ostentação e fausto” que atraiu até mesmo grandes empreendedores internacionais que viam na Amazônia o sonho de transformar uma “terra de ninguém” em “terra de alguém”. Henry Ford e seu audacioso projeto⁴⁹ foi um deles. No entanto, as bruscas quedas na cotação internacional da borracha, graças à ampliação em demasia da oferta de látex (propiciada pela biopirataria de milhares de seringueiras ao Oriente) fez ruir todas as expectativas de quem apostava num novo Eldorado. Além disso, a pouca diversificação da economia amazônica também contribuiu para a derrocada do ciclo, já que muitos acreditavam que os altíssimos lucros da borracha seriam eternos e não se prepararam para as mudanças do humor econômico mundial. Com o fim do ciclo, houve saqueamentos nas cidades principais da região, suicídios, emigração em massa, abandono de casarões e sucateamento.

O que poderia ser considerada uma lição para as futuras gerações para evitar erros tão graves quanto o do ciclo da borracha, na verdade se transformou no primeiro

⁴⁸ No início do século XVIII, o naturalista Charles Marie de La Condamine viaja à região amazônica para estudar as propriedades de um poderoso auto-cicatrizante da *Hevea brasiliensis*, árvore nativa da Amazônia, conhecida como seringueira, e constata finalidades para vários usos na vida humana. Posteriormente, Charles Goodyear descobriria o processo de vulcanização do látex, sendo possível a fabricação de pneumáticos para a indústria automobilística - até então os carros utilizavam rodas de madeira. Porém, apenas mais de um século depois, cerca do ano de 1870, começou a tornar-se sensação na Europa e nos Estados Unidos: a demanda crescia vorazmente e a oferta crescia timidamente, gerando um rápido aumento na cotação internacional do produto. Na época, o único local de existência da árvore era a região amazônica e o sonho de tornar pessoas simples em milionárias levou centenas para a região. Na pauta de exportações brasileiras, a borracha chegou a representar 40%. Belém e Manaus, as cidades que mais cresceram durante o ciclo, passaram por profundas reformas urbanas inspiradas na *belle époque* europeia. O Teatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus, são exemplos de prédios construídos durante a época.

⁴⁹ Na década de 1920, houve as políticas de recuperação econômica da Amazônia. Henry Ford cria a Cia. Ford Industrial do Brasil, estabelecendo a criação racional de seringais na Amazônia. No alto Tapajós, o primeiro projeto foi criado, a “Fordlândia”, que tinha por objetivo plantar 8 milhões de seringueiras e fazer uma comunidade agrícola. Após o mal das folhas ocorrido nesses seringais, ergueu-se um novo projeto chamado “Belterra” onde foram plantadas apenas 2 milhões de mudas no baixo Tapajós próximo à cidade de Santarém. Com a segunda guerra mundial, a Cia Ford Industrial do Brasil ordenou que explorassem o que fosse possível do seringal onde metade das árvores se perdeu por serem jovens demais. Deu 10 anos de lucro, mas durante a guerra fracassou. Fordlândia ainda existe e é hoje um pequeno município próximo da cidade de Santarém.

capítulo de muitos que viriam a ser escritos sobre a ocupação desordenada que ocorreu na região. Todos os projetos desenvolvidos na Amazônia – muitos deles realizados com o apoio estratégico e o financiamento do Estado - sempre foram caracterizados como ações de pouca contribuição social que trouxeram para a região, e para as comunidades tradicionais, intensos e dramáticos conflitos político-sociais e territoriais, provocando um profundo processo de reestruturação sócio-espacial e reordenamento histórico cultural.

Após o ciclo da borracha, a região Norte voltou a ser alvo dos grandes investimentos a partir dos anos 1970, quando os militares assumem o governo e passam a elaborar um plano de integração nacional que visa, principalmente, a conquista do território a qualquer custo, diminuindo as possibilidades de qualquer influência dos países que aderiram ao socialismo da então União Soviética. Começa a era dos grandes projetos cuja finalidade principal era “modernizar” a Amazônia, realizando grandes obras que colocaram a região na condição de uma fronteira de recursos naturais a ser violentamente explorada pelo capital (BECKER, 1996). A verdade é que muitos dos grandes projetos na Amazônia decorreram de planejamentos apressados, como, por exemplo, no caso da construção da Transamazônica⁵⁰ por Médici, em 1970, anunciada como um projeto de impacto nacional. Até hoje, as comunidades locais pagam o preço da falta de planejamento e precisam conviver com um projeto inacabado que aumentou as dificuldades da região e se transformou em um dos grandes símbolos do descaso nacional com os problemas sofridos pelos povos nortistas.

Becker (1996) afirma que esse processo foi norteado por uma *economia de fronteira*, especialmente pautada na idéia de progresso e desenvolvimento como

⁵⁰ Para o desenvolvimento da obra, o governo conduziu para a região aproximadamente 4 mil homens (entre 1970 e 1973), com o intuito de abrir estradas e estabelecer a comunicação entre as cidades. A rodovia se tornou a terceira maior do país, com 4 mil km, percorrendo os estados da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A Transamazônica corta o Brasil no sentido leste-oeste, por isso é considerada uma rodovia transversal. Os extremos da rodovia são respectivamente em Cabedelo (Paraíba) e Lábrea (Amazonas). O objetivo de se construir uma rodovia dessa proporção era para interligar as regiões, especialmente a região Norte com o restante do Brasil, e povoar uma área considerada desabitada. A inauguração aconteceu no dia 30 de agosto de 1972, a intenção original era que a rodovia fosse pavimentada, ligando ainda o país ao Peru e o Equador, somando 8 mil quilômetros. Como o projeto foi abandonado na metade e a rodovia não foi pavimentada, atualmente é quase impossível trafegar entre outubro e março, período de chuva da região.

crescimento econômico e prosperidade infinita (a mesma idéia errônea do ciclo da borracha) com base na exploração desordenada dos recursos naturais. Para Cruz (2009), o resultado dessa estratégia de ocupação e modernização resultou em conflitos intensos envolvendo diferentes atores, principalmente as comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais) que lutavam para permanecer nos seus territórios ocupados por grileiros, grandes fazendeiros e imigrantes de outras regiões que, fazendo o mesmo percurso da borracha, foram para a região em busca do enriquecimento a qualquer custo. Cruz (2009) ainda afirma que o principal antagonista das comunidades tradicionais foi o Estado que, através da construção de gigantes infraestruturas (barragens, campos de treinamento militar, áreas reservadas à mineração, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) afetou de várias maneiras os territórios dessas populações:

Esse projeto de modernização conservadora materializado nos planos e planejamentos do Estado autoritário e na implantação de “grandes projetos”, a partir da década de 1960, produziu um novo ordenamento territorial onde não havia espaço para as “comunidades tradicionais” (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco, etc.), suas formas coletivas e familiares de apropriação da terra e dos recursos naturais baseados na pequena agricultura e no extrativismo, e seus modos de vida eram vistos como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso, pois nessa visão se assinala um único futuro possível para todas as culturas e todos os povos (a modernização ocidental capitalista e a sociedade de consumo urbano-industrial).

Nessa perspectiva, aqueles que não conseguiram incorporar-se a esta marcha inexorável da história estavam destinados a desaparecer. As outras formas de organização social, cultural e territorial de sociedade, as outras formas de conhecimentos, sociabilidades e direitos são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas e, como afirma Lander (2005), são situadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade. (CRUZ, 2009, p. 2)

Nota-se, então, que o maior problema desse novo ciclo de economia e desenvolvimento na Amazônia não eram os objetivos pomposos, mas a incapacidade do Estado e dos investidores de transformar as ações estratégicas projetadas em resultados efetivos e coerentes, trazendo progresso para a região, mas preservando, dentro do possível que o progresso pode fazer, a diversidade ambiental e cultural da Amazônia. Isso não ocorreu e os grandes projetos se transformaram em símbolo do desperdício de recursos públicos, sendo muitos nem mesmo lançados pelas dificuldades encontradas *in loco* por muitos investidores ao conhecerem de verdade a região.

A história se repetia. Muitos estrangeiros investiram acreditando em grandes projetos na Amazônia, como foi o caso de Daniel Ludwig com o Projeto Jari⁵¹. Além disso, todas essas grandes obras tiveram como base grandes sacrifícios e desrespeito da condição humana. A construção da hidrelétrica de Tucuruí (PA)⁵², a exploração de manganês na Serra do Navio (AP)⁵³, a criação da Zona Franca de Manaus (AM), a corrida do ouro em Serra Pelada (PA)⁵⁴, para citar alguns, foram ações determinantes para o desmatamento da região e a geração de bolsões de pobreza e desigualdade social em todos os estados da região Norte. Os grandes projetos pecuários, minerais e governamentais atraíram relevantes contingentes populacionais, que ao término das etapas iniciais, passaram a inchar os núcleos urbanos e a incorporar as novas frentes de trabalho. Vindos como heróis, atendendo ao “chamado” do governo para ocupar e modernizar a vasta floresta, o forte contingente migratório apostou todas as suas cartas, mas foi abandonado à própria sorte anos depois.

⁵¹ Grandioso projeto criado às margens do rio Jari para a produção de celulose e outros produtos e foi idealizado pelo bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig. A área que adquiriu na região amazônica era quase do tamanho do estado do Sergipe e fez com que Ludwig ficasse conhecido como o maior proprietário individual de terras no mundo. Para que o projeto Jari desse certo, foi necessária a construção de portos, ferrovia e nove mil quilômetros de estradas. Ali Ludwig planejava instalar um projeto de reflorestamento com árvores de crescimento rápido, antevendo o aumento da necessidade mundial por celulose. No entanto, sem apresentar resultados ao governo, seu principal credor, Ludwig abandonou o projeto e deixou uma imensa dívida, o que, hoje, seria em torno de 2 bilhões.

⁵² A criação do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí modificou completamente o ecossistema tanto da área inundada quanto ao redor do lago. O pesquisador Inocêncio Gorayeb, do Museu Paraense Emílio Goeldi, afirma que a manutenção da vegetação na área ocasionou a eutrofização, que é a decomposição de matéria orgânica inundada. O fenômeno provoca um mau cheiro, que pode ser percebido mesmo depois de tantos anos. Outras consequências negativas foram constatadas: a construção da usina provocou a liberação de gases carbônico e metano, que contribuem para o efeito estufa, e o preenchimento do reservatório, que durou cerca de três meses, provocou também a morte de vários animais. Além disso, o tucunaré, peixe carnívoro que vive em águas mansas como lagos e que é considerado símbolo da região, tomou o lugar de outras espécies que havia no rio Tocantins, desviado para a criação do reservatório.

⁵³ Serra do Navio – Para muitos pesquisadores e militantes ambientais, controlar as terras na Amazônia é um velho sonho de muitos países, mas nenhum tem maior ambição que os Estados Unidos da América. Os norte-americanos herdaram dos ingleses o espírito de piratas, de saqueadores, mas com uma perícia e tecnologias que os ingleses nunca possuíram. Um bom e forte exemplo é o projeto de extração de manganês da Serra do Navio, no Amapá, capitaneado pela empresa brasileira ICOMI e pela norte-americana Bethlehem Steel. A esse respeito LEAL (1993b, p.20) diz: “O Amapá não se redimiu. Apenas perdeu todo o manganês que tinha, e apresenta um dos mais expressivos índices regionais de miséria.”

⁵⁴ Tornou-se muito conhecida durante os anos de 1980 pela corrida de ouro moderna, tendo sido o local do maior garimpo a céu aberto do mundo, de onde foram extraídas, oficialmente, 30 toneladas de ouro. Atualmente, o garimpo desativado é um lago com 100 metros de profundidade. Depois da proibição do garimpo, no final dos anos, e reocupação do terrenos pela Vale do Rio Doce, centenas de ex-garimpeiros decidiram ficar, pois ainda mantêm o sonho do garimpo voltar a funcionar.

Para se ter uma dimensão dos impactos ambientais associados a grandes projetos, basta comparar a primeira estimativa da área desmatada na Amazônia Legal com base nas imagens do satélite Landsat referente a 1975, que era pouco mais de 15 milhões de hectares, atingiu mais de 41 milhões de hectares em 1990 e, mais de 58 milhões de hectares em 2000, superior à superfície dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Isto é, em apenas 25 anos, quase quadruplicamos a área desmatada na Amazônia. Apesar da importância das questões ambientais, a partir do final da década de 80, muitas não passam de rituais a serem cumpridos, onde os EIAs e RIMAs representam apenas a dinâmica do presente e, não raras vezes, atender aos gostos dos clientes. O oposto se verifica com as megapropostas ambientais, as quais evidenciam um controle do espaço nacional e da soberania compartilhada.

Na dimensão humana, muitos dos grandes projetos criaram um verdadeiro apartheid, gerando uma escória social, no qual não conseguiram transferir o bem-estar para as populações circunvizinhas, que vivem na mais absoluta pobreza, em cima de grandes riquezas, pela incapacidade de geração de empregos. Outra característica é a forte dependência na extração e do uso dos recursos naturais, sem a preocupação com o seu esgotamento, de procurar reinvestir para garantir a sua sustentabilidade futura. (HOMMA, 2002, p. 2)

Conforme Maués (1999) apenas um grupo de elites locais aproveitou os “resultados positivos” dos grandes projetos na região Norte, pois se beneficiaram dos repasses de recursos públicos para construir suas próprias fortalezas. O autor é taxativo quanto aos danos que a exploração desenfreada dos recursos naturais da Amazônia provocou:

(...) do que se perdeu, em termos culturais, de organização social, de pensamento, de conhecimento do manejo sustentado do ambiente, dos rituais, das crenças, do conhecimento da floresta, e de muitos outros aspectos da cultura, pouco ou quase nada se pode inferir. (...) os índios da Amazônia foram capazes de domesticar as plantas de uma forma sábia: aperfeiçoando, do ponto de vista genético, vegetais comestíveis como a pupunha; criando, na mata virgem, espaços culturais de plantas cultivadas; e controlando, por meios naturais, as pragas das plantações. (MAUÉS, 1999, p. 61)

No entanto, essas mudanças implicaram, também, na criação de movimentos sociais que passaram a questionar a lógica dominante e lutar por maior acesso a terra e meios de sobrevivência e trabalho que respeitasse os direitos humanos das comunidades locais. Surgiram neste momento na região amazônica, no início dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outras entidades que, junto com partidos políticos de esquerda, iam de encontro aos interesses políticos e econômicos na região e se transformaram nos novos sujeitos políticos e exigiam do Estado um novo plano de governo que visasse, principalmente, a conservação da biodiversidade amazônica e o desenvolvimento sustentável. Cruz (2009) afirma que na luta pelo reconhecimento de suas territorialidades, essas comunidades passaram a

buscar novos padrões normativos que pudessem melhor solucionar suas necessidades, aproximando as leis e os direitos das práticas sociais cotidianas. Ou seja, buscavam reafirmação de suas identidades coletivas diante do quadro social desastroso que se firmou na Amazônia como consequência da ocupação desordenada e do descaso do Estado (em todas as instâncias de governo).

Soma-se a isso o *boom* ambiental que passou a dominar as pautas mundiais, causando grandes debates no Brasil (como a realização da Eco-92) e em outros países, que questionavam a sobrevivência da Amazônia e das comunidades tradicionais. A região Amazônia torna-se uma marca desejada⁵⁵ e os interesses mundiais, novamente, voltaram seus olhos para uma nova oportunidade, criando alianças internacionais entre organizações não-governamentais européias e norte-americanas com institutos e fundações localizados no Norte do país e a vinda constante de celebridades que passaram a ter a preservação da região como bandeira ambientalista.

Esse processo de globalização da Amazônia, desconsiderando o grande circo que muitos ambientalistas e governos montaram para a auto-promoção, contribuiu para uma nova frente de desenvolvimento que se apresenta como uma alternativa eficaz para a solução dos diversos conflitos sociais e culturais que tem a região como palco. A região sai de uma *economia de fronteira* para uma *economia de desenvolvimento sustentável* baseado na eficiência máxima e no desperdício mínimo do uso de recursos naturais, na valorização da diversidade e na descentralização (BECKER, 1996). Becker acrescenta que esse período é importante para que a Amazônia deixe de ser reconhecida como uma fronteira de recursos para torna-se “uma fronteira sócio-ambiental, cujo desenvolvimento futuro se tornou uma questão complexa e híbrida que envolve um conflito de valores quanto à natureza (1996, 226).

Mas a principal mudança vem com a “irrupção da questão étnica”, conforme afirma Cruz (2009), que está ligada ao processo de “centralidade da cultura” defendida por Hall (1997). Acompanhando os dias atuais, as comunidades tradicionais da

⁵⁵ Uma pesquisa realizada pelas Nações Unidas em dezenas de países, apontou a palavra **Amazônia** entre as 10 mais citadas pelo grande público. Entre os nomes que estavam à frente no ranking destacam-se Marlboro, Coca-Cola e Microsoft, marcas de empresas que faturam bilhões de dólares por ano. Das 10 palavras mais conhecidas no mundo, a única que não movimenta enormes volumes de recursos é Amazônia. (Guimarães, 1999).

Amazônia passaram a entender a cultura de forma politizada, o que as leva a questionar o fato de serem excluídas do processo política de fazer parte da vida cultural do país e, claro, das políticas culturais que passaram a emergir no Brasil seja no setor público quanto no privado.

(...) há uma crescente visibilidade das questões ambientais por conta do “desenvolvimento sustentável” e da biodiversidade; ao mesmo tempo há uma crescente organização e mobilização das chamadas “comunidades tradicionais” na luta pelo reconhecimento dos seus “direitos étnicos”, como vem ocorrendo com as populações indígenas, quilombolas e as populações extrativistas como a dos seringueiros, entre outras. Isso implica numa espécie de “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais, complexificando a questão agrária, foco irradiador dos principais conflitos na região. Esses dois processos trazem um conjunto de elementos importantes na construção de novas “políticas culturais”, ou seja, da politização das culturas “tradicionais” que têm influenciado na construção de novas identidades políticas na Amazônia. (CRUZ, 2009, p.4)

Assim, das lutas pela afirmação dos direitos à sua territorialidade e ao seu modo de vida próprio que foram negados pelo conceito de modernização dos grandes projetos, as comunidades tradicionais iniciaram um processo de questionamento dos discursos e representações hegemônicas sobre as suas identidades, pois acreditam que tais representações desconsideram sua cultura e o seu modo de vida, sendo construídas e pautadas em estereótipos reducionistas de clara fundamentação colonialista.

Esses movimentos sociais tendem a questionar as *identidades legitimadoras* deslocando e fraturando os discursos identitários que historicamente produziram a invisibilidade, a romantização e a estigmatização dessas populações, reorientando as práticas políticas e discursivas a partir de *identidades de resistência*, que em muitos casos como dos seringueiros, das mulheres quebradeira de coco de babaçu se esboçam como *identidades de projeto*, pois, apontam para um conjunto de práticas e valores que reforçam e inauguram modos alternativos de produzir, de se relacionar com a natureza, enfim, diferentes modos de existir. (CRUZ, 2009, p.5)

Essa transformação é primordial para entendermos o processo de pertencimento e o pedido de reconhecimento que existe atualmente em toda a Amazônia. Impulsionados pelos movimentos ambientais, os novos grupos representantes da produção cultural da Amazônia perceberam a importância da região Norte no mundo e estão convencidos da relevância estratégica do que é produzido dentro da região, pelos fazedores de cultura locais. Cruz (2009) afirma que esse processo de emergência de novos sujeitos políticos que tem sido influenciado por essa nova conjuntura vem assumindo outras configurações e ganhando densidade e conteúdo histórico. Esses novos-velhos sujeitos protagonistas apontam para uma existência coletiva objetivada

numa diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder (ALMEIDA, 2004).

O desafio neste momento é entender como driblar os interesses das mídias tradicionais que insiste em promover uma cultura romanceada sobre a região (mesmo os meios de comunicação locais) e, ainda, ter recursos e capacitação técnica para realizar todas as mudanças desejadas. A solução seria o uso das novas tecnologias como forma alternativa de comunicação e informação, trabalhando as práticas colaborativas de compartilhamento, e a inclusão da região Norte em políticas culturais que permitisse o maior acesso aos mecanismos e equipamentos culturais, além de recursos financeiros. No entanto, estes dois fatores se constituem no principal *gap* para a construção efetiva da democratização cultural na região Norte, como veremos no próximo tópico.

3.2 – Indicadores: a situação do acesso à cultura e às TICs no Norte

O principal foco dessa pesquisa é mostrar de que forma as novas tecnologias podem ajudar na mediação e na democratização do acesso à produção cultural da região Norte. No entanto, antes de propor soluções e mostrar algumas ações já realizadas para driblar as dificuldades encontradas pelos fazedores culturais, é preciso analisar como se encontra os estados da região em relação ao acesso aos mecanismos e equipamentos culturais e o acesso aos meios tecnológicos, especialmente a internet. A inclusão digital significa uma nova possibilidade que se abre aos produtores culturais da região para que consigam circular e divulgar sua produção, e, como já vimos, também significa democratizar a informação, privilegiando todo o país em relação ao fenômeno da internet e não apenas uma parcela da população brasileira.

Essa pesquisa levou em consideração os dados do IBGE, do IPEA, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIB) e do Ministério da Cultura. Além disso, por causa da escassa literatura sobre a produção cultural na região Norte e sobre os mecanismos de acesso à informação na região, esse estudo também conta com entrevistas qualitativas realizadas com os fazedores culturais da Amazônia, como artistas de vários setores, gestores públicos e independentes, produtores culturais. Todos eles opinaram sobre como vêem a situação das políticas culturais no seu estado, com outros estados da

região Norte e com outras regiões brasileiras, bem como avaliaram a situação do acesso e a qualidade da internet que usam em seus projetos e como usam em seus projetos para divulgar suas ações e circular o produto cultural que oferecem.

3.2.1 – O acesso à internet na região Norte

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, quase 24% das casas no Brasil têm conexão à internet, que significa 14 milhões de residências. A região mais informatizada é o Sudeste, onde 40% das casas têm computadores e 31,5% das famílias têm acesso residencial à rede. No Sul, 28,6% das residências têm conexão e 38,5% têm computadores em casa. No Nordeste, 5,7% das residências possuem computadores e 11,6% têm acesso à rede de casa. No Centro-oeste, 30,9% têm computadores em casa e 23,5% possuem conexão. O Norte aparece com a triste estatística de possuir a menor incidência de computadores com acesso à rede, sendo 17,4% das casas com computadores e 10,6% com conexão.

Pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil⁵⁶ demonstra o quanto a região Norte está longe do acesso de qualidade à internet e, principalmente, da inclusão digital, que pode possibilitar tantas oportunidades de aprendizado e transformação social. Desde sua primeira edição, em 2005, até a terceira, em 2007, o CGIBr sempre tentou retratar a realidade da inclusão digital no Brasil nas áreas urbanas e, a partir de 2008, foram incorporadas à amostra as áreas rurais, apresentando então resultados sobre o Brasil como um todo. Além disso, a pesquisa chama a atenção para o seguinte aspecto:

No âmbito regional, há diferenças evidentes no acesso às TIC, resultantes de desigualdades socioeconômicas. Tais discrepâncias regionais podem ser mais bem compreendidas a partir do índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam menores IDH, enquanto os maiores são registrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Isso se deve, sobretudo, à geografia econômica do Brasil, que concentra a produção, a atividade econômica e a renda nas regiões de maior IDH. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET, 2010)

⁵⁶ “Sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2010”, disponível em <http://www.cetic.br/publicacoes/>

REGIÃO	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	100	100	100	100	100	100	100
Norte	4,7	4,9	4,9	5	5,1	5	5,1
Nordeste	13	12,9	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Sudeste	56,7	55,9	55,9	56,5	56,9	56,4	56,0
Sul	16,9	17,7	17,4	16,8	16,3	16,6	16,6
Centro-Oeste	9,9	9	9,1	9,9	9,7	9,9	9,2

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2004-2008. n. 32.

T1 – Participação percentual do Produto Interno Bruto (PIB)

REGIÃO	Percentual na população brasileira (%)	
	2000	2010
Brasil	100	100
Norte	7,8	9,2
Nordeste	29,1	27,9
Sudeste	42,8	42,1
Sul	14,9	14,4
Centro-Oeste	6,9	7,4

Fonte: IBGE. Síntese do Censo Demográfico, 2010.

T2- Percentual da população brasileira

Nas tabelas acima é possível perceber que as regiões brasileiras apresentam diferentes percentuais de participação no Produto Interno Bruto e registram também graus desiguais de desenvolvimento econômico. A produção e a atividade econômica estão muito concentradas nas regiões Sudeste e Sul, responsáveis por 56% e 16,6% do PIB respectivamente (Tabela 1). Do ponto de vista populacional, as regiões apresentam participações desproporcionais no total da população brasileira, sendo as regiões Sudeste e Nordeste as mais populosas (Tabela 2). Sobre os domicílios com computador, a região Norte ficou apenas na frente da região Nordeste (18%), com 27% em 2010, e nota-se um crescimento interessante em relação ao uso do computador dentro das residências entre 2005 e 2010, o que pode ser considerada uma boa notícia.

REGIÃO	Proporção de domicílios com computador (%)								
	Áreas urbanas						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2009	2010
Brasil	17	20	24	29	38	39	25	32	35
Norte	10	10	13	16	22	27	15	19	22
Nordeste	9	9	11	14	19	19	11	14	14
Sudeste	20	24	30	34	45	47	33	43	45
Sul	20	25	31	33	43	44	30	40	42
Centro-Oeste	17	19	28	32	38	42	30	34	40

Fonte: C3i.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC Domicílios, 2010.

T3- Domicílios com computador

Em relação aos domicílios com acesso à internet, o Norte e o Nordeste estão quase próximos, 17% e 15%, respectivamente, e muito distantes dos índices das outras regiões, o que comprova uma desigualdade pungente no Brasil.

REGIÃO	Proporção de domicílios com acesso à internet (%)								
	Área urbana						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2009	2010
Brasil	13	14	17	20	27	31	18	24	27
Norte	5	8	8	9	13	17	7	10	14
Nordeste	7	8	7	9	12	15	7	10	11
Sudeste	18	19	22	28	35	39	25	33	38
Sul	15	17	21	23	32	32	20	29	30
Centro-Oeste	14	13	18	23	29	35	21	25	29

Fonte: CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC Domicílios, 2010.

T4 – Proporção de domicílios com acesso à internet

Já quando o assunto é a quantidade de usuários de internet no Brasil, os índices das duas regiões (Norte e Nordeste) mudam consideravelmente alcançando as outras regiões brasileiras, apesar de ainda permanecerem no 4º e 5º lugares, respectivamente.

REGIÃO	Proporção da população que é usuária de internet (%)								
	Área urbana						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2009	2010
Brasil	24	29	34	39	42	45	24	39	41
Norte	19	22	29	30	38	41	25	30	34
Nordeste	17	19	29	30	38	37	25	30	29
Sudeste	27	31	37	41	47	49	40	45	47
Sul	28	29	37	37	48	44	34	42	42
Centro-Oeste	29	34	39	44	49	52	41	45	50

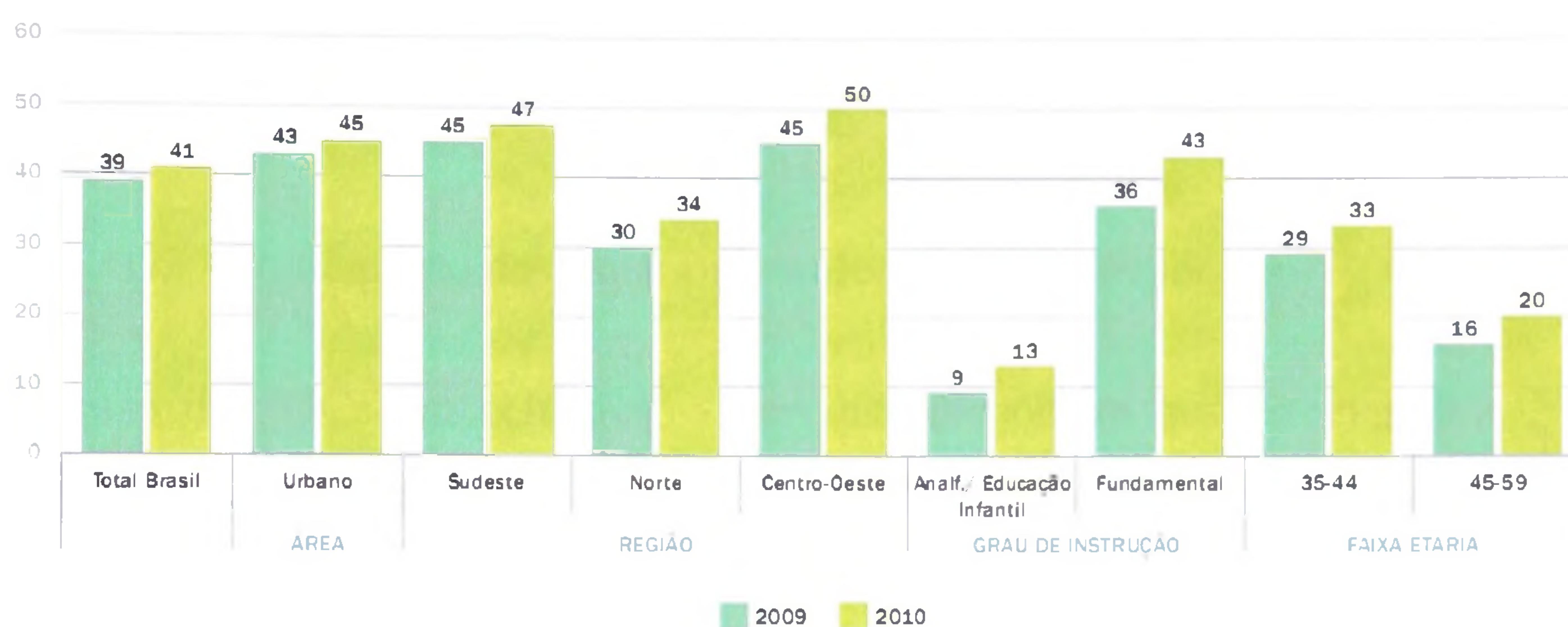
Fonte: CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC Domicílios, 2010.

T5 – Proporção da população usuária da internet

A pesquisa ainda ressalta que no contexto do uso da Internet, “é necessário entender as situações sociais dos indivíduos não-usuários, a fim de identificar as barreiras que inibem seu uso” (CGIBr, 2010). No Total Brasil, em 2010, as maiores proporções de indivíduos que não usam a Internet estão na área rural (84%). O mesmo ocorre entre os brasileiros que residem nas regiões Nordeste e Norte, onde a proporção de não-usuários de Internet corresponde a 72% e 66% respectivamente.

O crescimento de 4% da população urbana usuária de computador em relação a 2009 manifestou--se de maneira diferenciada nas regiões do país: o Centro-Oeste registra o maior crescimento de usuários, passando em 49% para 53%, *seguido pela região Norte, que passou de 36% para 39%*, ambos no Total Brasil.

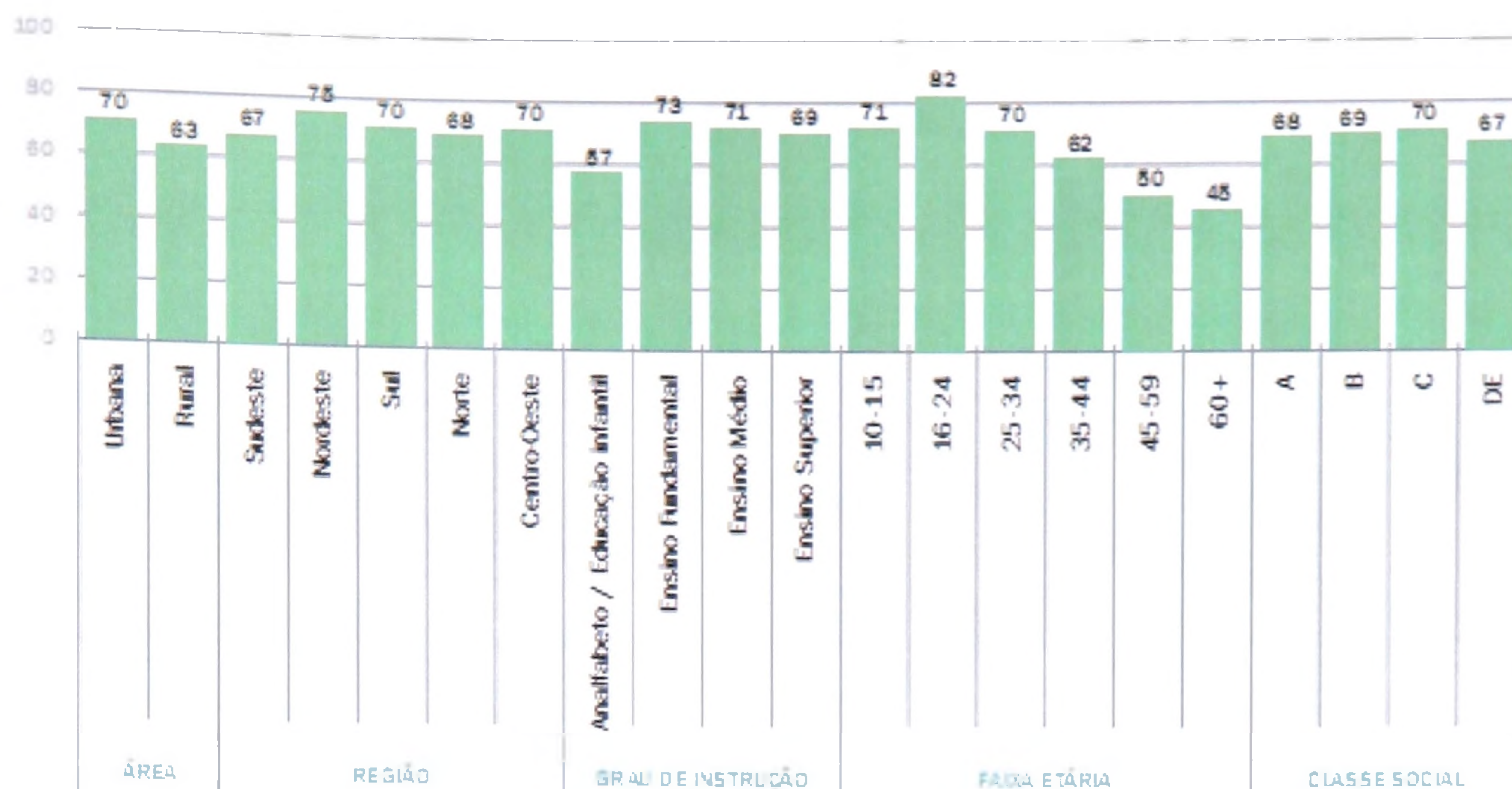
O perfil do usuário de Internet também mudou significativamente entre pessoas com 35 a 59 anos. A proporção de usuários entre 35 e 44 anos passou de 29%, em 2009, para 33%, em 2010, um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Entre 45 e 59 anos, também apresentou um crescimento expressivo (25%): de 16% para 20%. No Norte e no Centro-Oeste, observa-se um crescimento superior ao verificado nas demais regiões. *No Norte, por exemplo, o crescimento é de 13%, passando de 30%, em 2009, para 34%; e na região Centro-Oeste, de 45% para 50%*, um crescimento de 11%. (CGIBr, 2010, p. 154)



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil

G1 – Perfil do usuário da internet

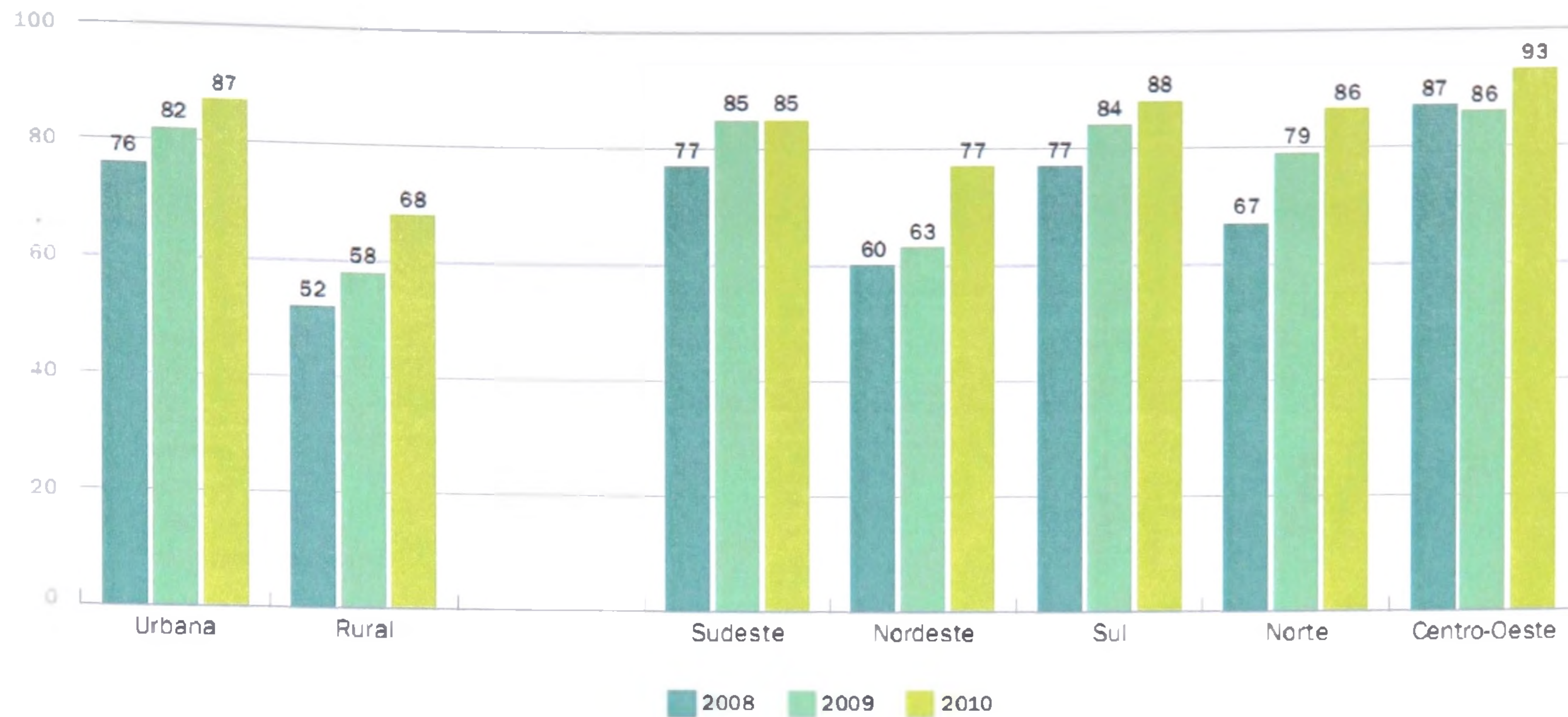
Quanto à participação dos usuários da região Norte nas redes sociais, a pesquisa demonstra que a região, mesmo com acesso difícil aos meios tecnológicos, tem uma média interessante próximo das outras regiões, com diferenças de apenas 2%, o que mostra que os usuários nortistas estão, sim, interessados em participar mais da cultura digital. A região Nordeste também é outra surpresa.



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil

G2 - Participação dos usuários brasileiros nas redes sociais

Sobre o uso das TICs em celulares, a pesquisa demonstra que os aparelhos celulares estão mais presente nos lares brasileiros (84%) e a região Norte teve um aumento considerável. No entanto, a estabilidade no crescimento de aparelhos nas regiões Sul e Sudeste e o aumento nas outras regiões não refletem necessariamente qualidade maior de acesso ou que as populações dessas regiões passaram a gastar mais. Na verdade, reflete a chegada das empresas de telefonia celular a cidades onde não estavam presente em 2009 e ao maior uso de aparelhos pré-pagos. Além disso, conforme o estudo do CGI Br, o não crescimento da internet móvel em muitas regiões é decorrente principalmente do alto custo dos serviços de telefonia móvel no país. “Indicadores internacionais da ITU (2010) apontam o Brasil com um dos piores índices de acessibilidade de preço da América do Sul, classificado em 121 no ranking mundial desse indicador”, afirma o relatório do Comitê.



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil

G3 - Uso de aparelhos celular no Brasil

Além disso, a pesquisa identificou motivos sobre o uso ou não uso da internet e de quais as principais atividades exercidas no acesso a internet. Em relação aos motivos, os usuários da região Norte destacam o alto preço do serviço, também mostram o desejo de possuírem uma internet de melhor qualidade e que usam a rede, em especial, para treinamento e educação (revelando um outro traço triste na região: a falta de cursos de capacitação em diversas áreas). Todas as tabelas e dados foram retirados do relatório produzido pelo CGIBr.

Percentual (%) Percentage (%)		Custo elevado / Não tem como pagar High cost / Cannot afford	Falta de disponibilidade na área Not available in the area	Tem acesso à Internet em outro lugar Has access to the Internet elsewhere	Não há necessidade / interesse No need / Interest
TOTAL		49	23	16	16
ÁREA AREA	Urbana / Urban	52	17	19	17
	Rural / Rural	31	62	9	8
REGIÃO REGION	Sudeste / Southeast	54	21	14	18
	Nordeste / Northeast	47	22	13	13
	Sul / South	40	27	19	19
	Norte / North	58	30	19	12
	Centro-Oeste / Center-West	51	21	25	14

T5 – Motivos dos usuários para a falta de internet no domicílio (percentual)

Percentual (%) Porcentagem (%)		até R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	Mais	Não
		30,00	31,00	41,00	51,00	61,00	71,00	81,00	91,00	de R\$	sabe /
		up to	a R\$	a R\$	a R\$	a R\$	a R\$	a R\$	a R\$	100,00	Não res-
		BRL	40,00	50,00	60,00	70,00	80,00	90,00	100,00	More	pondeu
		30,00	BRL	BRL	BRL	BRL	BRL	BRL	BRL	than	Does
			to	to	to	to	to	to	to	100,00	not
			40,00	50,00	60,00	70,00	80,00	90,00	100,00	BRL	know /
										to	Did not
										100,00	answer
TOTAL		6	9	13	14	10	10	6	5	12	14
ÁREA AREA	Urbana/Urban	6	9	13	13	11	11	6	5	12	14
	Rural/Rural	19	11	14	20	8	4	2	1	6	19
REGIÃO REGION	Sudeste/Southeast	6	9	11	18	10	12	6	4	9	16
	Nordeste/Northeast	9	11	22	9	11	6	4	4	15	9
	Sul/South	9	9	13	11	12	9	6	5	14	14
	Norte/North	5	4	9	14	9	11	5	11	21	11
	Centro-Oeste/CenterWest	7	9	13	9	10	10	9	5	17	11

T6 – Valores pagos pela principal conexão de internet

Percentual (%) Porcentagem (%)		Sim Yes	Não No
TOTAL		97	13
ÁREA AREA	Urbana/Urban	97	13
	Rural/Rural	92	19
REGIÃO REGION	Sudeste/Southeast	99	11
	Nordeste/Northeast	97	13
	Sul/South	92	19
	Norte/North	93	17
	Centro-Oeste/CenterWest	98	12

T7 – Uso da internet para o lazer

Percentual (%) Porcentagem (%)		Sim Yes	Não No
TOTAL		66	34
ÁREA AREA	Urbana/Urban	66	34
	Rural/Rural	65	35
REGIÃO REGION	Sudeste/Southeast	64	36
	Nordeste/Northeast	70	30
	Sul/South	59	41
	Norte/North	75	25
	Centro-Oeste/CenterWest	73	27

T8 – Uso da internet para educação

Percentual (%) Porcentagem (%)		Baixar / fazer o download de material Downloading materials	Fazer cursos on-line Taking online courses	Outras atividades relacionadas a educação Other activities related to education	Não utilizou a internet para educação Has not used the Internet for education
TOTAL		17	11	*	34
ÁREA AREA	Urbana/Urban	19	11	*	34
	Rural/Rural	12	10	1	35
REGIÃO REGION	Sudeste/Southeast	19	11	*	36
	Nordeste/Northeast	12	10	*	30
	Sul/South	14	11	*	41
	Norte/North	21	11	1	25
	Centro-Oeste/CenterWest	23	14	*	27

T9 – Atividades desenvolvidas para treinamento e educação

Percentual (%) Porcentagem (%)		Falta de habilidade com o computador / Internet <i>Lack of computer/ Internet skills</i>	Não tem necessidade / interesse <i>No need / Interest</i>	Não tem de onde acessar <i>Has no means of access</i>
TOTAL		55	40	24
ÁREA AREA	Urbana / Urban	59	42	19
	Rural / Rural	45	32	46
REGIÃO REGION	Sudeste / Southeast	51	42	19
	Nordeste / Northeast	59	41	27
	Sul / South	59	44	21
	Norte / North	56	22	44
	Centro-Oeste / Centerwest	56	46	25
SEXO GENDER	Masculino / Male	59	39	21
	Feminino / Female	52	42	27

T10 – Dificuldades encontradas para acessar a rede

Percebe-se que, neste caso, as dificuldades dos usuários da região Norte são comuns nas duas primeiras questões. No entanto, quando a pesquisa refere-se ao fato de não ter onde acessar, os indicadores da região Norte são mais altos que das outras regiões brasileiras, mesmo a região Nordeste, que, em termos de desigualdade, sempre teve índices próximos da região Norte na mesma pesquisa.

Já quando o assunto é a qualidade da conexão da internet nas regiões, a região Norte tem os piores índices tanto na pesquisa promovida pelo CGIBr quanto na pesquisa realizada pelo IPEA (2010).

O relatório do CGIBr afirma que a universalização da banda larga como instrumento não apenas de inclusão digital, mas também de desenvolvimento econômico e social, tornou-se um tema de alta relevância em todo o mundo, mas “o histórico das taxas anuais de crescimento do acesso à rede nos domicílios brasileiros revela que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no que se refere à massificação do acesso, para que então possa melhorar sua posição no ranking internacional” (CGOBr, 2010).

O resultado da pesquisa sobre a qualidade da conexão e a banda larga demonstrou que houve um crescimento expressivo das conexões de tipo banda larga fixa, especialmente na zona rural do país. Mas, as diferenças regionais se destacam novamente: no Norte, 21% das conexões domiciliares à internet ainda são realizadas por acesso discado.

Percentual (%) Porcentagem (%)		Até 256 Kbps Up to 256 Kbps	Mais de 256 Kbps a 1 Mbps Over 256 Kbps to 1 Mbps	Mais de 1 Mbps a 2 Mbps Over 1 Mbps to 2 Mbps	Mais de 2 Mbps a 4 Mbps Over 2 Mbps to 4 Mbps	Mais de 4 Mbps a 8 Mbps Over 4 Mbps to 8 Mbps	Acima de 8 Mbps Over 8 Mbps	Não sabe / Não respondeu Does not know / Did not answer
TOTAL		21	19	24	9	3	2	21
ÁREA AREA	Urbana / Urban	21	19	25	9	3	3	21
	Rural / Rural	29	12	10	8	2	1	29
REGIÃO REGION	Sudeste / Southeast	21	19	28	10	2	1	19
	Nordeste / Northeast	25	20	17	2	1	2	23
	Sul / South	18	11	27	11	4	5	28
	Norte / North	44	20	11	3	2	.	20
	Centro-Oeste / Center-West	19	17	23	11	4	8	22
RENDIA FAMILIAR FAMILY INCOME	Até 1 SM Up to 1 MW	29	18	8	8	2	1	29
	Mais de 1 SM até 2 SM More than 1 MW up to 2 MW	27	18	22	8	2	2	23
	Mais de 2 SM até 3 SM More than 2 MW up to 3 MW	21	23	24	7	2	1	22
	Mais de 3 SM até 5 SM More than 3 MW up to 5 MW	22	18	28	10	3	3	17
	Mais de 5 SM até 10 SM More than 5 MW up to 10 MW	13	22	28	10	8	3	18
	Mais de 10 SM More than 10 MW	10	12	23	17	5	8	24

T11 – Sobre a velocidade da conexão

Percentual (%) Porcentagem (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe / Não respondeu Does not know / Did not answer
TOTAL		53	44	3
ÁREA AREA	Urbana / Urban	53	43	3
	Rural / Rural	29	55	8
REGIÃO REGION	Sudeste / Southeast	55	42	4
	Nordeste / Northeast	57	40	3
	Sul / South	42	54	4
	Norte / North	72	25	3
	Centro-Oeste / Center-West	52	48	2

T12 – Interesse em adquirir internet com maior velocidade (por região)

Em abril de 2010⁵⁷, o IPEA lançou um estudo específico sobre os avanços da internet banda larga no Brasil e da qualidade da conexão nos estados brasileiros. Segundo o relatório:

A situação do país em termos de preço e oferta de banda larga é extremamente alarmante. Apesar de a economia do país situar-se entre as dez maiores do mundo, em termos de desempenho das telecomunicações, a União Internacional das Telecomunicações (UIT) – órgão da ONU para o setor – classificou o Brasil em 60º lugar em 2009. O IDI, índice utilizado na classificação, refere-se ao comportamento de 11 indicadores do setor internacionalmente comparados. Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, a Argentina situou-se em 49º, a Rússia em 48º e a Grécia em 30º lugar.

⁵⁷ “Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga”, disponível em http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100426_comunicadodoipea_n_46.pdf

(...) *O acesso em banda larga é extremamente desigual em termos regionais no país. Em alguns Estados mais isolados, como Roraima e Amapá, o acesso nos domicílios é praticamente inexistente.* Nos estados do Nordeste, os acessos em banda larga não chegam a 15% dos domicílios. Com relação às unidades da federação (UFs) do Norte, *os Estados de Rondônia e Acre apresentam penetração de banda larga ligeiramente superior a 15%.* As UFs do Centro-Oeste têm penetração da internet de banda larga em mais de 18% dos domicílios, com destaque para o Distrito Federal, com uma taxa de 51%. Nos estados do Sul e Sudeste, a penetração varia entre 20% e 30% dos domicílios. (IPEA, 2010, p.5 grifo nosso)

Segundo o estudo, menos da metade dos municípios brasileiros têm acesso em banda larga de fato e alguns estados estão em situação bastante crítica, como Amapá e Roraima, da região Norte, que não possuem banda larga nas capitais. Já o Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba e Piauí também têm penetração de banda larga em menos de 10% de seus municípios. No geral, o acesso à banda larga no Brasil encontra-se dessa maneira:

Região	Com banda larga	
	Urbano	Rural
Centro-Oeste	28.1%	5.2%
Nordeste	14.3%	1.1%
Norte	10.9%	1.9%
Sudeste	27.8%	5.5%
Sul	29.6%	5.2%

Fonte: Microdados da PNAD 2008 (IBGE). Elaboração própria.

T13 – Acesso com banda larga por região

Conforme observado nas seções anteriores, as regiões Norte e Nordeste, os pequenos municípios e as áreas rurais, todos carecem de infraestrutura de banda larga – em função da baixa atratividade diante da renda limitada da população residente e alto custo de instalação desse serviço – e, dessa maneira, não podem depender dos provedores privados. Se o acesso à banda larga receber incentivos adequados e investimento público, sua oferta, para essa população, poderá tornar-se uma realidade efetiva. Complementando o PNBL, também poderiam existir parcerias público-privadas. (IPEA, 2010, p.19)

Ter maior acesso à banda larga é um desejo de boa parte dos usuários da região Norte, que até mesmo iniciaram movimentos independentes pedindo a atenção do Estado para a implantação da banda larga e ampliação da infra-estrutura de acesso as novas tecnologias, principalmente com a discussão recente a respeito do Plano Nacional de Banda Larga, proposto pelo governo federal. Já há estudos que confirmam que a

região Norte tem a internet mais “lerda” do Brasil⁵⁸. No entanto, a esperança dos usuários da internet diminuiu quando o governo anunciou, em 2010, que os estados nortistas não seriam beneficiados pelo PNBL na primeira etapa do plano⁵⁹. A reação foi imediata e os usuários do Amapá, por exemplo, iniciaram uma campanha nos meios de comunicação⁶⁰ intitulado “Banda Larga para o Amapá.

3.2.2 – O acesso aos mecanismos e equipamentos culturais na região Norte

O Ministério da Cultura desenvolveu a partir de 2007, uma série de parcerias que pudessem analisar, avaliar e entender de que situação está o investimento no setor cultural no Brasil e, principalmente, o acesso aos mecanismos e equipamentos culturais no país. Foi a primeira vez que o Estado realizou um estudo a respeito dos indicadores culturais contando com estatísticas do IPEA e IBGE. Os dados demonstram que muito se avançou no Brasil na área, mas que a região Norte continua sofrendo com a falta de ações específicas que alavanquem e estimulem a produção cultural nortista.

A) Distribuição dos equipamentos culturais e acesso

Cinema: a região Norte possui o menor índice de salas de cinema em todo o Brasil, sendo que a região Sudeste, por causa do estado de São Paulo, concentra o maior número de salas de cinema cadastradas pela Agência Nacional de Cinema. Como é possível verificar, o Pará e Amazonas lideram o *ranking*, mas é preciso ressaltar que essas salas se concentram nas capitais, mostrando falta de políticas de democratização de acesso. O Acre e Rondônia apresentam considerável ausência, bem como o Amapá. No entanto, mesmo com a falta de equipamentos de cinema, alguns estados da região Norte (Amapá, Acre e Amazonas) figuram como destaques na realização de festivais audiovisuais. Em relação à evolução do número de salas de cinema entre 2005 e 2009, o

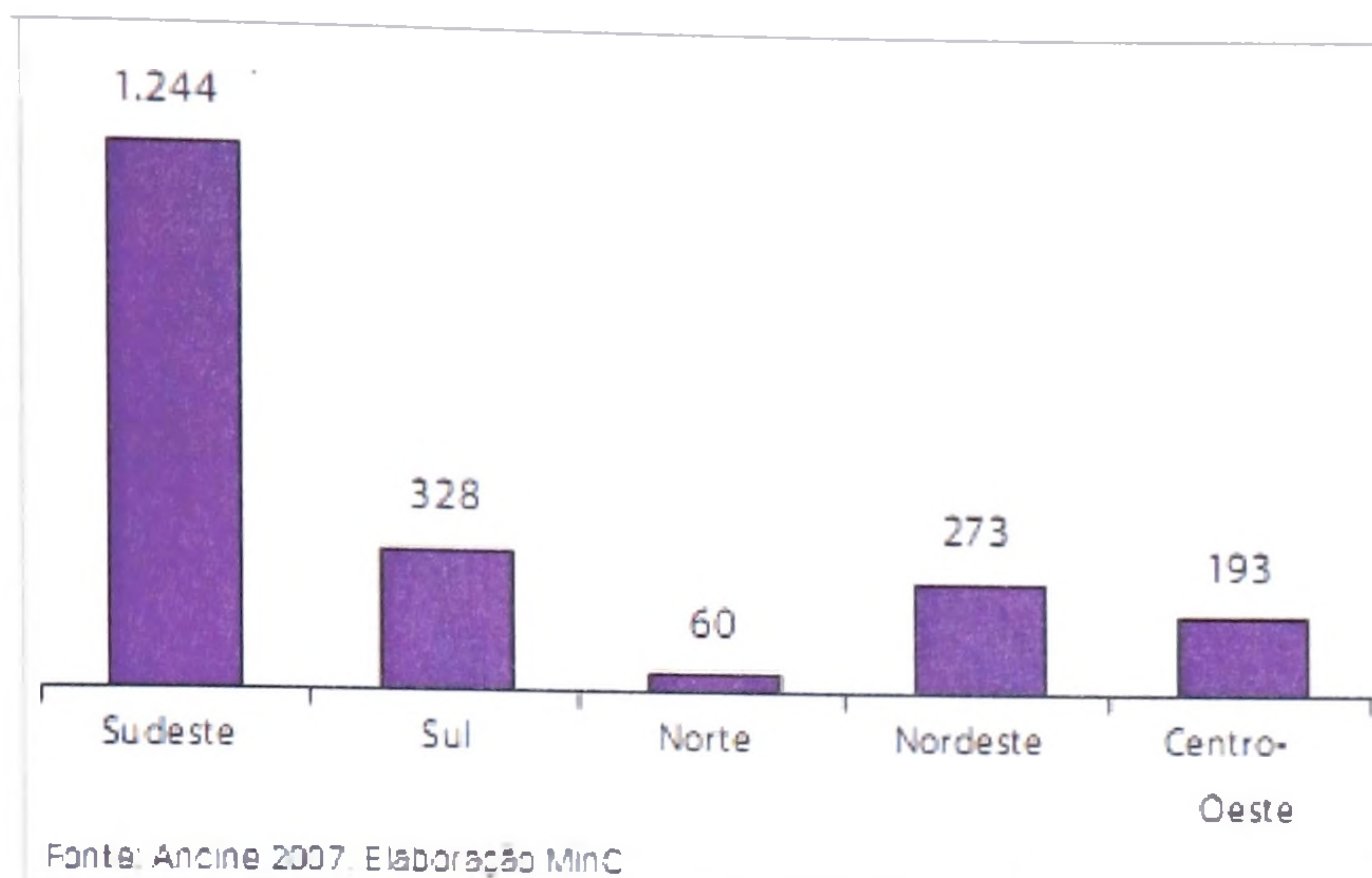
⁵⁸Segundo a material “Região norte possui conexão mais ‘lerda’ do Brasil”, os estados da região possuem a pior média de velocidade de download, 758Kbps e 219Kbps de upload. Disponível em <http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=65979>

⁵⁹ “Ministério diz que até final 2010 todas as cidades da região Norte terão acesso à banda larga”, matéria disponível em <http://www.noticiasdaamazonia.com.br/12196-ministerio-diz-que-ate-final-2010-todas-as-cidades-da-regiao-norte-terao-acesso-a-banda-larga/>

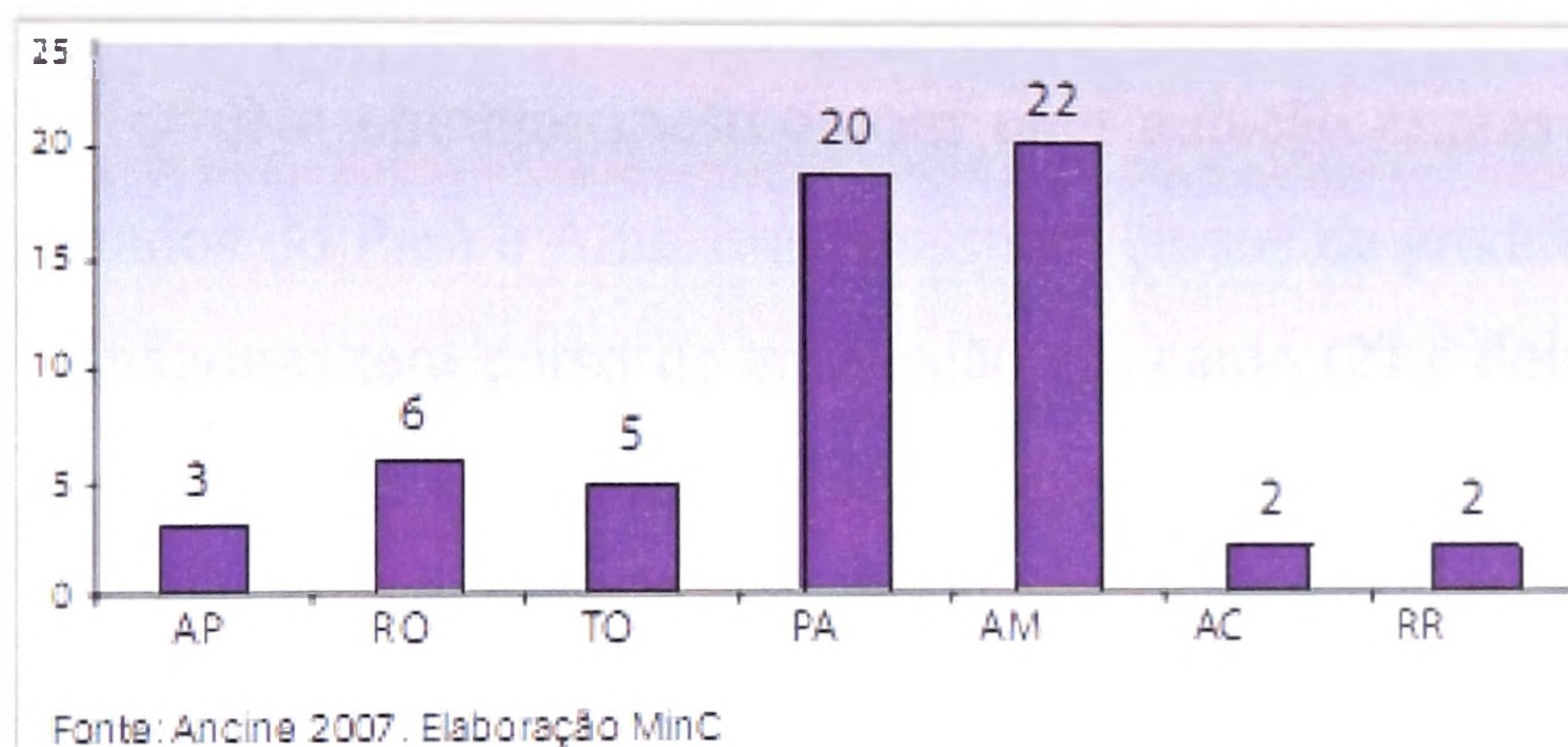
⁶⁰ Mais informações em:

http://amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=289:comissao-da-amazonia-pede-internet-banda-larga-para-o-amapa&catid=30:politica&Itemid=69

relatório afirma que o Norte foi a única região a apresentar a melhor dinâmica (de 20 para 25 espaços), destacando Acre e Amapá.



G4 – Número de salas de cinema por região do Brasil



G5 – Número de salas de cinema por estado na região Norte

Evolução dos cinemas nas regiões							
Estado	2005	2006	Evolução %	Estado	2005	2006	Evolução %
Região Norte				Região Sudeste			
Rondônia	4	6	50	Minas Gerais	78	73	-6,41
Acre	1	2	100	Espirito Santo	14	13	-7,14
Amazonas	3	2	-33,33	Rio de Janeiro	39	38	-2,56
Roraima	1	1	0	São Paulo	144	144	0
Pará	7	8	14,29	Total	275	268	-2,54
Amapá	1	3	200	Região Sul			
Tocantins	3	3	0	Paraná	39	33	-15,38
Total	20	25	25	Santa Catarina	26	25	-3,85
Região Nordeste				Rio Grande do Sul	44	39	-11,36
Maranhão	4	3	-25	Total	109	97	-11
Piauí	4	4	0	Região Centro-Oeste			
Ceará	9	7	-22,22	Mato Grosso do Sul	5	5	0
Rio G. do Norte	6	3	-50	Mato Grosso	14	9	-35,71
Paraíba	5	5	0	Goiás	13	17	30,76
Pernambuco	14	15	7,14	Distrito Federal	1	1	0
Alagoas	2	2	0	Total	33	32	-3,03
Sergipe	1	2	100				
Bahia	21	19	-9,52				
Total	66	60	-9,09				

Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração MinC

T13- Evolução dos cinemas nas regiões

Música

Acre, Rondônia e Amazonas são os estados da região Norte melhor posicionados nesta área. No entanto, os indicadores não avaliam a qualidade e/ou a situação dos grupos musicais. Apenas a quantidade por estado. Dessa maneira, a região Norte, talvez por sua diversidade musical, apresenta boas iniciativas. Em relação ao percentual de municípios com grupos musicais, Acre (63,64%), Pará (62,94%) e Amazonas (53,23%) estão nas melhores posições, sendo que Rio de Janeiro, Pernambuco e Santa Catarina lideram o ranking respectivamente. Em relação ao percentual de orquestra por unidade federativa, o Acre conquistou a segunda posição (40,91%), atrás de Pernambuco (41,62%). Tocantins ficou em último lugar (2,16%) e os demais estados ficaram bem posicionados.

No entanto, mesmo com uma atuação expressiva no setor musical, apenas os estados do Pará e Amazonas possuem cursos de graduação na área, cinco cada um. Só o Amazonas tem curso de graduação em canto (2) e dois cursos em Regência. Os demais estados não foram citados. São Paulo tem 72 cursos no total (música, canto e regência), Rio de Janeiro tem 23 e Minas Gerais 25, somente para citar alguns para entender os parâmetros que estamos comparando.

Percentual de municípios com grupos artísticos musicais por unidade federativa		
	Brasil	47,2
1	RJ	70,65
2	PE	69,19
3	SC	65,53
4	AC	63,64
5	PA	62,94
6	BA	57,31
7	AL	54,9
8	ES	53,85
9	AM	53,23
10	MS	52,56
11	PR	51,63
12	RN	48,5
13	CE	48,37

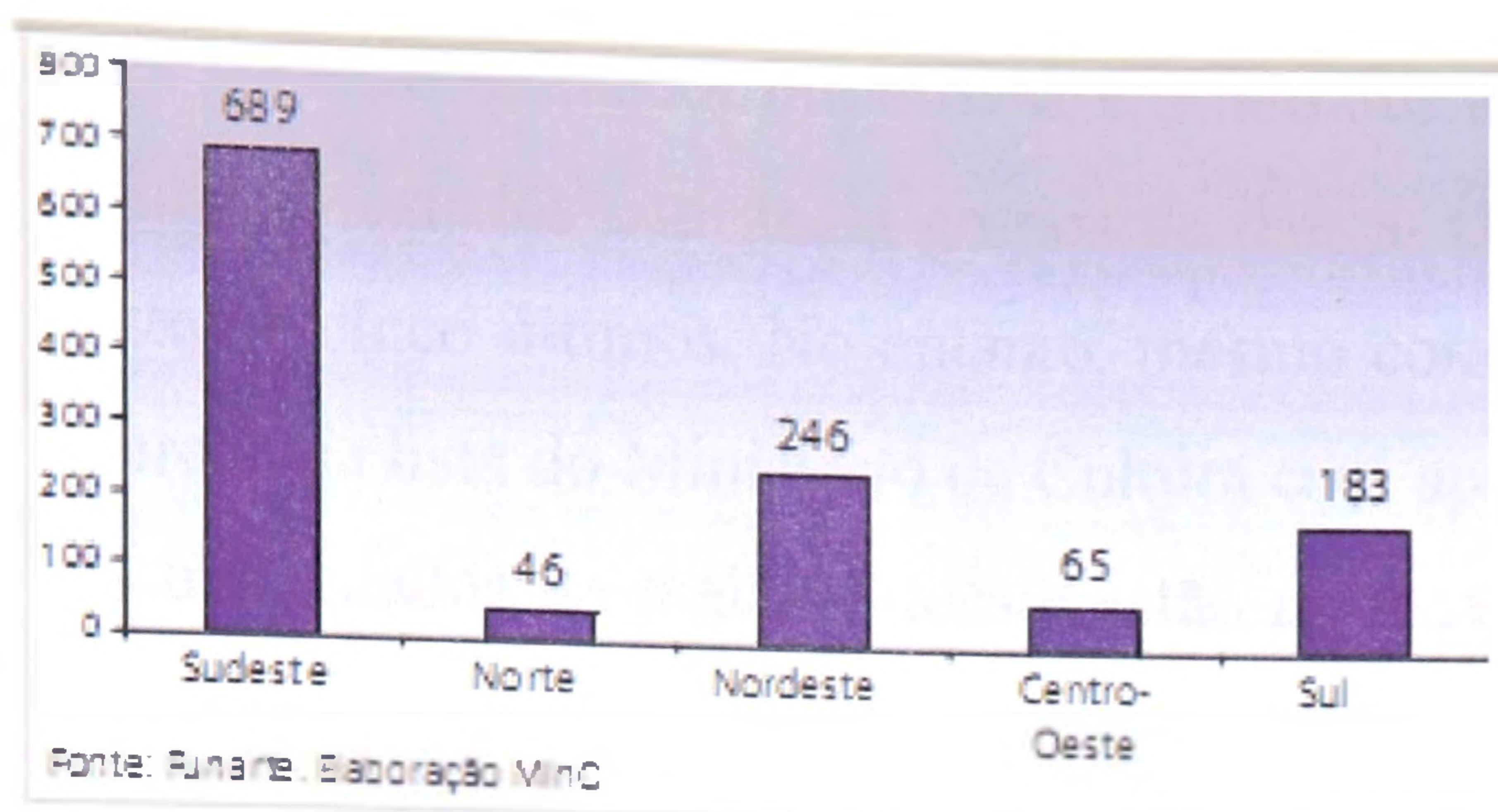
14	SE	48
15	SP	46,82
16	RS	46,17
17	AP	43,75
18	MG	41,85
19	GO	40,65
20	RR	40
21	RO	36,54
22	PB	35,87
23	MT	34,04
24	MA	32,72
25	TO	30,22
26	PI	22,42

Fonte: IBGE/ MUNIC 2006. Elaboração MINC

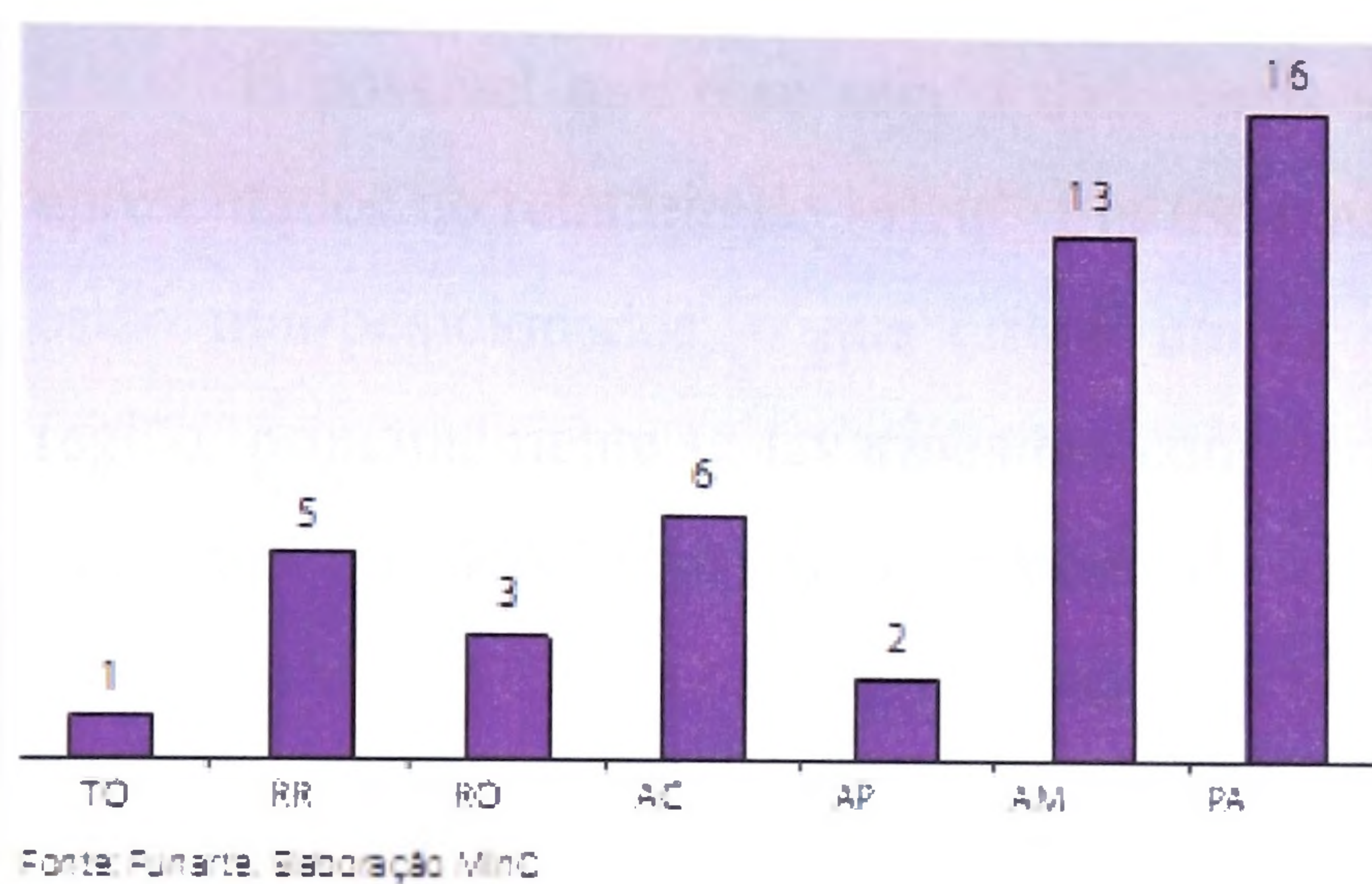
T14 – Percebtual de municípios com grupos artísticos musicais

Teatro

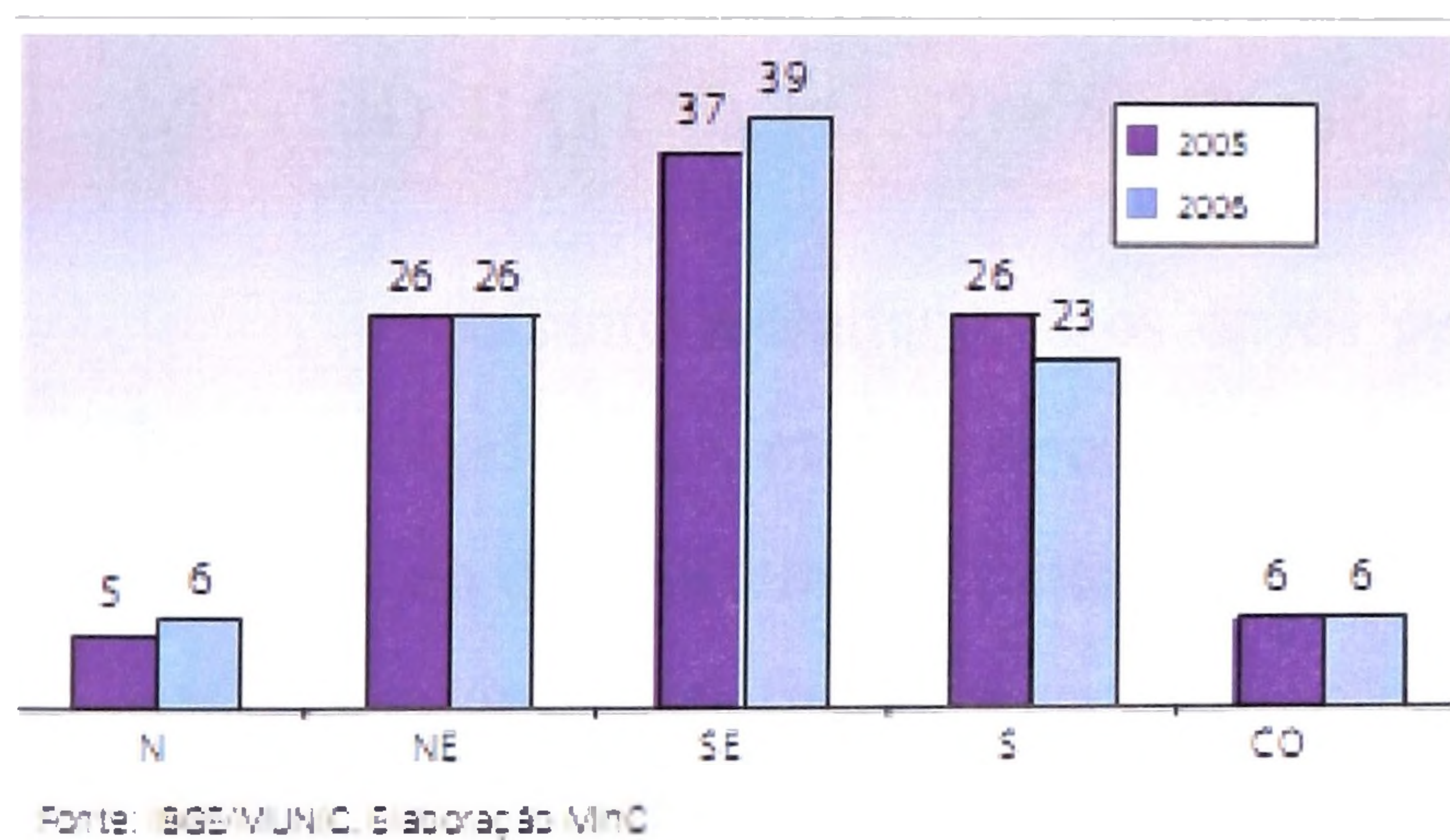
Novamente, percebe-se uma grande concentração de teatros nas regiões Sudeste e Sul. Como visto na tabela geral, por região. Em relação ao número de espaços teatrais, os estados do Pará e Amazonas lideram o ranking com índice bem acima dos outros estados. No entanto, segundo os dados do MINC, o índice de concentração nas capitais é muito maior nos estados da região Norte em comparação aos estados das outras regiões: Rondônia tem 66,67%; Amazonas, 84,62%; Pará, 93,33%; e Acre, Amapá, Roraima e Tocantins, 100% de concentração dos seus teatros nas capitais. Tocantins (23°) e Roraima (26°), ficaram mal posicionados. Sobre os cursos ou oficinas de teatro oferecidos (sem destacar o nível educacional), Acre é melhor posicionado no 6° lugar e o Pará em 13°. Os demais ficaram abaixo da vigésima posição. Apenas o Acre ficou bem colocado no percentual de municípios que realizam festivais/mostras de teatro (50% ou terceiro lugar), sendo que PA (20°).



G6 – Número de teatro por região



G7 – Número de teatro por estado da região Norte



G6 – Distribuição porcentual da totalidade de municípios com teatro no Brasil.

Dança

Segundo o MINC (2009), em relação aos municípios que realizaram festivais ou mostra de dança em 2006, Acre, Amapá e Amazonas estão entre as cinco melhores posições, e Rondônia, Tocantins e Roraima estão abaixo da décima-nona posição. O Acre é o grande destaque, apresentando 60,75%.

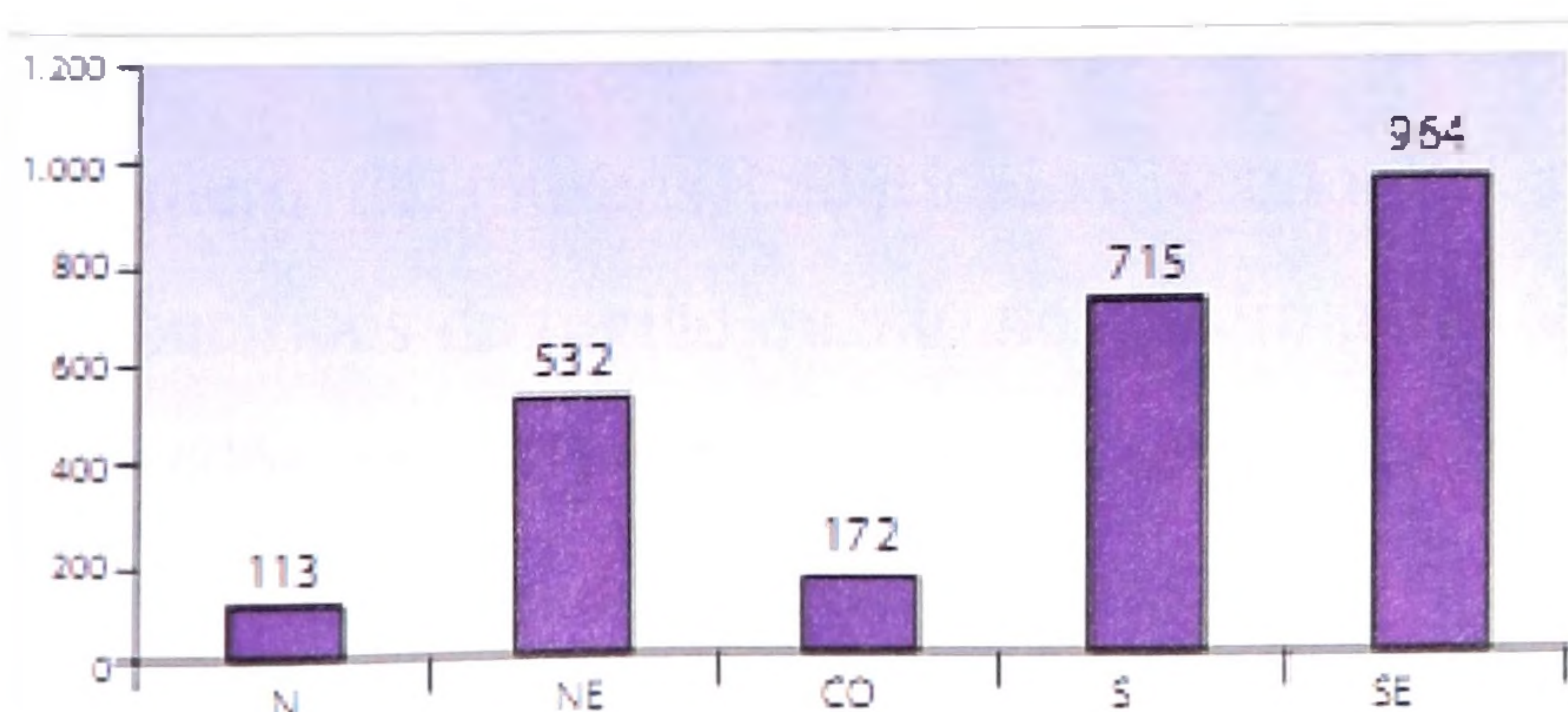
Outro indicador importante é o fato dos AP, AM, PA e AC estarem entre os dez primeiros estados com mais grupos de dança. Os outros estados da região Norte estão entre os cinco últimos. No entanto, mesmo com uma excelente posição, apenas o AM aparece na lista do Ministério da Cultura com apenas um curso de graduação em Dança. Os três estados da região Sudeste estão na lista, RS e PR representam a região Sul, e BA, CE e SE aparecem como representantes da região Nordeste.

Patrimônio histórico e museus

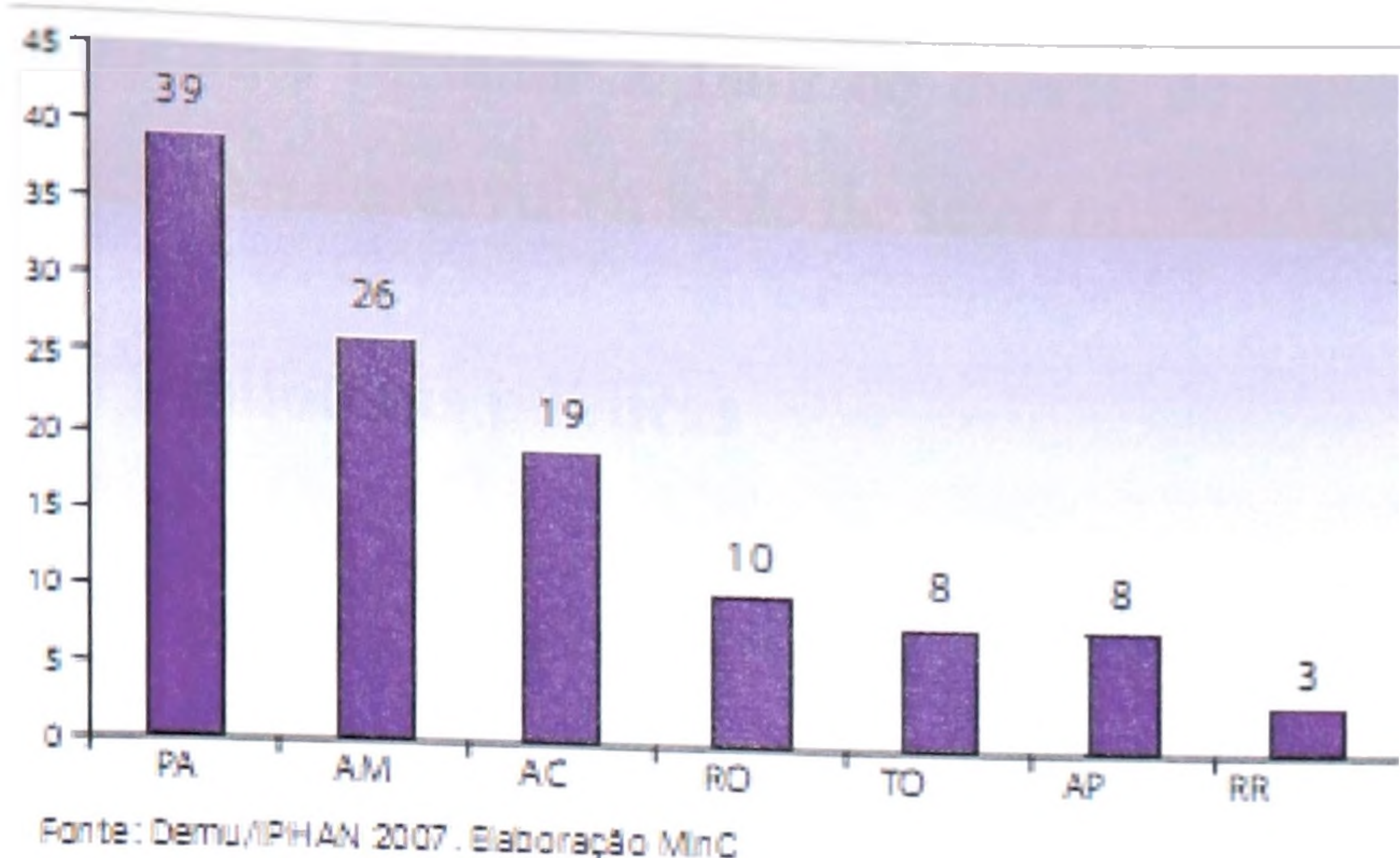
É possível que esse seja o dado mais alarmante de todos os índices culturais apresentados no relatório do MINC. Em todas as estatísticas, os estados da região Norte estão mal-posicionados, o que reflete um enorme descaso do poder público com a região, principalmente se levarmos em consideração o tombamento de bens materiais e imateriais que dependem exclusivamente do trabalho do Estado, em especial do governo federal, por meio das ações do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em relação aos bens tombados, somente o Pará está entre os dez primeiros, na nona posição, com 25. Amazonas (4), Rondônia (2), Acre (1), Amapá (1), Tocantins (1) e Roraima (nenhum), amargam as últimas posições do *ranking*. Os estados RJ (223), MG (204), BA (175), PE (82) e SP (76) são os primeiros colocados, respectivamente.

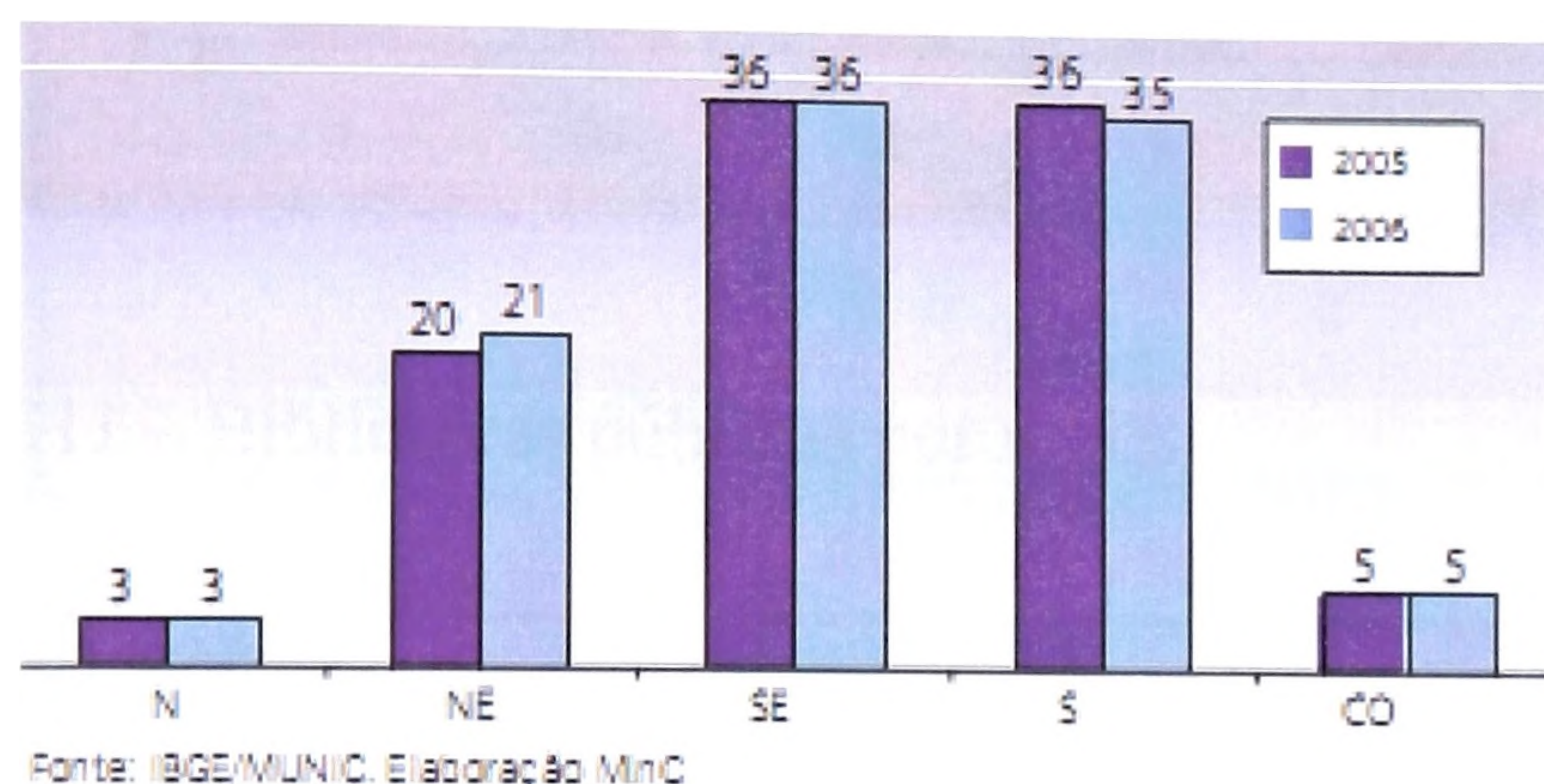
Importante ressaltar que os dados cedidos pelo IPHAN não destacam se esses bens tombados são materiais ou imateriais, o que ainda traz outra preocupação: a preservação dos costumes e saberes da região Norte, patrimônios imateriais importantes para as comunidades tradicionais da Amazônia, mas também para todo o Brasil.



Fonte: Demur/IPHAN 2007. Elaboração: MinC



G9 – Museus na região Norte



G10 – Distribuição percentual de municípios por região

Bahia	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	1
Sergipe	1

Fonte: MEC/INEP 2007. Elaboração MINC

Fonte MEC/ INEP 2007. Elaboração MINC

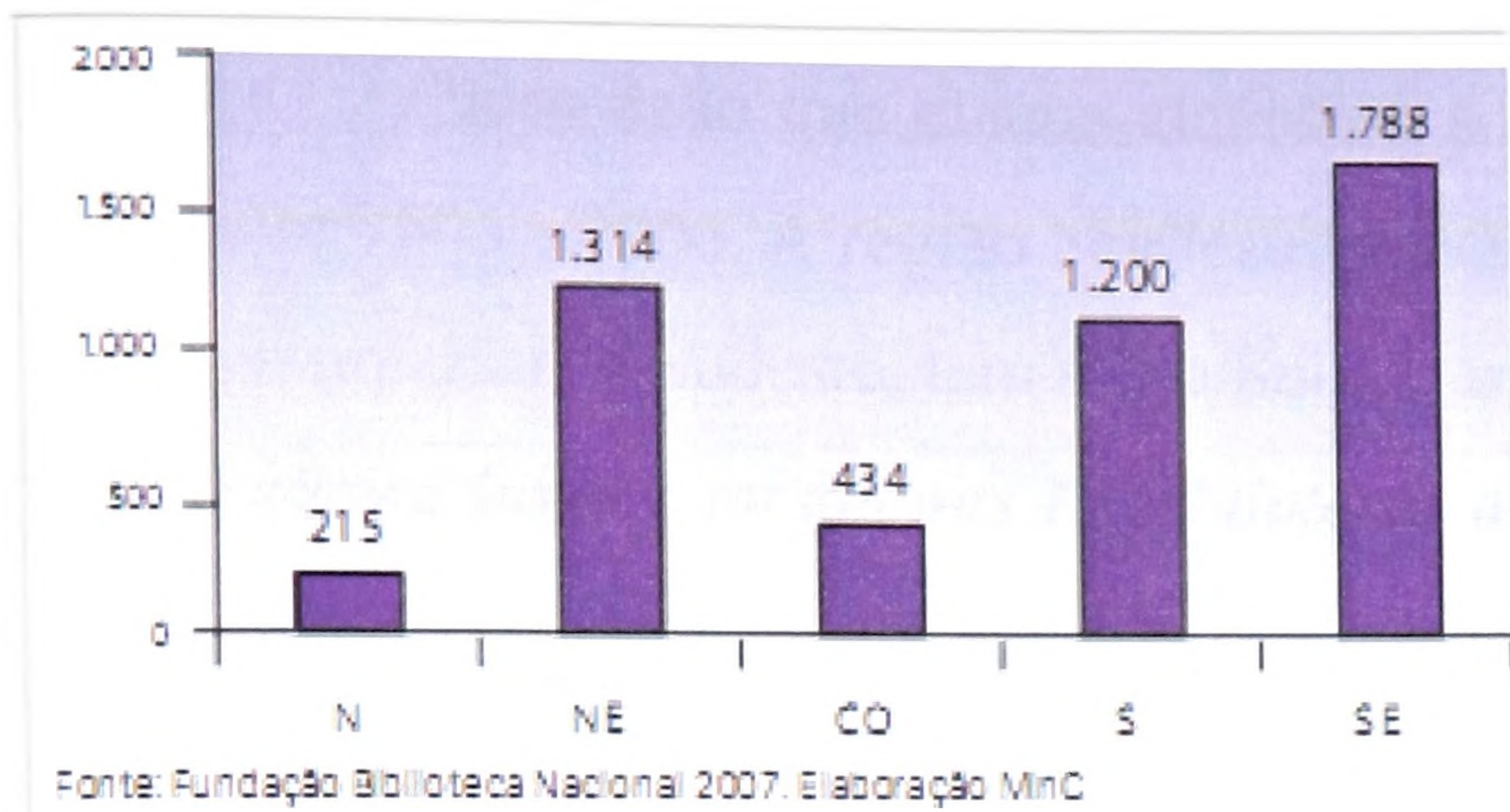
T15 – Cursos de Museologia (graduação)

A região Norte apresenta o menor índice de todas as regiões em relação ao número de museus cadastrados, sendo RR o estado pior posicionado tanto nos dados específicos da região quanto no quadro geral analisado pelo MINC. No entanto, os números gerados pelo IPHAN não levam em conta se a concentração dos museus é nas capitais ou melhor distribuídos em outros municípios.

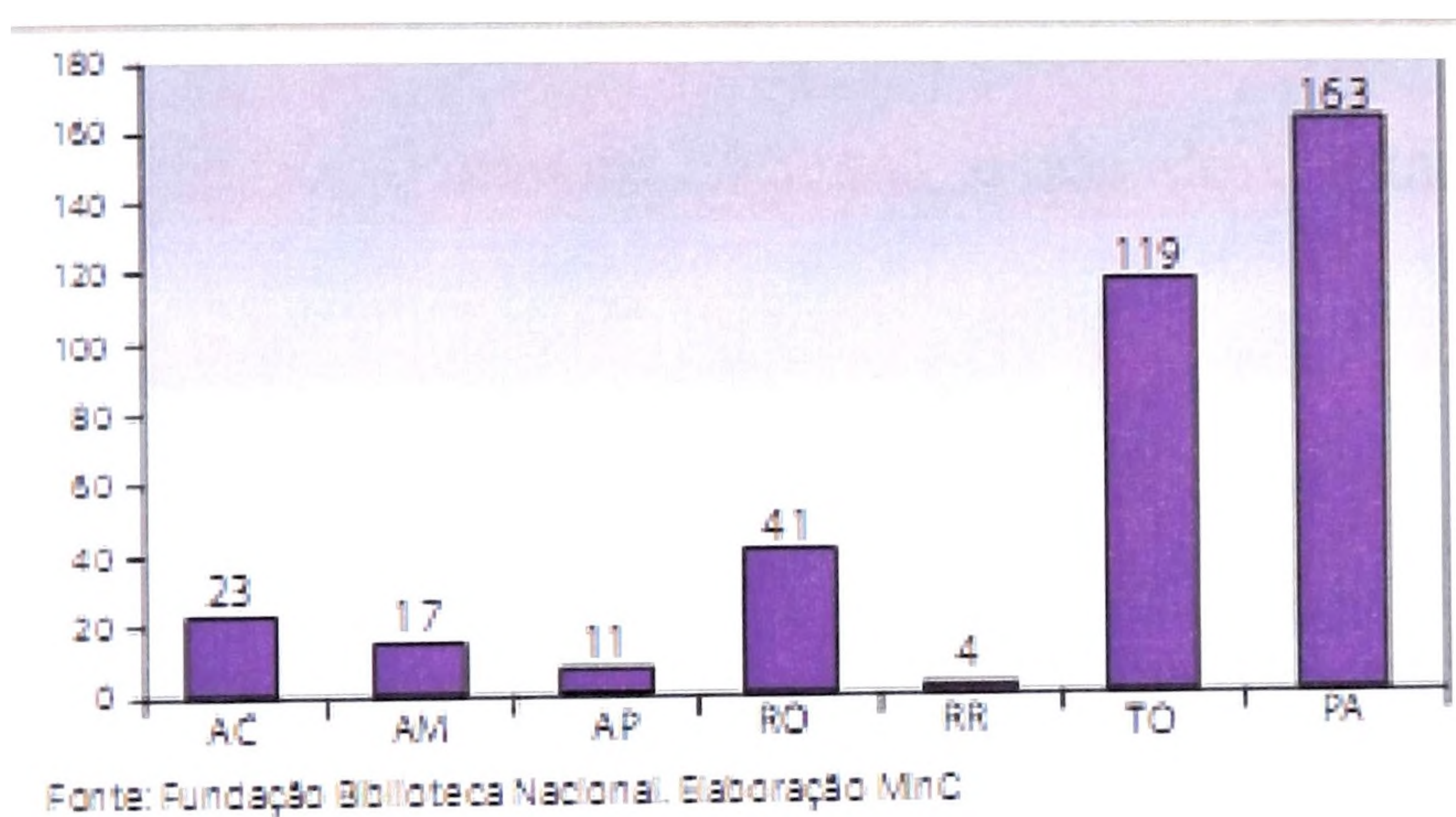
Outro dado importante apresentado pelo IPHAN é que a região Norte possui o menor número de museus dentro da totalidade de municípios com museus (apenas 3%) e também releva que não houve evolução desse índice entre 2005 e 2006. Além disso,

importante ressaltar a falta de cursos de graduação e/ou qualificação nessa área, o que dificulta o desenvolvimento do setor museológico e de patrimônio cultural na região.

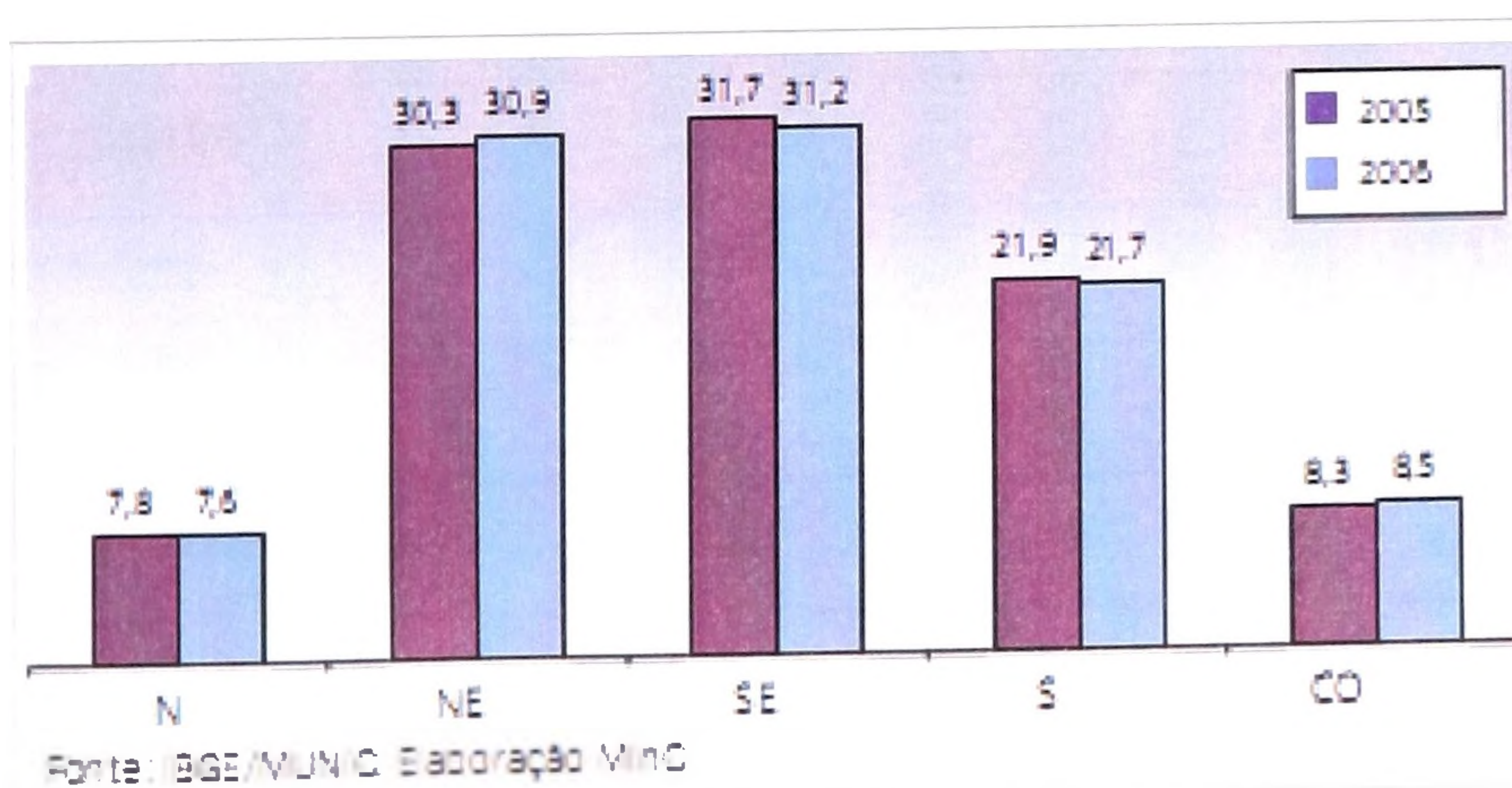
Bibliotecas públicas



G11 – Bibliotecas públicas por região



G12 – Bibliotecas públicas na região Norte



G13 – Percentual de distribuição de bibliotecas no Brasil

Existem apenas 215 bibliotecas em toda a região Norte, bem atrás dos índices das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Nota-se que AP e RR possuem

índices muito ruins e o ranking é liderado, novamente, pelo PA e AM. Segundo o relatório, AP, AC e RR são os estados que mais concentram bibliotecas em suas capitais, sendo que estão nos últimos lugares do ranking. O último lugar pertence ao Distrito Federal, com 76,92% de concentração.

Outro dado que chama atenção é a evolução das bibliotecas públicas no Brasil entre 2005 e 2006. A região Nordeste possui 101 espaços a mais em 2006 em relação ao ano anterior; o Sudeste, tem 47; o Sul 42; o Centro-Oeste, 31; *e a região Norte amarga o último lugar com apenas 12 bibliotecas a mais na comparação dos anos.*

B) Investimento na região Norte – Setor Público

A tabela abaixo demonstra a participação dos orçamentos em cultura de cada unidade federativa. Importante ressaltar que o PA e o AM ocupam a terceira e a quarta colocação no índice geral, sendo SP (28,6%) e BA (10,1%) os dois primeiros colocados respectivamente. Apenas esses dois estados apresentaram investimento em cultura acima dos 10%.

DESPESAS POR ESTADOS EM % (2005)	
Pará	6,3%
Amazonas	6,2%
Acre	1%
Tocantins	0,9%
Amapá	0,5%
Roraima	0,2%
Rondônia	0,1%

T16 – Despesas do esfera estadual com o setor cultural

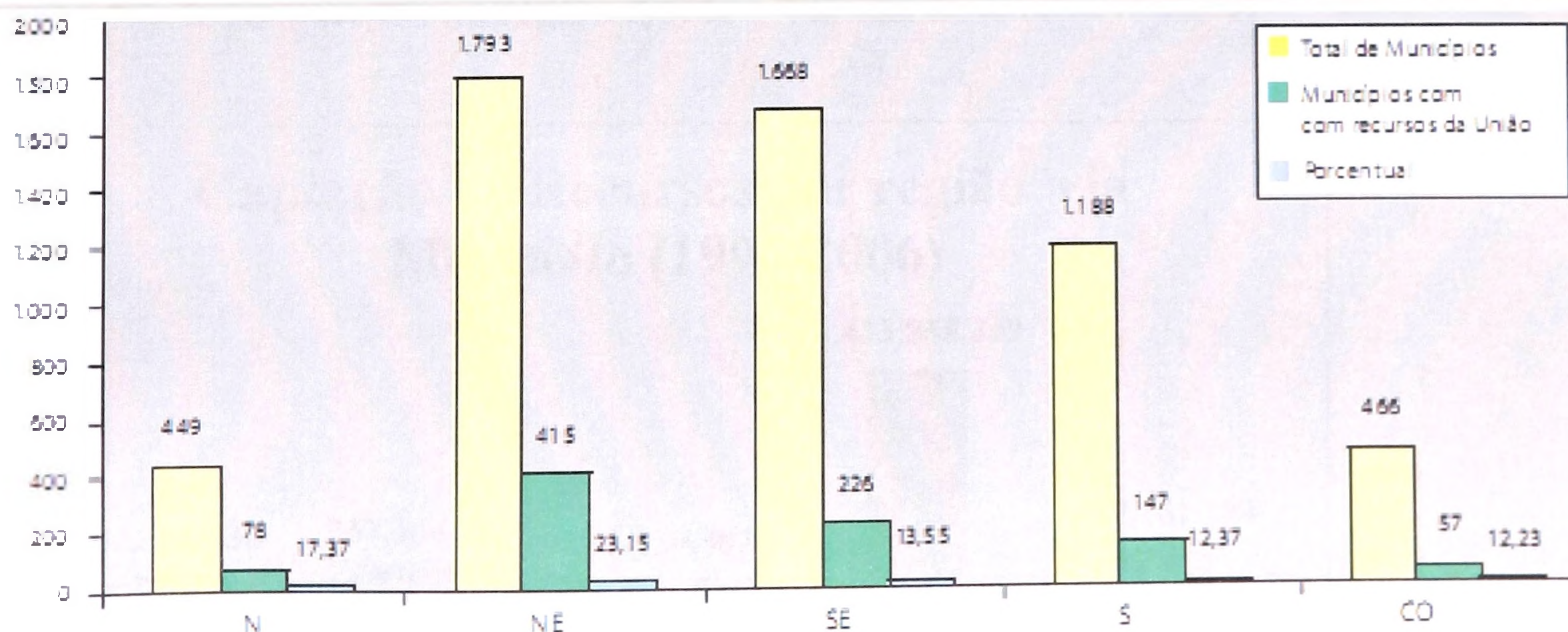
DESPESAS REALIZADAS POR GOVERNOS ESTADUAIS

	2003	2004	2005
ACRE	1%	1,1%	1%
AMAPÁ	0,6%	0,5%	0,5%
AMAZONAS	6,1%	9,6%	6,2%
PARÁ	5,1%	6,3%	6,3%
RONDÔNIA	0	0,2%	0,1%
RORAIMA	0,1%	0,2%	0,2%
TOCANTINS	0,2%	0,5%	0,9%

DESPESAS REALIZADAS POR GOVERNOS MUNICIPAIS

	2003	2004	2005
ACRE	0,1%	0,2%	0,2%
AMAPÁ	0,1%	0,4%	0,4%
AMAZONAS	0,9%	0,8%	1,2%
PARÁ	2,5%	3%	2,5%
RONDÔNIA	0,1%	0,2%	0,1%
RORAIMA	0,6%	0,3%	0,6%
TOCANTINS	0,1%	0,4%	0,4%

T17 – Evolução das despesas realizadas pelos governos estaduais e municipais da região Norte na área cultural. Os estados do Pará e Amazonas lideram os investimentos. O MinC não informa se a concentração dos investimentos é mais na capital.



Fonte: BGE/MUNIC. Elaboração: MinC

G14 – Regiões com recursos destinados pela União

Distribuição dos estados com recursos da União destinados à cultura

UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
BRASIL	16,59	Rondônia	21,15	Pará	13,99	Maranhão	11,52
Sergipe	42,67	Tocantins	19,42	Goiás	13,01	Mato Grosso	11,35
Paraíba	34,08	Amazonas	19,35	Santa Catarina	12,63	Ceará	10,87
Pernambuco	28,65	Rio Grande do Norte	19,16	Rio Grande do Sul	12,5	São Paulo	7,29
Acre	27,27	Piauí	18,83	Paraná	12,03	Roraima	6,67
Bahia	25,66	Minas Gerais	17,23	Alagoas	11,76	Amapá	6,25
Espírito Santo	24,36	Rio de Janeiro	14,13	Mato Grosso do Sul	11,54		

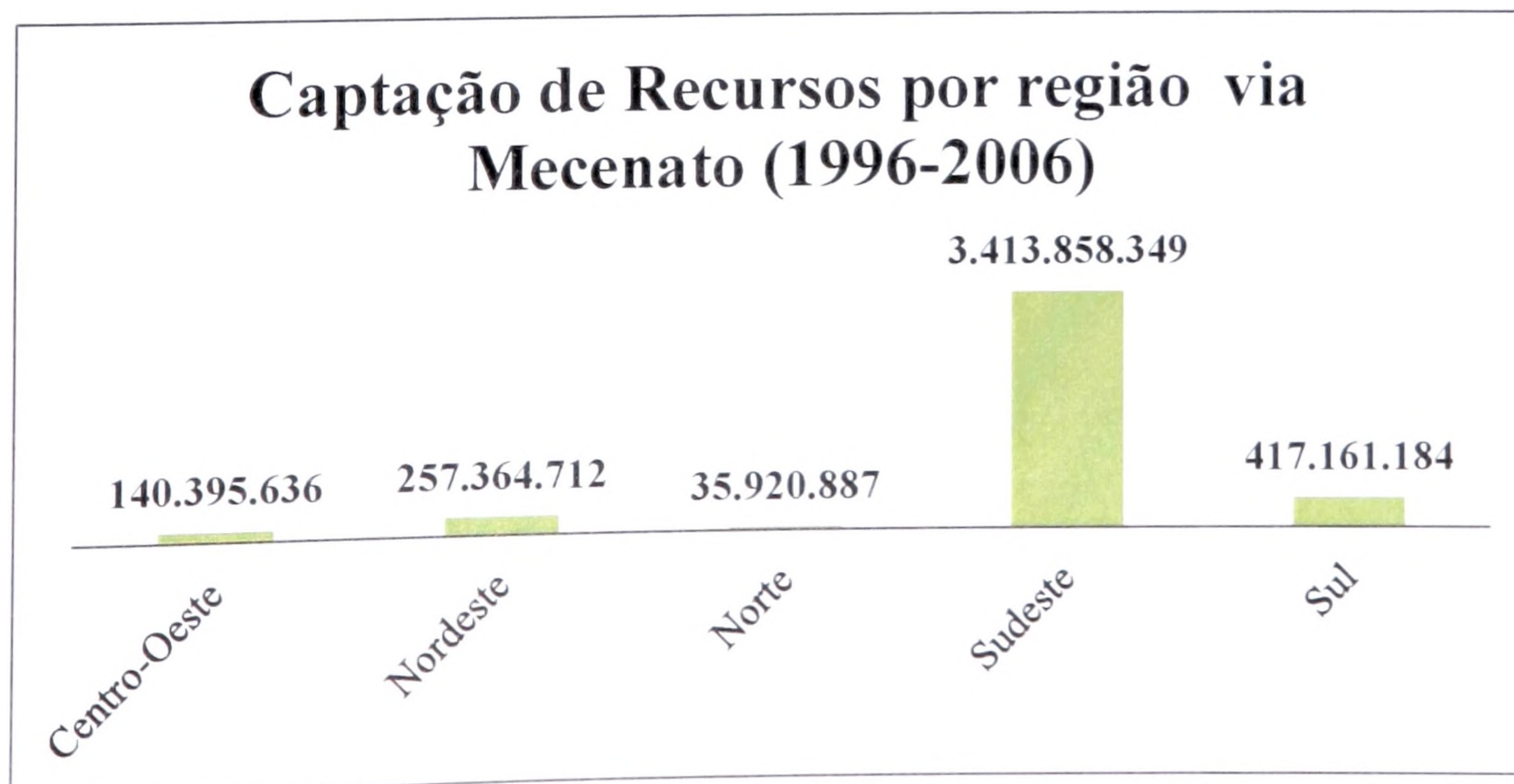
Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração: MNC

T18 – Distribuição dos estados beneficiados com recursos da União

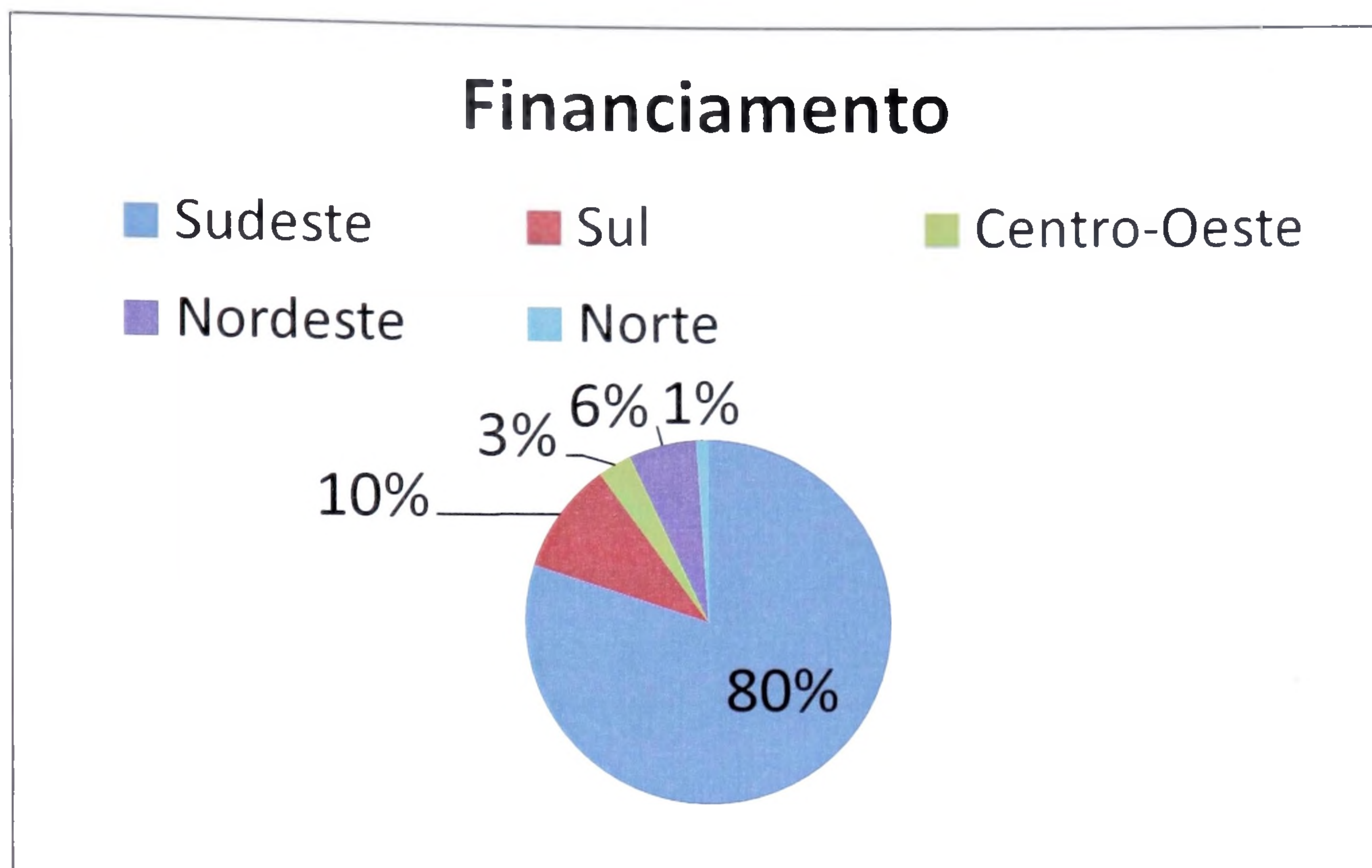
As duas figuras acima representam a participação da União no orçamento da cultura de todos os municípios brasileiros. No primeiro gráfico, o governo federal, via seus órgãos de culturais, repassa recursos para 78 municípios da região Norte de um total de 449. O percentual pode ser interessante se comparado com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas há outros fatores a serem explorados neste caso: o investimento por parte das outras esferas e os interesses dos patrocinadores do setor privado. Neste caso, a região Norte está em desvantagem.

A segunda tabela mostra que os estados do AC, RO, TO e AM estão bem posicionados em relação aos recursos recebidos via União. Já RR e AP estão posicionados nos dois últimos lugares do *ranking*.

C) Investimento na região Norte – Via leis de incentivo fiscal



G15 - Mostra a soma na captação de recursos por mecenato (Lei Rouanet) para cada região administrativa. O Norte tem o índice mais baixo de captação de todo o país, o que revela uma extrema desigualdade de interesses por parte do setor privado em patrocinar ações e atividades culturais na região.



G16 - Este outro gráfico apenas confirma a falta de interesse do setor privado no patrocínio de ações na região Norte. A região Sudeste, por sua vez, é a que recebe mais incentivos que qualquer outra região via as leis de incentivo fiscal.

Na tabela abaixo, entre 2002 e 2006, o índice de investimento via leis de incentivo cresceu bastante, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. O Nordeste experimentou uma crescente interessante, mas o Norte continuou com baixos índices.

2002	Valor dos Projetos			Quantidade de Projetos		
	Apresentados	Aprovados	Captados	Apresentados	Aprovados	Captados
CO	172.860.261,79	110.499.941,82	8.772.928,87	456	378	75
NE	257.313.276,64	165.210.018,26	16.693.551,06	495	397	97
N	15.897.976,69	8.017.569,53	1.591.448,50	48	34	11
SE	4.688.648.744,16	1.075.571.611,01	221.866.094,59	3.452	2.570	906
S	292.167.585,40	215.147.058,16	35.358.849,42	954	839	280
Total	5.426.887.844,68	1.574.446.198,78	284.282.872,45	5.405	4.218	1.369

2003	Valor dos Projetos			Quantidade de Projetos		
	Apresentados	Aprovados	Captados	Apresentados	Aprovados	Captados
CO	189.351.467,98	80.363.118,70	17.076.122,82	393	294	115
NE	293.385.584,11	119.486.494,70	22.739.794,63	480	372	133
N	34.657.500,20	27.591.632,09	4.914.477,22	76	44	18
SE	1.768.351.549,84	1.068.334.995,91	247.865.814,31	3.036	2.676	981
S	281.576.068,62	159.281.303,05	32.465.991,44	871	683	294
Total	2.567.322.170,75	1.455.057.544,45	325.062.200,42	4.856	4.069	1.541

2004	Valor dos Projetos			Quantidade de Projetos		
	Apresentados	Aprovados	Captados	Apresentados	Aprovados	Captados
CO	268.328.523,24	90.868.294,78	11.679.056,24	541	382	105
NE	412.391.409,51	161.451.915,01	22.671.090,41	606	450	162
N	48.756.873,94	35.991.177,01	6.897.140,01	99	75	36
SE	2.025.235.498,04	1.153.708.583,32	272.050.460,07	3.479	3.057	1.332
S	281.742.800,61	176.534.294,58	44.212.116,48	999	846	402
Total	3.036.455.105,34	1.618.554.264,70	357.509.863,22	5.724	4.810	2.037

Fonte: Ministério da Cultura. Dados atualizados em agosto de 2007.

2005	Valor dos Projetos			Quantidade de Projetos		
	Apresentados	Aprovados	Captados	Apresentados	Aprovados	Captados
CO	311.501.482,29	128.894.235,81	12.354.081,88	681	382	108
NE	370.854.680,15	153.416.382,24	34.669.844,30	945	515	215
N	51.733.566,20	17.525.160,68	3.002.301,80	171	81	35
SE	5.123.086.228,74	1.240.290.521,01	375.831.490,60	5.920	3.371	1.661
S	541.121.456,65	233.213.967,13	51.554.399,12	1.544	922	449
Total	6.398.297.414,02	1.773.340.266,86	477.412.117,70	9.261	5.271	2.468

2006	Valor dos Projetos			Quantidade de Projetos		
	Apresentados	Aprovados	Captados	Apresentados	Aprovados	Captados
CO	211.783.427,84	137.085.764,16	17.805.346,34	587	426	123
NE	387.120.870,43	211.774.052,37	35.499.611,92	832	674	214
N	50.735.640,50	24.751.253,41	3.967.242,76	129	100	42
SE	2.530.051.308,50	1.666.428.750,72	424.307.728,80	5.036	4.656	1.974
S	389.912.065,04	274.283.596,90	51.303.608,99	1.176	1.115	503
Total	3.569.603.312,30	2.314.325.348,95	532.883.538,81	7.760	6.971	2.856

Fonte: Ministério da Cultura. Dados atualizados em agosto de 2007.

T19 – Valores investidos via Lei Rouanet em projetos de todas as regiões de 2002 a 2006⁶¹

⁶¹Nota: “Apresentados” são todos os projetos enviados ao MINC para serem aprovados pela comissão e conseguirem o direito de captar os recursos em empresas patrocinadores ou pessoa física; “aprovados” são os projetos que receberam o direito da comissão julgadora de captar os recursos; e “captados” são os projetos que conseguiram passar pelo crivo das empresas e conseguir captação para os seus projetos. No entanto, há duas situações: nem sempre todos os projetos são captados em sua totalidade, o que, muitas

Em 2009, o Ministério da Cultura, tendo Juca Ferreira como ministro, começou uma campanha que tinha como objetivo realizar uma reforma na Lei Rouanet. A principal bandeira era a democratização dos recursos investidos via lei de incentivo fiscal, fazendo com que as regiões esquecidas pelas empresas patrocinadoras (como é o caso da região Norte) pudessem receber mais benefícios.

Há muitos críticos em relação a essa reforma e alguns justificam a concentração no Sudeste do país porque o estado de São Paulo, por exemplo, para onde vão 43% dos recursos captados, é responsável por 46% da arrecadação do imposto de renda das empresas que declaram lucro real (base de cálculo para saber quanto a empresa pode investir por ano em projetos de cultura e esporte via as leis de incentivo)⁶². A proposta de reforma passou por consulta pública antes das eleições de 2010 e, até o momento, ainda não houve avanços na aprovação do projeto de lei.

D) A opinião dos produtores culturais da região Norte

Para entender melhor as dificuldades enfrentadas pelos produtores culturais da região Norte este estudo também fez uma pesquisa qualitativa sobre a opinião dos fazedores de cultura da região a respeito dos principais problemas sofridos, mas também das percepções positivas sobre a produção na região. Os principais obstáculos apontados são a falta de estrutura por parte do Estado (governos municipal e estadual) – resultado no pouco acesso da população aos equipamentos culturais e a falta de alternativa de mais mecanismo que estimulem a economia criativa e o desenvolvimento de ações culturais – além do pouco investimento do Ministério da Cultura para políticas eficientes na região e a qualidade do acesso à internet em alguns estados (principalmente Amapá a Rondônia). No entanto também há boas perspectivas e isso diz respeito em especial ao fato desses produtores morarem na região mais comentada do mundo: a Amazônia.

vezes, faz o produtor desistir, e esse fato não é considerado pela pesquisa acima. Além disso, a região Norte não apresenta apenas os índices mais baixos de aprovação e captação, mas também de apresentação de projetos. Muitos afirmam que isso ocorre por causa da capacitação técnica dos produtores culturais e pela falta de acesso aos meios tecnológicos, já que todo o processo do MINC precisa ser feito de forma online nos últimos três anos.

⁶² “Concentração geográfica, entre a realidade e o mito”, matéria que faz parte da edição n07 do Observatório Itaú Cultural.

A cineasta Priscilla Brasil já produziu e dirigiu filmes na região Norte, muitos com temáticas sociais sobre a situação do descaso a respeito da região amazônica, e ganhou prêmios em todo o Brasil, além de levar suas produções para fora e chamar a atenção do público internacional para o que se produz no Norte do Brasil. À frente da Green Vision, instalada em Belém (PA), Priscilla acredita que os tempos já foram piores, mas ainda há muito a que se conquistar quando o assunto é produzir projetos culturais na região Norte. A saída é a articulação que, na maioria, é realizada via internet, especialmente pelas mídias sociais. Ela afirma que a Lei de Incentivo Estadual do Pará, chamada *Semear*, ajuda bastante a produção local, mas, como ela mesma ressalta “*não pode ser o único mecanismo. É difícil ser artista iniciante e conseguir a intenção do patrocinador. Pequenos projetos precisam ser viabilizados via outros mecanismos*”.

Além disso, o cenário político também interfere e é muito comum os produtores dependerem do humor dos gestores para que a lei funcione na sua plenitude. Brasil afirma, por exemplo, que a *Semear* melhorou muito “nos últimos seis meses”. Ou seja, com a entrada de um novo governo estadual. “*Ainda existem muitas falhas, mas acredito na boa vontade da atual gestão*”.

Brasil também comenta que a área musical é a mais patrocinada no estado, sendo que os outros setores não possuem uma política mais definida para patrocínio. A mesma opinião é compartilhada pela gestora cultura Eliana Pires⁶³, que também atua em Belém. Uma das primeiras profissionais a trabalhar no mercado de audiovisual do estado, ela fez parte de projetos importantes quando a área ainda estava se desenvolvendo, mas acredita que isso é um problema que faz parte do panorama brasileira e não apenas do Pará: “*(...) acho que os campos da música, das artes plásticas e do teatro contam com mais investimentos que o campo audiovisual no Brasil*”.

Por causa da longa experiência com a causa cultura, Pires passou a militar mais no setor quando percebeu que a gestão de Gilberto Gil estava voltada a desenvolver uma política cultural menos centralizadora e mais voltada para atuar nas regiões menos

⁶³ Professora de literatura e produtora cultural. Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

privilegiadas pelos investimentos dos setores público e privado. Por causa disso, a gestora é ativa nos debates do Plano Nacional de Cultura, o PNC, nos seminários de capacitação desenvolvidos por agências de fomento nacionais e internacionais no Norte do país e também de workshops promovidos por empresas que começam a ter um olhar mais cuidadoso com a cultura produzida na região. Pires afirma que:

A principal dificuldade está na distância e na falta de conhecimento dos assessores dessas grandes empresas acerca da região norte do país. Ainda há um preconceito em relação ao que é produzido aqui, justamente porque desconhecem a nossa realidade. Outra dificuldade é que as grandes empresas visam lucros, então para eles o povo do Norte tem menos poder aquisitivo que o povo do Sul. Logo, preferem investir nos projetos do Sul para que seu retorno seja certo. Acho que o governo federal deveria obrigar as grandes empresas que se beneficiam ou colocam seus produtos em todo o território nacional a distribuir de forma igualitária seus incentivos fiscais.

Por isso, Pires acredita que uma das alternativas para conseguir mais investimentos na área cultural para a produção nortista é insistir na vinda à região de produtores e formadores de opinião que possam capacitar os produtores locais e conhecerem a realidade dos fazedores de cultura. Assim, ela acredita será mais fácil de pensar em mecanismos de acesso, de investimento e intercâmbio cultural.

Esse intercâmbio de experiências é um desejo dos produtores nortistas. Não por causa de uma questão colonialista, mas porque os gestores de cultura da região passaram a entender que esse é um passo importante para conseguir “conquistar” quem é responsável por investir em seus projetos. Se essa é a realidade política do país, é preciso fazer algo para conseguir um lugar ao sol.

Para Elizeu Riscarolli, idealizador do ponto de cultura “No Bico da Cultura”, de Tocantins, estado que possui um dos piores índices culturais (conforme vimos nas estatísticas anteriormente) ainda há outra importante questão: *“é preciso tratar a cultura como uma produção do povo, tanto a clássica quanto a popular. É preciso haver mais editais durante o ano e criar mecanismos para que os municípios tenham secretarias de cultura, conselho e leis específicas, com orçamento próprio”*.

No Amapá, a luta é para fazer com que o estado deixe de ser relegado ao último plano quando o assunto é o investimento nos projetos culturais do estado. Otto Ramos, músico e produtor cultural de Macapá, a capital amapaense, faz parte desse movimento que inclui outros produtores independentes que trabalham em rede para chamar a

atenção do setor público e das empresas para a produção cultural no extremo Norte do país. *“Ainda têm-se no Norte um formato mais de cultura “festeira”, a grande maioria dos mandatos não qualifica os gestores, tão pouco os fazedores de cultura a fim de manter essa dependência do produtor para com a gestão pública”*. Otto também ressalta a situação dos investimentos na região:

Quase nada! E quando temos editais específicos (como o Micro Projetos da Amazônia Legal que tem limite de até R\$ 15.000,00), o orçamento não é pensado a partir das especificidades da região. É incômodo trabalhar com editais que são desenvolvidos sem a consulta com os fazedores da região que realmente sabem o que é Custo Amazônico.

É a mesma dificuldade vivida pelos produtores locais de Roraima, segundo afirma Manoel Alberto, gestor cultural, biólogo e coordenador do coletivo Canoa Cultural, em Boa Vista:

Qual a realidade do investimento no setor cultural na sua localidade?

O cenário é muito ruim, o investimento é ínfimo. Tanto governo estadual quanto prefeitura investem cada vez menos em grandes festas anuais, como carnaval, festas juninas. Há anos, a cidade não se prepara para o natal. Não há políticas de fomento da cultura local. Temos uma fundação municipal de cultura (junto com Desporto, Turismo) que mal tem orçamento para pagar seus funcionários. Não temos secretaria de cultura alguma. Há uma unidade de cultura que não responde por nada, vinculada à SEDUC⁶⁴. Todos os espaços culturais históricos de Roraima estão abandonados ou em péssimas condições (teatro Carlos Gomes, Casa de cultura, Parque Anauá, Palácio da Cultura).

Além disso, ele ressalta que a distância é “um problema sério” para que haja mais investimentos no estado, no entanto, tanto a União quanto as companhias precisam entender que “cada região há um ritmo. As empresas, a grosso modo, querem retorno rápido e em quantidade. Temos que vender a região em bloco e temos um consenso para ‘vendermos’ nossa realidade e nossa importância”, explica o gestor. Karla Martins, atriz e gestora de cultura acreana, também acredita que a distância é um entrave e não apenas para receber patrocínios das empresas que se concentram no Sudeste do país. Há outra dificuldade: é difícil circular com o produto cultural dentro e fora da região, por isso é necessário pensar em alternativas que ajudem o produtor local da Amazônia a levar seu projeto não apenas para as outras regiões, mas para os estados da própria região Norte.

⁶⁴ NR: Secretaria de Educação (não ficou claro se é municipal ou estadual)

A distância das metrópoles dificulta, ainda, a capacitação dos gestores da região Norte, principalmente em estados “menos visados”, como é o caso do Amapá. Para o produtor amapaense Otto Ramos, não há atividades permanentes de formação, mas há oficinas realizadas em parcerias com secretarias ou entidades governamentais para tentar atender a demanda:

Os eventos de formação (durante festivais) são de extrema importância mesmo que sejam curtos. A presença da ausência da banda larga dificulta ainda mais essa formação e atualização de conhecimento. No entanto, desenvolvemos ações que compensam isso, e sempre fazemos em parceria com o Sistema S, Itaú Cultural e Circuito Fora do Eixo.

Outro ponto que é unânime para os entrevistados são as possibilidades surgidas para a região Norte devido as novas tecnologias. Priscilla Brasil concorda que as mídias tradicionais cederam espaço para a internet e que os convites para trabalhos interessantes fora do Pará surgem por meio da rede: “*Hoje em dia as outras mídias é que são o resto*”, ela acredita. Já para Otto Ramos, a articulação dos movimentos independentes de produtores culturais da região Norte não seria possível da maneira como está se não fosse o uso das novas tecnologias. É pela rede que ele consegue se comunicar e participar da maior parte das ações realizadas pelo Circuito Fora do Eixo, com sede em Cuiabá (MT), e do Partido da Cultura (PCULT)⁶⁵. “O FDE⁶⁶ trabalha interligado pela internet. Sem ela, tudo atrasa e acabamos entregando dados defasados. Lógico que a maior parte do trabalho é no dia a dia, na rua, mas precisamos da internet inclusive para nos atualizar e ficarmos ligados no dia a dia dos outros coletivos”, ressalta Manoel, que representa o circuito em Roraima.

A qualidade da internet é percebida de maneira diferente por cada um. Otto classifica a qualidade da internet no AP como “péssima” e Manoel Alberto relembra que a situação já foi muito ruim, que está melhorando, apesar do acesso ainda ser restrito. “São poucos pontos para a demanda. Mas temos bandas de até 10 megas, somente na capital. Há planos da Oi levar a banda larga para um ou dois municípios dos 15 do estado ainda esse ano”, justifica. A realidade acreana é bem diferente. A gestora Karla afirma que a qualidade é boa, existe banda larga e o governo começou o programa

⁶⁵ Movimento que surgiu durante as eleições de 2010 e tem caráter suprapartidário. O objetivo é reunir representantes em todo o Brasil para discutir políticas públicas culturais em todas as instâncias governamentais.

⁶⁶ NR: Circuito Fora do Eixo

“Floresta Digital”, que visa implantar *wireless* grátis para todo o estado. Um avanço interessante para a população acreana.

Outros aspectos positivos, além da internet de qualidade dos acreanos, foram ressaltados pelos entrevistados. Para o representante do Canoa Cultural, o governo de Roraima já começa a perceber a importância do setor cultural e avança nas políticas públicas, assim como algumas empresas, locais e nacionais, já estão investindo mais em algumas iniciativas. Para ele, este é “um momento decisivo”. Eliana Pires resalta a relevância dos intercâmbios que estão acontecendo com mais frequência no Norte do país, principalmente no Pará: *“A vantagem do intercâmbio com a região sul e sudeste é que os produtores querem trazer seus projetos para o estado, conhecer a nossa realidade. Já no intercâmbio com outros estados da região norte o que se sobrepõe é o estímulo a competitividade, ou seja, nos obriga a melhorar sempre”*.

3.3 – As práticas colaborativas via novas tecnologias na região Norte: um caminho para o reconhecimento e o empoderamento local

O avanço das novas tecnologias deu aos projetos culturais a possibilidade de buscar o reconhecimento à produção nortista e o empoderamento das comunidades da região em relação às suas manifestações culturais legítimas. Nos últimos anos, o senso de pertencimento dos fazedores de cultura da Amazônia se mostrou ainda mais explícito. A vontade de ser reconhecido por sua cultura, sua tradição, ter vontade de participar das mudanças políticas, sociais e culturais que ocorrem neste momento no Brasil se mostram ainda mais latentes nos movimentos independentes de cultura da região Norte e as novas tecnologias surgem como uma espécie de boa nova para aqueles que sempre se sentiram alijados do seu próprio país.

Há vantagens e desvantagens nesse processo, por isso, criar alternativas inteligentes que possam minimizar os erros e aumentar os acertos é o grande desafio dos produtores de cultura do Norte neste momento. No entanto, um fato não pode ser negado: a participação dos produtores amazônicos nas discussões e debates sobre a produção cultural no Brasil aumentou consideravelmente, principalmente de artistas, músicos, gestores de cultura de estados com “pouca representatividade”, se assim podemos definir até então, como o Amapá, Acre, Rondônia e Roraima.

Como relatado na introdução desta pesquisa, o primeiro objetivo era pesquisar de que forma o programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, estava usando as novas tecnologias para criar movimentos interessantes de articulação em rede e evoluir, gerando resultados positivos para a economia criativa local, novas perspectivas para os produtores envolvidos e, principalmente, mudar o percurso da história das políticas culturais no Brasil, implementando um programa inédito de integração cultural entre Brasil desconhecidos.

No entanto, vieram as eleições de 2010 e todo o processo de pesquisa sobre o Cultura Viva ficou na dependência de um novo governo e da expectativa, de certo modo legítima, dos pontos de cultura continuar existindo como projeto de Estado e não de governo. Não alcançava respostas para as minhas perguntas nem de um lado, nem de outro. Um lado pela simples falta de planejamento e desejo de continuidade legítima, ou seja, o governo. De outro, porque simplesmente não sabiam como lidar com a situação, os participantes do Cultura Viva.

A espera foi longa e a nova presidência não trouxe a resposta tão esperada para quem faz parte dos pontos de cultura até o momento, que continuam esperando o que vai ser do futuro dessa grande rede que se articulou como em nenhum outro momento no país e, agora vive, todos os dias, a terrível expectativa da falta de resposta sobre seu destino. Este é um outro dado que ilustra as conseqüências negativas que podem gerar a falta de continuidade de políticas públicas ou a falta de interesse em gerar um projeto que seja, de fato, da comunidade e não de um partido.

No entanto, durante minha pesquisa com os pontos, e questionando o uso das novas tecnologias em suas ações, percebi que estava diante de um novo mundo: o mundo amazônico. Um mundo que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do seu fazer cultural continua a encontrar “brechas” para se articular entre si (produtores da região Norte) e com outros interessados no resto do Brasil para formar nós de rede que integrem, trabalhem em parceria e, principalmente, chamem a atenção para o que é produzido na Amazônia.

E essa rede cultural e social, que usa as novas TICs a seu favor, não inclui apenas pontos de cultura, mas uma série de outros movimentos que estão realizando mudanças na sua comunidade, na sua região e até questionando os modos de produção e

circulação tradicional das indústrias culturais, como é caso do tecnobrega, nascido no Pará.

Ou seja, as dificuldades da pesquisa anterior abriram novas perspectivas para outro estudo que também analisa a mediação das novas tecnologias na produção cultural, mas traz à luz novos atores desse processo: os produtores da região Norte, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas para utilização da cultura digital e acesso aos mecanismos e equipamentos culturais, continuam produzindo cultura, mas, desta vez, chamando a atenção daqueles que precisam olhar com mais cuidado para esse pedaço do Brasil.

Abaixo, há uma seleção de movimentos e projetos que figuram na região amazônica como alternativa de práticas colaborativas culturais que utilizam a internet e as redes sociais para divulgar suas ações, realizar parcerias, conquistar patrocinadores e reclamar seu direito a participar mais ativamente das políticas culturais do país. É um Brasil novo que emerge e precisa receber uma atenção especial por parte dos setores público e privado.

Movimento tecnobrega (PA) - O tecnobrega é um gênero musical popular que surgiu no Pará no início de 2000. É uma fusão da tradicional música brega com a música eletrônica, tendo, portanto, a tecnologia como um elemento fundamental. Deriva de ritmos tradicionais da Amazônia paraense, como o carimbo, o siriá e o lundu, para citar alguns, e outros gêneros populares como o calypso e as guitarradas, incorporando sintetizadores e batidas eletrônicas. Mas que isso, o fenômeno *brega-music*, como ficou conhecido nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, é o resultado de um movimento genuíno que reivindica a necessidade de novas dinâmicas no mercado da indústria cultural para a ocupação de novos espaços para o escoamento da rica produção cultural brasileira, sem ter que se sujeitar às regras quase ditatoriais das indústrias culturais e da comunicação de massa. E as redes socioculturais tornam possível esse caminho.

No tecnobrega, a produção musical vem da periferia de Belém, ou seja, distante das grandes gravadoras e de seus planejamentos de marketing, mostrando que mais que a distância territorial, o grande problema enfrentado pela produção cultural da região Norte é a distância cultural que se mostra determinante para a marginalização dos estilos que não são construídos com a ajuda da grande mídia. O tecnobrega é um movimento mais que musical, ele é uma ação que resulta do grito de alguns setores da

produção cultural amazônica que se sente excluída do sistema cultural brasileiro, criando novas formas de produção e circulação para o seu produto.

Com acesso aos meios de produção e industrialização de CDs, devido ao fim da fronteira tecnológica, artistas e produtores se aliaram aos vendedores ambulantes para criar uma nova dinâmica de mercado, que permite o acesso popular à sua própria expressão, de maneira mais rápida, barata e direta, furando o bloqueio dos meios de difusão e distribuição, dominado por grandes corporações multinacionais e seus interesses político-econômicos. (BRANT, 2009, p.37)

O mercado tecnobrega gira em torno das festas de aparelhagens, que contam com modernos equipamentos de som, iluminação e efeitos visuais. As festas também servem como local de difusão dos novos sucessos - DJs recebem discos dos produtores e tocam as novas canções. Quando uma música ou um artista se torna um sucesso em uma festa de aparelhagem, a divulgação no mercado aumenta através da reprodução não-autorizada dos discos. Para Ronaldo Lemos⁶⁷, o cd virou mais uma forma de propaganda e não o meio de ganhar dinheiro para os artistas de tecnobrega. Por isso, não há preocupação com os direitos autorais e, sim, em lotar um grande galpão com cerca de 5 mil pessoas para os shows realizadas em todos os cantos do Pará. “A apropriação de tecnologias de produção musical de baixo custo, associado a uma estrutura de direitos autorais flexíveis, possibilita a formação de mercados influentes”, explica Lemos & Castro (2010, p.23).

Soma-se a esse cenário o *boom* promovido pelas redes sociais e a circulação da informação sem a interferência da comunicação de massa. Assim, vários artistas do tecnobrega conquistaram o cenário nacional com sua irreverência e ainda mostraram o caminho para a criação de novas frentes para a economia criativa local. Além disso, o movimento abriu um importante debate a respeito do uso das novas tecnologias e chamou a atenção para a produção musical da Amazônia que, na mistura de ritmos tradicionais e contemporâneos e na busca por alternativas que incentivassem a produção local (a despeito da discriminação das grandes gravadoras), saiu na frente e revolucionou o cenário musical brasileiro.

Circuito Fora do Eixo – Amazônia: Nos anos 90, com a chegada da Internet no Brasil, criou-se um cenário alternativo que pudesse conectar diariamente vários pontos do Brasil, “burlando” o sistema da grande imprensa existente na época. Como reflexo desse

⁶⁷ Entrevista ao filme “Bad copy, good copy”, produzido em 2007 e disponível para download em <http://www.goodcopybadcopy.net/download>

ambiente de troca, os festivais independentes começaram a se espalhar pelo Brasil, considerando a experiência bem-sucedida do Abril Pro Rock, em Recife (PE).

Assim, várias cenas locais afloraram no entorno desses festivais, multiplicando o número de blogs, selos, estúdios bandas, que passavam a visualizar a existência de um mercado médio onde a música autoral poderia se estabelecer de forma sustentável. Em 2005, analisando que haveria espaço para uma nova forma de circular a música, produtores culturais do Espaço Cubo e do Festival Calango, em Cuiabá (MT); Festival Jambolada, em Uberlândia (MG); Coletivo Catraia, do Festival Varadouro (AC); e o Festival Demosul, Londrina (PR); iniciaram o Circuito Fora Do Eixo, uma rede com objetivo de circular, distribuir e produzir conteúdo ligadas à cultura independente.

Para os organizadores do Fora do Eixo, a Cultura “é um setor primordial para o desenvolvimento da sociedade, pelo seu potencial de desenvolver ações transversais com diversos segmentos ligados ao empoderamento, protagonismo e autonomia da sociedade civil”. O relacionamento em rede é fundamental para encarar os novos desafios de estabelecer um ambiente de diálogo em detrimento do complicado processo que marcou as relações das indústrias culturais no século.

A idéia do circuito Fora do Eixo atraiu movimentos culturais de todo o Brasil e promoveu um debate interessante sobre a circulação de produtos e serviços culturais que estão fora do circuito tradicional de comunicação e informação, não pertence aos grandes grupos de publicidade/ eventos e, em especial, trabalham a produção cultural de estados que não tem espaço no modelo construído pela comunicação de massa. Nesse contexto, produtores independentes da região Norte começaram a participar cada vez mais do circuito e criar fortes alianças que, hoje, se mostram eficazes na construção e valorização da cena cultural na região amazônica.

O Circuito Fora do Eixo tem uma estrutura de gestão desenhada a partir de coordenações regionais. O Norte está sob a coordenação da Casa Fora do Eixo Amazônia, em Manaus (AM), conectando todos os estados nortistas. Para a coordenação do Fora do Eixo Nacional, a região vem apresentando uma identidade cultural cada vez mais sólida, ajudando na construção de estratégias de mercado e circulação de arte e cultura que estavam historicamente à margem do mercado convencional. “É do Norte que surge uma experiência como a estratégia de mercado do

tecnobrega, tudo a ver com os princípios do Fora do Eixo, de ampliação do acesso e formação de público para, aí sim, trabalhar a consolidação de mercado e cadeia produtiva local”.

Os produtores da região Norte se organizam a partir de “micro-rotas” de conexão e circulação de cultura e conhecimento, proporcionando intercâmbio continuado entre produtores e artistas nos vários estados. Nestas rotas, há a possibilidades de circulação por terra, barateando o custo amazônico nestas circulações. Seja nas rotas entre Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), Manaus (AM) e Boa Vista (AC), Belém (PA) e todo o interior do estado do Pará. No Amapá, a única possibilidade é por navio ou avião, pois não há estrada que ligue o estado a qualquer outro estado na região Norte.

O FDE reúne atualmente os principais coletivos culturais da região e isso só é possível, segundo os coordenadores do circuito, por causa das novas tecnologias e da chegada da web 2.0 que faz com que os fazedores de cultura da Amazônia estejam sempre conectados, participem de debates por vídeo-conferência e skype, articulem ações em twitter e facebook e promovam atividades em parceria com outras regiões do Brasil, levando também outro cenário cultural para a população. “As redes sociais e as novas plataformas de compartilhamento são peça-chave em qualquer processo de disseminação de expressões culturais, mas mais do que isso, permitiram uma aproximação em todo o território nacional. As redes sociais baratearam a comunicação e envio de dados em proporções inimagináveis. Hoje você consegue conversar, produzir, trabalhar conectado com outras regiões, com produtores que estão ‘no eixo’ a um custo infinitamente mais baixo que na era pré-internet”. Perguntados sobre quais as diferenças entre antes e depois da internet, os organizadores do FDE são taxativos: “Não existe antes da internet para o Fora do Eixo. Somos consequência do digital”.

Coletivo Palafita (AP): O coletivo Palafita surgiu em 2006 e é gerido por artistas, produtores e agentes de mídia independente do Amapá. O objetivo do grupo, formado por jovens que gostariam de estabelecer um novo rumo para a cultura no extremo norte do país, era repensar a cadeia produtiva da cultura e criar uma lógica cooperativa e criativa, superando modelos marcados pela competição e pela repetição. O coletivo é articulado ao Circuito Fora do Eixo e é responsável pela produção e

realização de importantes projetos no estado: Noites Palafita NaFita, Festival Grito Rock Amapá, Festival Quebramar de Musica Independente, Semana da Música, Coletânea Palafita de Musica Independente, Festival Pólvora Cultural, Noites Fora do Eixo, Cine Paraíso, Cine Perifa, Mostra For Rainbow de Cinema, além da circulação de bandas e agentes culturais no Circuito Fora do Eixo.

O Coletivo Palafita nasceu em um estado que nunca participou das políticas públicas de cultura do Brasil, seja por omissão de governos locais, seja por omissão do governo federal que nunca tratou o estado como parte das estratégias de cultura da região Norte, quando há. O mesmo acontece com empresas. As nacionais não acreditam que o Amapá tenha um público consumidor como acontece em Belém ou Manaus, e as que atuam no estado têm pouco conhecimento sobre a importância de investir em ações culturais efetivas. O que acontece, na maioria dos casos, é o patrocínio de grandes eventos, com artistas nacionais, especialmente cantores de micareta e atores globais. A produção local precisa fazer parte da situação política para ser privilegiado. *“Não há planejamento de gestão cultural no estado, no entanto, os Pontos de Cultura, Coletivos e Associações desenvolvem ações que encurtam essa distância entre os fazedores de cultura e seus produtos da população”*, afirma Otto Ramos, um dos fundadores do Coletivo.

O grupo chamou a atenção do resto do Brasil para a produção cultural no estado e passou a reclamar mais investimento do governo e das empresas para a cultura amapaense. O grito, realizado via redes sociais, está trazendo resultados e os grupos culturais do estado já começam a ser contemplados em editais de empresas e do Ministério da Cultura e outras entidades governamentais, além de receber oficinas de capacitação promovidas pela iniciativa privada, como o Itaú Cultural, cenário que não era possível até cinco anos atrás. Além disso, Otto acredita que os fazedores de cultura locais estejam *“caminhando pra um cenário em que o produtor local percebe o quanto é valioso a qualificação de cada entidade. Isso promove a independência em relação ao estado (...) e, no Amapá, já iniciamos (há pouco tempo) o uso de alguns editais. Isso é um bom sinal”*, afirma ele.

Sobre a questão do uso das novas tecnologias, ele ressalta que o Coletivo Palafita existe por causa das redes sociais e das possibilidades criadas pela internet. *“Vital! Desenvolvemos todas nossas TS na plataforma digital”*, explica Otto, que atenta para um pontos importante a respeito da produção cultural nortista:

Entendo que os estados da região Norte devem ocupar mais lugares nos debates e na construção de políticas públicas para cultura, assim, garantiremos que mudanças cheguem na ponta, nos estados que historicamente não tiveram investimento em cultura e cidadania. Vimos que, nos dias de hoje, esse quadro começa a mudar por atingirmos um limite de espera e de conforto. Há na região gestores e fazedores de cultura mais compromissados e entendendo essa era digital, com todas as suas peculiaridades, aproximando as pontas, trazendo o debate sobre a importância da cultura para o cotidiano do povo da Amazônia, promovendo o que chamamos de sentimento de pertencimento, o que moverá nossa região para o protagonismo que antes era difícil até mesmo visualizar, e que hoje já sentimos o quanto temos pra crescer e avançar.(OTTO, entrevista)

Otto também faz parte da banda Minibox Lunar, banda amapaense que despontou no cenário nacional chamando a atenção para a mistura de ritmos amazônicos e música eletrônica sendo comparada aos Mutantes, dos anos 1970. Aliás, mas outro cenário que não era possível imaginar anos atrás a respeito da produção musical no Amapá.

Rede Mocaronga (PA): Às margens dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, jovens de 30 comunidades de Santarém e Belterra (PA), em plena floresta amazônica, são os protagonistas da Rede Mocaronga de Comunicação Popular. A rede é resultado do trabalho realizado pelo projeto “Saúde e Alegria”⁶⁸, uma ONG que atua desde 1987 na região e foi fundada pelo médico paulista Eugênio Scannavino.

A Rede Mocaronga promove oficinas de educomunicação para jovens que queiram atuar como repórteres comunitários na comunidade onde moram, produzindo programas de rádio, vídeos, jornais locais e blogs na internet. Esses jovens também alimentam a circulação de informação e campanhas educativas, difundindo o cotidiano e a realidade da comunidade local, o que é fundamental para a região que praticamente vive isolada, inclusive dos meios de comunicação tradicional, mas convive com problemas ambientais e sociais bastante severos.

A juventude é prioridade para o projeto, estimulando o protagonismo juvenil. “As novas gerações de ribeirinhos vivem contradições sociais, ambientais e também culturais, especialmente com a crescente influência dos padrões culturais do mundo urbano, levando à perda de sua identidade cultural e os colocando como principais vítimas do êxodo rural”, afirma a assessoria de imprensa do programa.

⁶⁸ O projeto atende cerca de 150 comunidades com programas de desenvolvimento comunitário integrado nas áreas de saúde, organização comunitária, economia da floresta, educação, cultura e comunicação. Informações disponíveis em www.saudeealegria.org.br.

Assim, é por meio de ações que visam estimular a comunicação e democratizar a informação que Rede Mococonga realiza suas principais ações. A prática da educomunicação cria oportunidades de aprendizagem e inclusão social estabelecendo uma medição sociocultural com as redes sociais e as novas tecnologias que permite à juventude da região Norte estar atenta no mundo. O projeto também é um ponto de cultura, recebendo investimentos do Ministério da Cultura.

Jovens de 31 comunidades participam do programa, que inclui a Rádio Mococonga, a TV Mococonga, o Jornal Mococonga, os telecentros culturais e a Teia Cabocla de Lideranças Juvenis. Os telecentros culturais pólos avançados presentes em seis comunidades⁶⁹ e contam com espaço físico onde é disponibilizado computador com software livre e acesso à internet via satélite ou conexão sem fio, movidos a energia solar. Além disso, os telecentros são usados para exposições, atividades educativas e eventos culturais da comunidade.

Em outubro de 2009, o “Saúde e Alegria” fez uma parceria com a Vivo e a Sony Ericsson para levar banda larga para a comunidade beneficiada pelo projeto. A Vivo é responsável pela instalação e manutenção da infra-estrutura básica de comunicação e o Instituto Vivo pelo desenvolvimento de metodologias e práticas de aprendizagem em rede, ampliando as oportunidades do projeto. Já a Sony Ericsson vai desenvolver e implementar as soluções necessárias para os equipamentos e serviços relacionados que facilitem a comunicação entre a equipe do programa e a comunidade. Cabe ao projeto oferecer suporte local e desenvolver ações educativas para ensinar ao público como acessar as novas tecnologias e os aplicativos disponibilizados pela Vivo para ajudar nas demandas da população local⁷⁰.

Coletivo Difusão (AM): O Coletivo Difusão é uma organização cultural de Manaus que visa fomentar cultura e trabalhar a identidade do povo local, valorizando a produção independente dos grupos amazonenses. O coletivo existe desde 2006 promovendo a interação entre as manifestações artísticas desenvolve projetos importantes como o “Festival Até o Tucupi”, que ocorre todo mês de outubro e traz para

⁶⁹ Dados de 2009. Havia previsão de chegar em 11 pólos até este ano, mas não foi confirmado pela organização do projeto.

⁷⁰ Disponível em <http://redemococonga.org.br/2009/10/16/saude-e-alegria-vivo-e-sony-ericsson-anunciam-parceria-para-conectar-comunidades-da-amazonia/>

Manaus novas bandas do circuito alternativo da região Norte e de outras regiões, além de debates sobre o avanço das novas tecnologias e a discussão de políticas públicas para a Amazônia.

O coletivo é um dos mais importantes da região Norte e é o responsável pela manutenção da Casa Fora do Eixo - Manaus. Além disso, desenvolve troca de informações entre os cenários culturais para escoamento e intercâmbio das produções independentes; incentiva as experimentações artísticas; viabiliza e organiza oficinas, seminários, workshops e grupos de estudos relacionados à produção artística do Amazonas. Atualmente é um dos movimentos independentes de referência da região Norte e participa ativamente do circuito realizado pelo Fora do Eixo em todo o Brasil.

As empresas, ainda que timidamente, já começam a prestar mais atenção no novo movimento que surge na região, muito embalado pelo fenômeno tecnobrega, mas também pelo surgimento de bandas locais que se tornaram referência nacional, por coletivos culturais que chamam a atenção para a arte produzida por artistas locais, pelo cinema de qualidade realizado em alguns pólos culturais dos estados do Amazonas, Pará e Amapá.

Nos últimos cinco anos, o Itaú Cultural passou a estender seus seminários e workshops para algumas cidades da região Norte, em especial Belém, levando para a região debates importantes sobre a democratização cultural, editais em várias áreas e capacitação técnica. Além disso, a Vivo, a Oi e a Claro, empresas de telecomunicações, já incluem o Pará em seu planejamento estratégico de cultura anual para realizar ações e atividades com os fazedores de cultura do estado. A Petrobrás e a Eletrobrás abriram mais espaço para as produções culturais no Norte em seus editais e a Vale, que atua na região e sempre foi criticada pela falta de investimentos efetivos na área cultural, já realiza há quatro anos patrocínios de grande relevância na área cultural do Pará.

É preciso ressaltar, no entanto, que as empresas ainda realizam seu plano de investimento cultural baseado em leis de incentivo e, dessa forma, ganha o estado que criar esse mecanismo de incentivo fiscal para receber as benesses do setor privado. Apenas Acre e Pará possuem essa alternativa. Como se viu no capítulo anterior, os investimentos via Lei Rouanet ainda são escassos e a distância geográfica em relação aos grandes centros empresariais, localizados na região Sudeste são um obstáculo para os produtores culturais da região Norte.

A revista *Marketing Cultural*⁷¹ publicou um levantamento sobre patrocínios realizados por mecenato em cada região brasileira e, mais uma vez, os estados amazônicos amargaram o último lugar. O Amapá, por exemplo, teve apenas um patrocínio via lei em 2009. Em toda a região Norte, o Amazonas teve a melhor colocação. Os incentivos fiscais da Zona Franca atraíram para o estado grandes empresas, sobretudo multinacionais, e delas advêm boa parte dos investimentos feitos em cultura. A maior patrocinadora foi a Arosuco, ligada à Ambev, que investiu R\$ 1,8 milhão, seguida da Semp Toshiba, com R\$ 860 mil. Foram 15 empresas patrocinadoras e mais 38 via o recurso de uso de pessoa física, que aportaram o total de R\$ 4 milhões em projetos culturais. O Acre ficou em segundo lugar com R\$ 2,4 milhões. No entanto, a publicação não explica a natureza de cada patrocínio, o que não permite avaliar os resultados positivos ou negativos para os produtores culturais da região.

A respeito das políticas públicas, há um movimento importante para pedir mais investimentos para as produções culturais da Amazônia legal. O principal deles é o “Custo Amazônico”, uma carta escrita pelos representantes culturais da região e entregue ao MINC⁷² com 32 prioridades que precisam ser analisadas pelo governo federal para diminuir a diferença existente entre os investimentos no Norte em relação às outras regiões. Os efeitos da carta direcionada ao ministério surtiram algum efeito e, este ano, por exemplo, o MINC aumentou o prêmio do edital de microprojetos da Amazônia, estipulando o valor de 35 salários mínimo (cerca de R\$ 14 milhões). Em 2009, o teto era entre um e 30 salários. Entre as exigências reivindicadas pelos representantes nortistas está a garantia de melhor acesso à internet e a inclusão dos estados da região no Plano Nacional de Banda Larga, fortalecimento das redes de comunicação solidárias e comunitárias existentes na Amazônia, realizar parcerias com outros órgãos governamentais para a realização de turismo sustentável e a publicação de editais que levem em consideração o “custo amazônico”, ou seja, que, por causa das dimensões geográficas e dificuldade de acesso, o montante destinado aos editais para projetos da região Norte considerem a realidade econômica e o custo mais alto para locação de equipamento, compras de equipamento, circulação, entre outros itens.

⁷¹ “Conheça os maiores investidores em cultura na Amazônia”, material de 14 de dezembro de 2010, disponível em: <http://www.blogdouakti.com.br/2010/12/conheca-os-maiores-investidores-em.html>

⁷² Entregue em março de 2010 durante a II Conferência Nacional de Cultura, em Brasília. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/17/custo-amazonico-e-destaque-na-ii-cnc/>

Todo esse cenário demonstra que há, sim, um cenário otimista que cresce por causa das reivindicações realizadas pelos produtores culturais do Norte. Isso é fenômeno gerado pela articulação em rede e pela mediação proporcionada pelas novas tecnologias. Porque, quando o governo ou o setor privado não atendem, há outras soluções buscadas e encontradas, ajudando a produção cultural do Norte numa grande zoadá⁷³.

⁷³ barulho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns meses, cantores de uma banda jovem do Rio de Janeiro, muito colorida, postaram em seu twitter que estavam indo para Manaus, mas nem sabiam como iriam cantar se lá nem tinha casa de espetáculos (na opinião deles, claro). O twitter postado em algum horário do dia correu como pólvora nas redes sociais e, em menos de 24 horas, todos os integrantes tiveram que pedir desculpas aos fãs de Manaus pelo comentário. O grupo também teve seu show cancelado.

Há alguns anos, a alta cúpula da Rede Globo decidiu dar carta branca a Regina Casé e ao antropólogo Hermano Vianna para viajarem o Brasil e apresentar um país desconhecido e ignorado pelos meios de comunicação de massa, como a TV Globo. Casé e Vianna escolheram Belém do Pará para o primeiro episódio por levarem em consideração que o fenômeno tecnobrega, por meio da Banda Calypso, tinha conquistado o Brasil sem fazer qualquer esforço para conquistar as *majors* da indústria cultural. Muito mais que isso: Casé e Vianna foram a Belém para constatar a história de um novo modelo de negócios na área musical que alterava completamente a cadeia tradicional implementada pelas grandes gravadoras e provava o contrário do discurso amplificado pelas campanhas de anti-pirataria: há, sim, vida além da venda de CDs e isso não tem nada a ver com pagamento de direito autoral. Hoje, o movimento tecnobrega é um ritmo copiado em todo o Brasil e um modelo econômico analisado por pesquisadores de universidades nacionais e internacionais. Já virou tema de documentários, além do programa da Globo, que aliás, ajudou bastante o movimento e até transformou alguns artistas, como Gaby Amarantos, a se tornar ídolo *cool* em várias clubes noturnos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Quais as lições tiradas dessas duas histórias? Uma, que as novas tecnologias trouxeram uma nova respiração para a sociedade e o desafio atual é saber como acompanhar esse ritmo. A internet mostrou que tem poder, que pode revolucionar, que é subversiva e pode reinventar um cenário todos os dias. Das lutas dos rebeldes na Líbia, este ano, até as produções caseiras que se tornam *hit* no youtube e nas redes de relacionamento, a internet tem um grande poder articulador, que envolve pessoas em prol de uma causa e espalha a informação além do limite desejado pelas elites. É um poder do bem e do mal.

Com afirmado anteriormente, acessar informação não é obter conhecimento (MOREIRA, 2011). Por isso, a era pós-moderna oferece-nos o desafio grande de enveredarmos pela alienação, que pode ser um caminho sem volta, ou pelo protagonismo, usando as novas tecnologias para romper barreiras, derrubar oligarquias e transformar paradigmas e cenários que se diziam imutáveis.

A segunda lição é que já não se pode mais falar sobre a população que mora na região Norte como se ela não existisse, como se a grande floresta abrigasse pessoas sem qualquer poder de expressão, que aceita tudo de forma calada, passiva, sempre esperando pela bondade vinda da parte sul do país. Antes do surgimento da internet era comum, na região Norte, assistir passivamente aos estereótipos reproduzidos sobre a Amazônia nos jornais, telejornais, programas de tevê e, principalmente, novelas produzidas pela mesma Rede Globo que, hoje, leva a Banda Calypso ao “Faustão” para garantir a famigerada audiência das tardes de domingo. Antes da internet, reclamar sobre o esquecimento dado à região fazia parte das reclamações nas rodas familiares, de amigos, nos programas de rádios locais. Hoje, basta um *post* em um blog e o assunto torna-se assunto comentado nas redes e exige um movimento rápido da organização criticada.

Por isso, ao contrário de que muitos pensam, não há uma nova voz surgindo na região Norte, que clama pela democratização das políticas públicas e insiste em um olhar mais atento para as mazelas do Norte, principalmente as provocadas pelos grandes projetos e o uso indiscriminado dos recursos naturais. Essa voz, melhor, essas vozes, sempre existiram, mas nunca tiveram a chance de serem ouvidas. Os movimentos culturais e sociais que surgem na região são o resultado das décadas que viveram isolados do seu direito de se comunicar de forma democrática, se mostrando ao mundo como são e não como são vistos.

Essa pesquisa ressaltou que a cultura pode garantir não apenas o protagonismo e o apoderamento de uma comunidade, de um grupo, mas também guiar, dar o discernimento necessário que é preciso ter para diferenciar um movimento alienante de um movimento que busca transformações sociais de verdade, que busca, acima de tudo, promover a cidadania em um país onde a democracia ainda necessita ser lembrada a todo momento.

No entanto, a garantia do direito cultural de todos os brasileiros está na formulação de políticas públicas que garantam o desenvolvimento de práticas culturais que ajudem no maior acesso da população aos mecanismos e equipamentos culturais, no direito dos fazedores de cultura de construir uma economia criativa e solidária (e que sejam ajudados e orientados para isso), na universalização dos serviços culturais, no fomento das atividades, na valorização das diferenças culturais, no respeito à diversidade e na democratização do acesso à informação e aos meios de comunicação, levando em consideração que as novas tecnologias podem ser um instrumento importante na mediação da ação cultural, principalmente nas localidades onde a internet é muito mais presente que outros serviços culturais.

Mas não apenas no setor público. É preciso exigir das empresas que atuam na região mais investimentos, mesmo que sejam pelas leis de incentivo, já que essa é a realidade que temos em nossa política cultural. O argumento de que os patrocínios culturais ocorrem mais nas regiões Sul e Sudeste do país pelo fato de que a contabilidade das empresas, bem como a matriz, se concentra nos estados dessas regiões é simplório. Sim, muitas empresas se concentram no Sul e Sudeste do país por diversos motivos, principalmente financeiros e logísticos, mas a maioria delas desenvolvem projetos importantes na região Norte, mantêm suas filiais nos estados amazônicos, lucram com o consumo da população da região Norte e com a matéria-prima extraída da floresta amazônica. Então, porque não investir em projetos socioeducativos e culturais que beneficiem as comunidades da Amazônia?

Esse trabalho também demonstrou que a internet dá poder a quem sabe usá-la. Hoje, para aqueles que sempre tiveram seu direito de participação negado, as novas tecnologias e as redes sociais são a única garantia de participação. Poucos podem ouvir, mas o direito de dizer estará garantido. É preciso usar a tecnologia a favor da cultura e abrir novas possibilidades de interação com a comunidade. Mas, também, é preciso investir. O Brasil ainda amarga números relevantes que mostram que exclusão digital ainda é um assunto preocupante. Mais que isso. Em termos tecnológicos, vivemos em um país onde alguns estados podem ser comparados a Europa por causa da qualidade do acesso à internet e outros têm o mesmo nível de acesso da África. No campo cultural, o cenário não é diferente: muitos estados concentram boa parte dos investimentos e bens

culturais disponíveis para o setor e outros são esquecidos pelas políticas públicas do Estado, independente da instância governamental.

Nos dois casos, a região Norte é o principal exemplo. Não há estratégias dos setores público e privado em melhorar a infra-estrutura de comunicação da região e, também, não há investimento necessário para promover e trabalhar de forma eficiente a produção cultural dos povos da Amazônia. A comunidade local vive um cenário de esquecimento governamental que precisa ser revisto e não pode mais atuar como coadjuvante de projetos ambiciosos, que não levam em consideração o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio da região amazônica.

Vimos que muitos grupos independentes resistem e trabalham de forma articulada e coletiva para realizar seus projetos e chamar a atenção do governo brasileiro e das empresas sobre a importância de desenvolver a Amazônia de forma estratégica, criando ações que considerem as diferenças regionais e o custo amazônico, conforme as entidades culturais do Norte apresentaram ao Ministério da Cultura. O uso das novas tecnologias se mostrou uma poderosa ferramenta para alcançar os objetivos dos grupos culturais nortistas. Do tecnobrega aos coletivos de rock espalhados pelas cidades da região, o desejo de ser reconhecido e valorizado é o mesmo. O desejo de ser visto como parte da diversidade cultural brasileira é o mesmo. Mas, até quando?

O tecnobrega é o encontro do poder da internet com a sede do artista de criar. É um movimento que surgiu como uma resposta para aqueles que sempre ignoraram o estilo musical da região Norte por não se encaixar nos parâmetros estabelecidos pelas indústrias culturais. Entretanto, o artista precisa encontrar formas de viabilizar sua produção e sobreviver, de continuar fazendo arte. O tecnobrega encontrou nas novas mídias uma solução de economia cultural que passa a ser copiada em outros cantos do Brasil, mesmo sob os protestos das grandes gravadoras. Vários outros projetos estão surgindo na região Norte na mesma lógica como uma resposta a falta de investimento cultural. Viria, então, da região Norte um novo caminho que alie pelos meios digitais o fazer cultural de uma maneira mais democrática? A história irá dizer, mas as comunidades da Amazônia já estão mostrando que não querem mais ser silenciadas pelas formas tradicionais de comunicação. O cineasta Glauber Rocha ficou famoso pela frase *“uma idéia na cabeça e uma câmera na mão”*. Agora, são várias idéias na cabeça e a internet ao alcance dos dedos da mão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. *Concentração geográfica, entre a realidade e o mito*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 07, p. 15 - 20, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia: In: D'INCAO M. A; SILVEIRA (Orgs). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

_____. Amazônia: A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro. Reluma Dumará. Fundação Henrich Boll, 2004a.

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA A. U.; MARQUES, M. I. (Orgs). *O campo no século XXI: o território da vida de luta e de justiça social*. São Paulo. Paz e Terra/ Casa Amarela, 2005.

ALMEIDA, Marco Antônio de. *A gaiola de chips: apontamentos sobre tecnologia, sociabilidade e cultura na Sociedade da Informação*. Revista *Em Questão* nº 11, vol. 1, Porto Alegre, UFRGS, 2005.

AMADEU, S. Ambivalência, liberdade e controle dos ciberviventes. In: AMADEU, S. (org). **Cidadania e redes digitais/Citizenship and digital networks**. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Maracá – Educação e Tecnologias, 2011

BARBOSA, F. CALABRA, L. Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília, IPEA, 2011. 245p.

_____; ARAÚJO, H. *Cultura Viva: Avaliação do programa arteeducação e cidadania*. Brasília IPEA, 2010, 128p.

BARRETO, A. *A estrutura do texto e a transferência da informação*. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v.6 n.3, jun. 2005. Disponível em: http://dgz.org.br/jun05/Art_01.htm

BAUMAN, Z. Introdução. In: _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.7-22.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

_____. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de et al (Orgs). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 2001

BRANT, L. *O Poder da Cultura*. São Paulo. Peiropolis. 2009.

BUCKLAND, M.K. e outros. *Access to Heritage Resources Using What, Where, When, and Who*. *Archives & museum Informatics*. Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw2007/papers/buckland/buckland.html>

BUSTAMANTE, E. *A digitalização integral das indústrias criativas*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 09, p. 71 - 85, 2010.

BUSTAMANTE, J. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: AMADEU, S. (org). **Cidadania e redes digitais/Citizenship and digital networks**. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Maracá – Educação e Tecnologias, 2011

2010. Vários tradutores. CANCLINI, N.G. Introdução: teorias da interculturalidade e fracassos políticos. In: ____ *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p.15-31.

_____. A cultura extraviada nas suas definições. In: ____ *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. Cap.1, p.35-53.

_____. Sociedades do conhecimento: a construção intercultural do saber. In: ____ *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. Cap.9, p.225-242.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANEDO, Daniele. “O que é Cultura?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. 2009. Disponível em

www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf. Acessado em: 01, 02 e 03 de julho de 2010.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I (A sociedade em rede); Vol. II (O poder da Identidade). São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999^a e 1999^b.

_____. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, M. *Cidadania Cultural: o direito a cultura*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Fapesp. Iluminuras. 1997.

_____. *Direito cultural no século XXI: expectativa e complexidade*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 11, p. 6 - 14, 2011.

_____. *O novo papel dos direitos culturais: Entrevista com Farida Shaheed, da ONU*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 11, p.15 - 26, 2011.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílio e TIC Empresas 2010*. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

CRUZ, Valter. A “ambientação” e a “etnização” das lutas sociais pela terra na Amazônia” novas agendas, novos agenciamentos políticos territoriais. Niterói, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area02/2197_CRUZ_VALTER.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2011.

CUCHE, Denys. *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. 2 edição. Bauru: Edusc, 2002.

CUNHA FILHO, *Direitos culturais no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 11, p. 115 - 126, 2011.

DOBOW, Ladislau. *Democracia Econômica – Alternativas de Gestão social*. São Paulo. 2007. Disponível em: WWW.dobow.org. Acessado em 05 de julho de 2010.

FUSER, B. *Desafios da inclusão digital em países em desenvolvimento*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 09, p. 100 - 111, 2010.

GABRIEL, Vanessa. *A Ação Cultural como Ferramenta de Comunicação*. Monografia apresentada na Universidade de São Paulo (ECA/USP). São Paulo. 2005.

GALLOWAY, A. Qual o potencial de uma rede? In: AMADEU, S. (org). **Cidadania e redes digitais/Citizenship and digital networks**. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Maracá – Educação e Tecnologias, 2011

GIANETTI, Cláudia. *Estética digital: sintopia da arte, a ciência e a tecnologia*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. In: THOMPSON, K., org. *Media and cultural regulation*. London ; Thousand Oaks, Calif. : Sage Publications ; Milton Keynes : Open University, 1997. Trad. Publicada em: *Educação e realidade*, s.d. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=117:a-centralidade-da-cultura-notas-sobre-as-revolucoes-culturais-do-nosso-tempo&catid=8:multiculturalismo&Itemid=19

LAAKSONEN, A. *O direito de ter acesso a cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 11, p. 49-60, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *Ciberdemocracia*. São Paulo. Instituto Piaget, 2004.

LEMOS, R. CASTRO, O. *Tecnobrega: O Pará reinventado o negócio da música*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2653>

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cultura em números – Estatísticas culturais*, 2ª edição, Brasília, MinC, 2010.

MOREIRA, B. Periferia e internet: a questão está menos nas tecnologias e mais nos relacionamentos sociais. Publicado em 01 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.socioculturalrede.com.br/2011/09/01/periferia-e-internet-a-questao-esta-menos-nas-tecnologias-e-mais-nos-relacionamentos-sociais-por-benedictodielcio-moreira/> Acesso em: 02 de setembro de 2011

MORIN, J. *Novas tecnologias e o reencantamento do mundo*. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro 1995, p. 24-26

NUNES, R. *Cultura*. Disponível em: http://www.gpveritas.org/portal/index.php?view=article&id=19%3Acultura&format=pdf&option=com_content&Itemid=31

OLMOS, Hector Ariel. **Capacitar en cultura: una necesidad estratégica**. [Online]. Disponível em www.campus-oei.org/pensariberoamerica. Acessado em 15/07/2005.

PEDRO, J. *Direitos culturais, o filho pródigo dos direitos humanos*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 11, p. 43-48, 2011.

PORTO, M. Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio. **Pensar Ibeoramérica**, n7, setembro-dezembro 2004. Disponível em: <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric07a03.htm> Acesso em: 01 de julho de 2010

RECUERO, Raquel. 2004. Trabalho apresentado para o Núcleo de Pesquisa de Tecnologia da Comunicação e Informação do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisas da XXVII Intercom. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acessado em 20 e 21 de junho de 2010.

RODRIGUES, A.D. *As Novas Fronteiras Culturais das Tecnologias da Informação*. IN: RODRIGUES, A.D. *Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

RUBIM, Políticas culturais e novos desafios. **Revista Matrizes**, São Paulo, v2, p. 93-116, segundo semestre de 2009. Disponível em

<http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/18>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no Ciberespaço*. Brasil: Editora Brochura, 2004.

SARMENTO, E. “Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje” – o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais. 2001, 204 f, Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SILVA, D. Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos. In: AMADEU, S. (org). **Cidadania e redes digitais/Citizenship and digital networks**. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Maracá – Educação e Tecnologias, 2011

SILVA, L. **Gestão cultural contemporânea na perspectiva da ação cultural – aproximação conceitual e análise de um experiência**. 2010. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Cultural), Universitat de Girona/ Instituto Itaú Cultural, Agosto de 2010.

SIQUEIRA, Ethevaldo. *Para Compreender o Mundo Digital*. São Paulo. Editora Globo. 2009.

TOLILA, Paul. *Cultura e Economia – problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo. Iluminuras. 2007.

TURINO, Célio. *Pontos de Cultura: O Brasil de baixo pra cima*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2009.

VARCAS, *Desafio para as indústrias culturais: o século da mobilidade*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 09, p. 41-48, 2010.

VICARIO, Fernando; DIAZ, Tamara. *Entrar na Cultura por meio das novas tecnologias e da educação*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n 09, p. 11 – 15, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chaves: Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2007.

Periódicos/ Jornais:

JORNAL BRASIL ECONOMICO, São Paulo, 21 de junho de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 18 de julho de 2010.

Sites Pesquisados:

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Diagnóstico dos Investimentos na Cultura no Brasil*.

[Online], Brasília. Disponível em www.cultura.gov.br, acessado em 01/08/2005.

Itaú Cultural (Observatorio) – WWW.itaucultural.org.br

Ministério da Cultura – WWW.cultura.gov.br

Programa Cultura Viva – WWW.cultura.gov.br/culturaviva

f 4444



DEDALUS - Acervo - ECA

x

D. SPG / ECA

30.04.2013

Classificação:

4301 29911

G 113 20

12